



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**IZAIAS DA SILVA**

**HQ'S E O ENSINO DE HISTÓRIA: uma leitura da representação do negro no  
panorama do segundo reinado brasileiro**

**JOÃO PESSOA – PB**

**2025**

**IZAIAS DA SILVA**

**HQ'S E O ENSINO DE HISTÓRIA: uma leitura da representação do negro no  
panorama do segundo reinado brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial do título de mestre. Linha de pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Itacyara Viana Miranda

**JOÃO PESSOA – PB**

**2025**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586h Silva, Izaias da.

HQ's e o ensino de história : uma leitura da representação do negro no panorama do segundo reinado brasileiro / Izaias da Silva. - João Pessoa, 2025.  
187 f. : il.

Orientação: Itacyara Viana Miranda.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Ensino de história. 2. HQ - Recurso didático. 3. Relações étnico-raciais. 4. Saberes históricos - Espaço escolar. 5. Representação do negro - Brasil - Século XIX. I. Miranda, Itacyara Viana. II. Título.

UFPB/BC

CDU 94:37(043)

**IZAIAS DA SILVA**

**HQ'S E O ENSINO DE HISTÓRIA: uma leitura da representação do negro  
no panorama do segundo reinado brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial do título de mestre. Linha de pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Itacyara Viana Miranda

Aprovada em: 25 / 02 / 2025.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Itacyara Viana Miranda (UFPB – ProfHistória UFPB/CE/CCHLA)  
(Orientadora)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Margarida Maria Dias de Oliveira (UFRN - ProfHistória UFRN)  
(Membro Titular Externo)



Prof. Dr. Ângelo Emilio da Silva Pessoa (UFPB - ProfHistória UFPB/CCHLA)  
(Membro Titular Interno)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roseane Amorim (UFPB - ProfHistória UFPE)  
(Membro Titular Externo Suplente)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ariane Norma de Menezes Sá (UFPB - ProfHistória UFPB/CCHLA)  
(Membro Titular Interno Suplente)

**JOÃO PESSOA – PB  
2025**

## AGRADECIMENTOS

Se em 2007, ano que acabei meu Ensino Médio, alguém me dissesse que um aluno de escola pública, que estudava no turno da noite, conseguiria trilhar a jornada que trilhei e hoje estaria se tornando mestre, eu diria que a pessoa estava variando das ideias. Mas existem pessoas que estão sempre ao nosso lado e que acreditam em nosso potencial, mesmo naqueles momentos que nem nós mesmos acreditamos. E para iniciar esses agradecimentos, a primeira pessoa que me vem à mente é Dona Lenilça, minha mãe. Com a morte do meu pai meses antes de eu nascer, foi quem teve a incumbência de sustentar a casa e dar educação a dois filhos (depois casou novamente e teve mais um). Todos os seus esforços para não faltar o básico em casa, sem que eu precisasse trabalhar logo cedo, como muitos jovens, me fez ter tempo para estudar, agarrando as oportunidades que apareceram dentro da minha realidade. Lembro bem dela acordando às quatro horas da manhã para preparar comida nos dois dias que antecederam as provas do vestibular da UEPB, em 2007, para que eu não fosse fazer a prova com fome. Ou quando guardava um pão e um copo de leite para que eu comesse todo dia às quatro e meia da manhã durante o curso de História, já que não dava para me dar dinheiro para comer na universidade. Agora não precisa mais, Dona Lenice. Seu filho tem duas graduações e já passou em seis concursos, atualmente é professor efetivo na Paraíba e em Pernambuco, e agora eu que posso lhe ajudar quando você precisa.

Agradecer às minhas duas irmãs, Lidiane e Grazielle, que não seguiram nos estudos pós Ensino Médio, mas seguem suas vidas trabalhando de forma honrada e cuidando de nossa mãe.

Agradecer também à minha orientadora, Itacyara Viana, que passou a ser meu exemplo de profissionalismo. Dedicada, inteligente, comprometida e extremamente organizada, topou ser minha orientadora quando minhas ideias para a pesquisa ainda estavam em estágios embrionários. Essa dissertação não é minha, é nossa, pois suas dicas, correções e indicações de leituras foram fundamentais para a elaboração do projeto de pesquisa e para a escrita da dissertação. Vou confessar aqui que não li nem metade do que você indicava, pois do contrário estaria escrevendo até hoje. A professora Itacyara parece viver com seus orientandos na mente. Viu algo que serve para a pesquisa ela manda imediatamente. Obrigado por tudo, professora.

Agradecer também à minha turma do Mestrado profissional em História. Sem vaidades, nos ajudamos desde o início. Todo mundo cansado das atividades como professores, mas se dedicando ao máximo na leitura dos textos, nos debates e na escrita de seus trabalhos. Levarei cada um de vocês no coração. Também agradecer a Tânia Morales, jornalista da CBN e apresentadora do programa “Noite Total”. Após as aulas do mestrado, vinha na companhia da sua voz de volta para casa e a viagem ficava menos enfadonha ouvindo seu maravilhoso programa nas ondas do rádio do meu carro.

As últimas linhas desses agradecimentos eu dedico à minha esposa e minha filha. Delmira Meireles (minha esposa) participou de todas as etapas do mestrado, haja vista que tinha que ficar acordada me esperando chegar de meia noite para poder abrir a porta. Na minha ausência para frequentar as aulas (três dias por semana) se incumbiu de cuidar da nossa filha e aguentar todos os momentos de estresse quando o desespero da pesquisa batia. Muito obrigado por ser essa companheira incrível, meu amor.

Por fim, a pessoa que neste momento nem sabe ler ainda, mas em quem eu pensava em todas as viagens a João Pessoa. Ivna Meireles, depois que você nasceu, absolutamente tudo na minha vida passou a ser pelo propósito de te dar uma vida melhor. Em todos os momentos que o cansaço batia eu lembrava de você e de como um mestrado me qualificaria nos meus trabalhos e te proporcionaria ainda mais conforto. No momento que escrevo essas linhas eu nem sei o que você irá fazer da vida, só espero que siga como uma pessoa honesta e que batalhe para conseguir seus objetivos. Papai te ama muito e passou a ser uma pessoa melhor desde aquele dia 02 de maio de 2020.

## RESUMO

A utilização das histórias em quadrinhos como recurso didático em aulas de História tem se tornado cada vez mais frequente, não só por seu potencial dinâmico, mas também pela acessibilidade que o seu gênero textual oferece. Sabendo disso, objetiva-se entender as representações sociais ocupadas pelos negros no Império Brasileiro e como isso pode servir de reflexão para a constituição da identidade negra na atualidade, uma vez que o problema de estudo apresenta-se a partir da falta do sentimento de pertencimento dos alunos com o quilombo. Tendo no ensino de História um espaço de problematização da temática étnico-racial e nas Histórias em Quadrinhos (HQs) um meio possível de se estabelecer análises. A intenção é utilizar a HQ, enquanto recurso didático – imagens e textos –, no ensino de História, tomando como norte a crítica em torno da colonialidade do saber e do poder. A Lei nº 10.639/03, enquanto um dos marcos da Educação Básica, apresenta-se como indicativo de epistemologias e pedagogias contra hegemônicas, em especial quando aponta para o ensino de História, suscitando um compromisso e valorização de conhecimento e ações em torno de grupos e indivíduos historicamente subalternizados, como é o caso de parte dos alunos(as) assistidos pela Escola de Referência Jarina Maia, advindos da Comunidade Quilombola de Brejinho- João Alfredo-PE. O uso de HQs justifica-se na medida em que serve de suporte para o ensino de História e das relações étnico raciais, de forma a acionar a imagem e os balões de fala como recursos imagéticos, que venham a contribuir com a apreensão do conteúdo estudado. O produto vem a ser a construção de uma sequência didática, tendo como suporte o uso das HQs no ensino de História, com vista a estabelecer (re)leituras por parte dos discentes, quanto à representação do negro investida na História do século XIX brasileiro. O trabalho segue amparado na linha Saberes Históricos no Espaço Escolar.

**Palavras-chave:** Ensino de História; HQ; Relações Étnico-Raciais; Representação; Saberes Históricos no Espaço Escolar.

## ABSTRACT

The use of comics as a teaching resource in History classes has become increasingly frequent, not only because of its dynamic potential, but also for the accessibility that the textual genre offers. Knowing that, the objective of this representations essay is to stablish a reflective analysis around the ethnic-racial debate, which goes through the construction of historical representations of black people in the Imperial Brazilian society, more precisely the Second Reign, in order to contribute to anti-racist education, since the study problem arises from the students' lack of feeling of belonging to the quilombo. The purpose is to use comics as a teaching resource – images and texts -, in the teaching of History, guided by the critique around the coloniality of knowledge and power. Law 10.639/03, as one of the milestones of Basic Education, appears as an indicator of counter-hegemonic epistemologies and pedagogies, specially when it points to the teaching of History, raising a commitment to and appreciation of knowledge and actions over historically marginalized groups and individuals, such as some of the students assisted by the Pernambuco Reference in High School (EREM) Jarina Maia, coming from the Quilombola Community of Brejinho. The use of comics is justified, as there is a need to deepen the understanding of the contents of History classes, in a dynamic and attractive way for students, as well as a support for the teaching of History and ethnic-racial relations. The product is the construction of a didactic sequence, supported by the use of comics in history teaching, with a view to establishing re-readings by students regarding the representation of black people invested in the History of the Brazilian 19th century. The work is supported by the field of Languages and Historical Narratives.

**Keywords:** Teaching of History; Comics; Ethnic-racial relations; Representation; Languages and Historical Narratives.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização Geográfica de Brejinhos, João Alfredo/PE	13
Figura 2 – Diário Oficial da União	14
Figura 3 - EREM Jarina Maia	14
Figura 4 - Capas das HQs utilizadas na pesquisa	25
Figura 5 - Histoire de Monsieur Vieux Bois	33
Figura 6 – Golpe da Maioridade	34
Figura 7 – Circulação de Notícias, Golpe da Maioridade	37
Figura 8 – Representação em pintura da mulher africana no Brasil	41
Figura 9 – Representação em pintura de uma família no Rio de Janeiro do século XIX	41
Figura 10 – Capa da obra As aventuras de Nhô Quim & Zé Caipora	45
Figura 11 - Vinheta Sem Bordas	52
Figura 12 - Chegada de Leopoldina ao Brasil	53
Figura 13 - O Jovem Imperador e as Revoltas Provinciais	55
Figura 14 - Origens Familiares da Princesa Leopoldina	57
Figura 15 - Chegada de Tereza Cristina	59
Figura 16 - D. Pedro II Conhece Tereza Cristina	60
Figura 17 - O Tráfico Transatlântico de Escravos	71
Figura 18 - Navio Negreiro	73
Figura 19 - Urbanização no Rio de Janeiro	76
Figura 20 - Comércio na Capital do Império	77
Figura 21 – Combate ao Tráfico Negreiro	79
Figura 22 – Dados geográficos sobre as Comunidades Quilombolas	100
Figura 23 – Coroação de D. Pedro II	101
Figura 24 – Negociações para o “Golpe da Maioridade”	103
Figura 25 – Bailes no Segundo Reinado	105
Figura 26 – Batismo de D. Maria da Glória	107
Figura 27 – Pintura “O cortejo de batismo da Princesa Real Dona Maria da	

Glória”	109
Figura 28 – Festa de Nossa Senhora do Rosário	
Figura 29 – Concurso de Estandartes na EREM Jarina Maia	112
Figura 30 - Festa do Divino no Segundo Reinado	114
Figura 31 – Apresentação do “Maracatu Odara” na Erem Jarina Maia I	116
Figura 32 – Congada	117
Figura 33 – Batuque, Lundu e Entrudo	119
Figura 34 – Populares Festejam o Nascimento de D. Pedro II	124
Figura 35 – Criado Rafael	126
Figura 36 – Criado Rafael aprende a ler	127
Figura 37 – “Viva o 7 de abril!”	128
Figura 38 – Festividades do Te-Deum	129
Figura 39 – Festividades Populares	130
Figura 40 – Doação aos Populares	131
Figura 41 – Cotidiano Segundo Reinado	132
Figura 42 – Pintura “Empregado do Governo saindo a passeio”	139
Figura 43 – Pintura “Feitores castigando negros”	141
Figura 44 – Pintura “Mercado da Rua do Valongo”	142
Figura 45 – Pintura “Um jantar brasileiro”	143
Figura 46 – Pintura “Uma senhora brasileira em seu lar”	144
Figura 47 - Capa da HQ “Odara”	151
Figura 48 – Processo de Criação da HQ “Odara”	152
Figura 49 – Organizando a Fuga para Brejinhos	153
Figura 50 – Sob a Vigilância do Feitor	154
Figura 51 – Fuga dos Escravos	155
Figura 52 – Um Sonho de Liberdade	156
Figura 53 – Lutas Nos Quilombos	157
Figura 54 – HQ Sobre Dandara dos Palmares	159
Figura 55 – HQ Sobre Luiz Gama	161

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>OS QUADRINHOS COMO RECURSO DIDÁTICO/METODOLÓGICO PARA AS AULAS DE HISTÓRIA.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1</b>	<b>História dos Quadrinhos: Surgimento e Popularização.....</b>	<b>31</b>
<b>2.2</b>	<b>Formas, traços e características das Histórias em Quadrinhos.....</b>	<b>47</b>
<b>2.3</b>	<b>Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a lei nº 10.639/03: as HQ's como ferramenta para o estudo das relações étnico raciais....</b>	<b>62</b>
<b>3</b>	<b>A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO IMPÉRIO BRASILEIRO: POR ENTRE TRAÇOS E BALÕES, HQS “AS BÁRBAS DO IMPERADOR [...] E A HISTÓRIA DE UM MONARCA EM QUADRINHOS [...]”.....</b>	<b>68</b>
<b>3.1</b>	<b>No contexto do Império: aspectos políticos e econômicos do século XIX brasileiro.....</b>	<b>68</b>
3.1.1	Pensando a política escravagista no Brasil.....	81
3.1.2	Existir e resistir, o negro quilombola.....	85
<b>3.2</b>	<b>Memória, representação e identidade.....</b>	<b>90</b>
3.2.1	O negro na HQ “As Barbas do Imperador: D. Pedro II, a História de um Monarca em Quadrinhos”.....	98
3.2.2	O negro na HQ “Grandes Figuras em Quadrinhos: D. Pedro II, o Magnânimo”.....	123
<b>4</b>	<b>NA BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PERCURSOS DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....</b>	<b>134</b>
<b>4.1</b>	<b>Da produção ao produto, do produto à produção.....</b>	<b>135</b>
<b>4.2</b>	<b>Panorama geral: refletindo sobre os alcances da sequência didática.....</b>	<b>147</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>165</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>167</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>171</b>

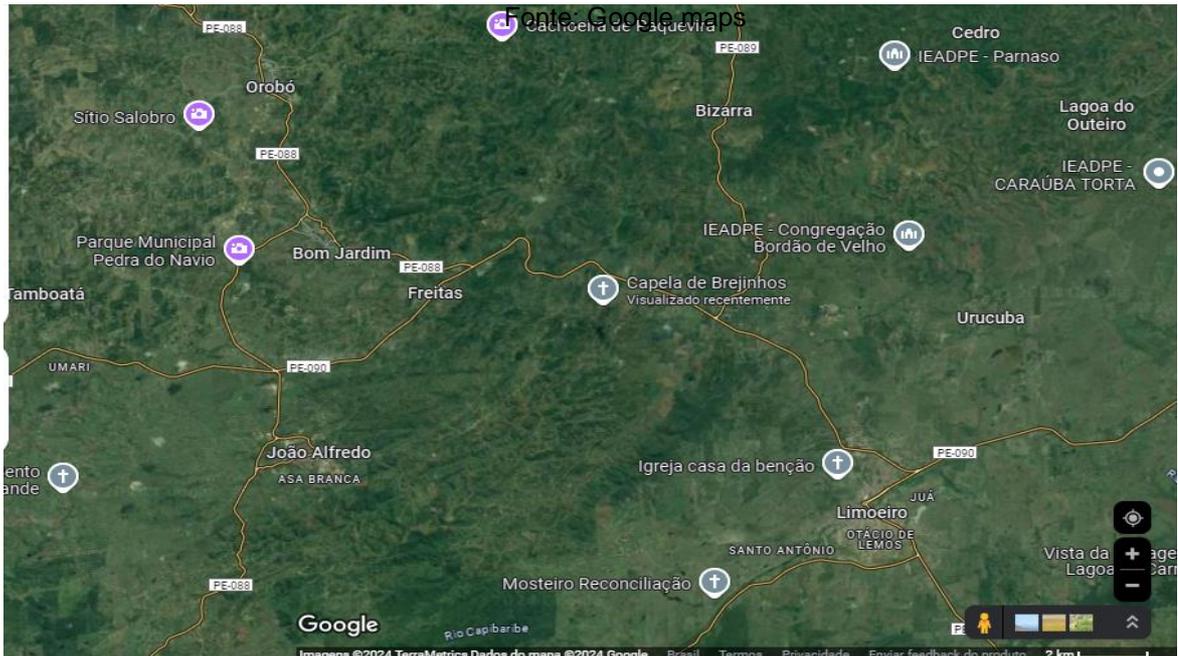
## INTRODUÇÃO

Uma dissertação carrega consigo uma série de nuances que perpassam desde a pesquisa até a vida acadêmica e, além disso, pessoal do pesquisador. Após mais de uma década atuando como professor de História e sentindo a necessidade de procurar novos meios para potencializar o trabalho docente, nos deparamos com um programa de mestrado voltado para professores de História. Era a oportunidade de voltar ao meio acadêmico, mas com um direcionamento para nossa profissão. Na segunda tentativa de seleção obtivemos êxito, passando a integrar o corpo discente do Mestrado Profissional em Ensino de História, ofertado pela Universidade Federal da Paraíba.

A expectativa era poder conhecer experiências profissionais de outros docentes, compartilhar nossas próprias experiências e produzir um material que viesse a contribuir para o melhor desempenho de nossas aulas e de outros profissionais que também têm interesse pelo objeto da pesquisa. As primeiras inquietações surgiram em virtude do pouco hábito de leitura observado entre os alunos do Ensino Médio, o que julgamos fator gerador de dificuldades de compreensão de textos, interpretação e argumentação, elementos esses necessários à disciplina de História. Pensamos então em formas de integrar leitura e aprendizado nas aulas, chegando aos quadrinhos como possibilidade de ferramenta didático-metodológica para aplicação no ensino de História.

Atuando como professor na Escola de Referência Jarina Maia, localizada na cidade de João Alfredo-PE, nos deparamos com um contingente significativo de alunos oriundos da comunidade quilombola de “Brejinhos”. Esses discentes ocupam as três séries do Ensino Médio, sendo a maior incidência nas turmas do segundo ano. Questionados sobre a origem da comunidade e da relação deles com a condição de sujeitos quilombolas, percebemos não só um desconhecimento sobre a origem do povoado, bem como a sua não identificação com relação à pessoa quilombola que era. Surgia aí a possibilidade de interação de leitura acerca do universo espaço-temporal do Império Brasileiro, tendo como um dos recortes temáticos possíveis à representação do negro no século XIX, em que o universo do quilombo faz parte.

Figura 1 - Localização Geográfica de Brejinhos, João Alfredo/PE



Fonte: Google Earth, 2024.

Localizada a cerca de 10 km da sede do município de João Alfredo/PE, a comunidade de Brejinhos fica no caminho que liga algumas cidades do agreste pernambucano, como Limoeiro/PE, Bom Jardim/PE, Orobó/PE, Surubim/PE e João Alfredo/PE, cidade a qual está ligada geograficamente. Recentemente a comunidade quilombola de Brejinho obteve o seu reconhecimento como comunidade quilombola, através do Documento 01420.101869/2021-25, acompanhado de processo na Fundação Palmares, que lhe garantiu direitos enquanto território negro. A Figura 1 que segue ilustra essa promulgação.

Localizada no agreste pernambucano, a cidade de João Alfredo se destaca por ser um polo industrial moveleiro, além de ser reconhecida como a cidade das toyotas (espécies de jipes utilizado para transporte de pessoas e mercadorias). Com pouco mais de 30 mil habitantes, engloba aspectos históricos ligados a produção açucareira que possibilitou a existência de engenhos, e conseqüentemente a presença de mão de obra escrava, que deu origem a comunidade quilombola de Brejinhos.

Figura 2 – Diário Oficial da União

## PORTARIA FCP Nº 48, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, combinado com o art. 1º, ambos do Anexo I, do Decreto nº 11.203, de 21 de setembro de 2022, e em conformidade com arts. 1º e 2º, da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, e com o disposto no art. 2º, inciso LXXII, do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, com o art. 2º, §§ 1º e 2º, e art. 3º, § 4º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, observados os procedimentos determinados na Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Esta portaria certifica que a comunidade, a seguir identificada, se Autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme Declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo nº 01420.101869/2021-25:

Comunidade	Município	Estado
BREJINHOS	JOÃO ALFREDO	PE

Art. 2º Fica autorizado o registro da presente certificação no Livro de Cadastro Geral nº 21, sob o n.º 3049, às fls. 073.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES

Fonte: Diário Oficial da União, 2024.

No que pese à educação de parte dessa comunidade quilombola, vai ser a Escola Estadual de Referência Jarina Maia, localizada na zona urbana da cidade de João Alfredo/Pernambuco, fundada no ano de 1966 e que hoje funciona na modalidade de ensino integral, ofertando apenas o Ensino Médio, que vai assistir discentes tanto da zona urbana (em sua maioria), quanto da zona rural, entre eles os alunos da comunidade quilombola de Brejinhos. É preciso dizer que a Escola Jarina Maia não é a única a ofertar o Ensino Médio na cidade, contudo verifica-se uma predileção por parte dos alunos, que creditam valor no trabalho de aprovação da instituição junto ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Figura 3 - EREM Jarina Maia



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Apresentado o espaço da pesquisa e as motivações que nos levam à sua

execução, partimos agora para as inquietações instadas nas disciplinas do programa, no qual através de indicações de professores e colegas passamos a pensar na utilização de duas obras em formato de HQ, a saber: “As Barbas do Imperador: A História de Um Monarca em Quadrinhos”, de autoria da historiadora Lília Schwarcz e do quadrinista Spacca, e “Grandes Figuras em Quadrinhos: D. Pedro II o Magnânimo”, de Nair da Rocha Miranda. A ideia é a partir do diálogo com as duas obras pensar a representação social dos negros no Império Brasileiro – escravos, livres e libertos –, e como essa análise pode contribuir para uma reflexão acerca da identidade dos alunos(as), pretos e pardos, sobretudo os(as) da comunidade de Brejinhos.

Nessa direção, em favor de uma formação de sujeitos críticos, objetivo premente do ensino de História, e de buscar ferramentas que pudessem auxiliar no processo de ensino aprendizagem, as histórias em quadrinhos (HQ) se apresentaram como um caminho, mas não significa dizer que seja o melhor caminho, pois cada sala de aula tem a sua realidade que lhe é própria, cabendo aos docentes entender, planejar e propor possibilidades a partir daquilo que lhes seja sensível e possível. Especialmente em nosso caso, a escolha foi pelo uso das HQs como uma ferramenta capaz de aproximar o conteúdo de História do Império Brasileiro com os propósitos aqui apontados, problematização da representação do negro nesse contexto histórico.

A princípio, a ideia foi evidenciar e debater algumas das representações dos papéis sociais dos negros durante o Segundo Reinado Brasileiro, atentos a questões do tipo: de que forma os negros estavam sendo apresentados nessas histórias em quadrinhos aqui selecionadas? Assim como a refletir como passam a ser anunciados pela narrativa historiográfica, levando em consideração, conforme dito a pouco, a condição de escravos, livres e libertos. Concomitantemente e seguindo o currículo escolar, entender o governo de D. Pedro II, suas características políticas, econômicas e sociais. Posterior a esse panorama geral, debater o conceito de identidade e de uma identidade negra, no intuito de fomentar o fortalecimento de si e, sobretudo, pensando nos alunos(as) quilombolas de Brejinho.

Diante de tal cenário, o objetivo geral desta pesquisa é entender as representações dos papéis sociais ocupados pelos negros no Império Brasileiro e como isso pode servir de reflexão para a constituição da identidade negra na atualidade. Tendo no ensino de História um espaço de problematização da temática

étnico-racial e nas Histórias em Quadrinhos (HQs) um meio possível de se estabelecer análises. De modo específico, procuraremos: a) identificar formas, traços e características inerentes à formulação dos quadrinhos, de modo a problematizá-los enquanto fontes da História e recursos didáticos para o ensino de História; b) debater o conceito de representação, de modo a estimular e desenvolver uma educação de base antirracista, tomando como ponto inicial a representação do negro no Império brasileiro, com especial atenção para o negro quilombola; c) desenvolver uma sequência didática para as aulas de História do 2º Ano do Ensino Médio, tendo como resultado final a produção de um quadrinho elaborado pelos discentes, cuja temática venha a ser a representação e identidade do negro quilombola.

Em termos de fundamentação teórica, dizemos que a pesquisa gira em torno de cinco eixos de análises, a saber: 1) as relações étnico-raciais; 2) o ensino de História; 3) o uso de HQ em sala de aula; 4) o conceito de representação e 5) o pensamento decolonial. Para abarcar cada um desses campos de estudos, partimos teoricamente de autores como Schwarcz (2013), que para além da HQ “As Barbas do Imperador [...]”, tem contribuído para um entendimento e análise mais profunda acerca das representações dos papéis do negro no período Imperial, a exemplo da obra “Nem Preto, Nem Branco, Muito Pelo Contrário”, na qual Schwarcz (2012) analisou a questão racial, trazendo um panorama daquilo que denominou chamar de laboratório racial brasileiro, através de uma narrativa da miscigenação e como essa passou a ser vista como uma característica positiva na formação da sociedade, legitimada pelo ideal de “democracia racial”. Nesse momento, também cabe ressaltar o diálogo com o pensamento de Quijano (2005), quando diz que o Estado democrático na América não se iniciou através das relações sociais e políticas, mas pela exclusão e/ou eliminação massiva de uma parcela da população, em sua maioria de negros e indígenas.

A obra “Retrato em Branco e Negro”, também de Schwartz (1987), vem a ser importante para o trabalho dissertativo, na medida em que se apresenta interessada em compreender a representatividade do negro no século XIX, a partir das fontes, jornais do Império. A autora demonstrou como a imagem desses indivíduos estava atrelada às relações sociais com os brancos. Ademais, Schwarcz & Starling (2018) vão ser aqui referência, quando dos escritos “Brasil uma Biografia”.

Um conceito importante para o debate aqui proposto do uso das HQs e a

apreensão da figura do negro no Brasil Império, é o de representação anunciado por Chartier (1991) em “O Mundo como Representação”, no qual remete à representação social, seguindo sempre os princípios de percepção e de apropriação. A representação parte de um lugar social e é capaz de analisar aquilo que está presente e ao mesmo tempo ausente. Seria a escrita historiográfica um lugar de materialização dessas disputas – ausente/presente.

Ao propormos uma análise das obras “As Barbas do Imperador [...]” e “Grandes figuras em quadrinhos [...]”, levando em consideração, especificamente, a representação do negro, o que pretendemos é fazer uma análise do conteúdo histórico contido na obra, apresentando a imagem do negro no Brasil Imperial, para só depois iniciar um debate mais profundo sobre como esse homem negro vem sendo retratado na história ao longo dos anos. Apontando para o processo reflexivo, o elemento étnico racial e a produção de conhecimento amparados em uma visão eurocêntrica, em que ao mesmo tempo a enxergamos universal, devido ao seu *lócus* de poder instituído, também marginaliza grupos, indivíduos e saberes que fogem a sua dinâmica. Para isso, atribuiremos sentido ao texto da HQ, partindo das duas hipóteses sugeridas por Chartier (1991) ao analisar um texto, ou livro – A primeira hipótese sustenta a operação de construção de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) como um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades. Já a segunda considera que as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes).

Para Chartier (1991), a representação contribui para a criação de identidades, a partir de relações de poder. O autor defende que as práticas e as estruturas são definidas a partir de representações e estas estariam em constantes conflitos dando sentido à vida dos indivíduos de uma determinada sociedade. Chartier (1991) nos alerta sobre as mudanças que um texto pode tomar tanto a partir de sua estrutura, como relativo ao público que a ele tem contato.

Relacionando tais apontamentos acima anunciados, quanto às mudanças de dispositivos do texto, consideramos a estrutura da obra “As Barbas do Imperador [...]” e “Grandes Figuras em Quadrinhos [...]”, escritas em formato de HQs. Essa preocupação do autor em analisar quem produz e quem recebe determinada produção também se torna relevante para nós a partir do momento que entendemos que a escrita e a leitura do quadrinho foram e são permeadas por relações de poder,

além de ser fruto de um tempo e espaço específicos, que devem ser considerados.

No que pese ao conceito de decolonialidade, dialogamos com autores como Reis (2022), que questiona a colonialidade do saber a partir de um modelo eurocentrado e universalizante. Para o autor, é preciso questionar “[...] a verticalidade hierarquizada dos enfoques teóricos e que confere projeção aos movimentos de resistência protagonizados pelos próprios sujeitos implicados nas lutas [...]” (Reis, 2022, p. 2). Levando-se em consideração o eixo central da pesquisa, que é problematizar a representação do negro na história do Brasil por meio do uso da HQ, é, portanto, um caminho possível frente a um movimento de resistência, cada vez mais forte e operante na contemporaneidade no Brasil e no mundo.

Para além, nos amparamos em Quijano (2005), quando trata da “colonialidade do poder”, que atravessa a dimensão econômico-política das heranças coloniais. É preciso evidenciar que os estudos sobre decolonialidade são relativamente recentes e para apreendê-lo é preciso que se entendam antes as relações que se deram a partir dos primeiros desembarques dos europeus nas Américas. Quijano (2005) afirma que não foi só a América que surgiu perante os olhos europeus a partir dos descobrimentos e, conseqüentemente, da colonização. A própria Europa assumiu um novo papel a partir dessa relação metrópole-colônia, tendo o denominado “Velho Continente”, se colocando como símbolo do desenvolvimento humano em detrimento de povos ditos atrasados (indígenas e africanos).

Essa visão de uma suposta superioridade atrelada aos europeus acabou marcando os anos em que as diversas áreas das Américas ficaram sob a colonização europeia, e acabaram por se perpetuar mesmo após os processos de independências, se materializando e enraizando em vários aspectos sociais, como no caso, por exemplo, da representação dos negros na maioria dos livros didáticos de História, na qualidade quase sempre de escravizados.

Além de Reis (2022) e Quijano (2005), nos auxilia no debate o pensamento pós-colonial de Boaventura de Souza Santos (2022), que argumenta que o Brasil passou na verdade por dois colonialismos, a saber: o colonialismo externo, que se deu desde a chegada dos portugueses e se caracterizou pela apropriação das riquezas perdurando até à Independência; e o colonialismo, que permaneceu no Brasil pós-colonização, e que tem no racismo, na expropriação (roubo) de terras, na

extração desregulada dos recursos naturais e atos de violência contra povos indígenas e afrodescendentes, suas maiores manifestações.

Utilizar a HQ enquanto recurso didático metodológico em diálogo e atenção com a perspectiva descolonizadora é, portanto, possibilitar entender outras representações papéis exercidos por grupos que foram historicamente marginalizados. A educação tem o papel de contribuir com o debate em torno dessas questões étnico-raciais, de modo a corroborar e fortalecer os sujeitos, no sentido de “[...] passar da condição de vítima á de resistente, e da condição de resistente à condição de protagonista da sua história, da diversidade social e cultural e de relações interculturais, libertas do preconceito colonialista [...]” (Santos, 2022, p. 13).

Sendo assim, a pesquisa questiona os saberes historicamente construídos e que impuseram aos negros um espaço segregado na sociedade, mas não só isso, passou a estabelecer a compreensão do negro em torno da relação do ser e não ser anunciada pelo Fanon (2020). Essa é uma questão tão latente em nossa realidade, que é comum a escola ser atravessada por esse universo de tensões que envolvem a temática étnico-racial, a exemplo da, como já dito anteriormente, circulação e uso de materiais didáticos pautados a uma perspectiva eurocêntrica. Nesse sentido, defendemos a ideia de se pensar quais as representações que são dadas ao negro no passado e atualmente, e questionar estruturas sociais segregacionistas, pensando assim ser um caminho viável para a formação de alunos críticos e reflexivos sobre a realidade nacional, de forma que, provavelmente, rompam com estereótipos e preconceitos que insistem em fazer parte da nossa realidade.

Como suporte teórico, em relação às histórias em quadrinhos, utilizamos autores como Nobu Chien (2019), que fez um levantamento sobre a representação do negro em histórias em quadrinhos brasileiras desde o aparecimento dessas narrativas até os dias atuais. Também nos debruçamos sobre os escritos de Waldomiro Vergueiro (2022), pesquisador brasileiro que tem seus estudos voltados para a história e características das histórias em quadrinhos.

Tratando do aspecto metodologia, Certeau (1982) na obra “A Escrita da História”, lança mão de um questionamento que até hoje percorre a mente de todo historiador quando o assunto é a produção historiográfica: “o que produz o historiador quando produz História?” Essa indagação também nos percorreu a mente quando pensamos em uma pesquisa que pudesse trazer contribuições para

as aulas de História.

Conforme argumenta Certeau (1982), o historiador age seguindo técnicas e procedimentos de pesquisa, método. O percurso metodológico foi importante para o entendimento daquilo que almejávamos construir, ou seja, um texto dissertativo que contribua com o debate em torno do campo do ensino de História, tendo como elemento central dessa operação os usos das histórias em quadrinhos enquanto recurso didático, provavelmente capaz de desenvolver espaço de reflexão sobre as questões étnico-raciais, tendo como resultado final a formulação de uma HQ com a temática quilombola e étnico-racial, cujos personagens centrais da produção são os próprios alunos.

Ainda, segundo Certeau (1982), toda escrita histórica é cercada por intencionalidades, portanto, nos interessou problematizar a visão eurocêntrica que estabeleceu vencedores e vencidos, mandatários e subalternos, conquistadores e conquistados. Isso porque estamos vivenciando o curso de uma lenta, mas provável mudança de mentalidade, no qual a representação do negro na construção social do Brasil vem sendo objeto de produção de novos conhecimentos, até então não imaginados pelo peso atribuído a (re)produção de uma história atravessada pela narrativa do homem branco e europeu.

Conforme se anuncia, dizemos que a metodologia se enquadra na perspectiva de estudo qualitativo e revisão bibliográfica. Partimos da leitura e análise da representação dos negros no quadrinho “As Barbas do Imperador [...]” e “Grandes Figuras em Quadrinhos [...]”, de modo a estabelecer caminhos possíveis para as aulas de História, na direção do tensionamento e reflexão, por exemplo, de questões do tipo: igualdade, identidade e equidade.

Relevante ressaltar que as pesquisas de cunho qualitativo visam analisar aspectos subjetivos, comportamentos, ideias, pontos de vista, entre outros elementos que podem vir em formato de texto, imagens, comunicação, linguagens e áudios. Para a pesquisa aqui proposta, o uso da HQ enquanto recurso didático, sua imagem e texto, vem sendo um meio atravessador, que selecionamos para suscitar e subsidiar o debate étnico-racial em sala de aula.

Para tanto, a dissertação também se relaciona com o conjunto normativo que rege a política de educação nacional, partindo da análise da Lei nº 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), prevendo a obrigatoriedade dos estudos da História e Cultura afro-brasileira no decorrer de

toda a Educação Básica, sobretudo nas disciplinas de Artes, Literatura e História do Brasil; a Base Nacional Comum Curricular, que prevê tanto a utilização de quadrinhos em sala de aula, como a necessidade de abordagens sobre as questões étnico raciais; e o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Do ponto de vista dos diálogos teórico-metodológicos até aqui constituídos, temos no uso das HQs para o ensino de História e o produto proposto sequência didática, um caminho possível a seguir. É válido ressaltar que a sequência didática se apresenta como uma série de atividades pensadas e coordenadas a partir de um tema gerador, que, nesse caso, é a representação do negro na constituição social do país, dentro de um recorte temporal, a saber, o Brasil Império. A sequência didática é um facilitador do processo de ensino-aprendizagem, na medida em que se apresenta como uma ação planejada de um conjunto de atividades ligadas entre si e que dão sentido àquilo que o docente almejou para o bom desenvolvimento das aulas e, conseqüentemente, do aprendizado.

A sequência didática tem por ação final a produção de uma HQ por parte dos alunos estruturada ao longo das aulas. Contudo, antes da sua concretização ficou previsto: aulas sobre as características das histórias em quadrinhos, como o formato, os balões de falas e a relação imagem/texto; leitura e debate do quadrinho “As Barbas do Imperador [...]” e “Grandes Histórias em Quadrinhos [...]”; realizando um apanhado de quais são os espaços de produção dessas obras? Em qual tempo histórico foram publicadas e quem são seus autores? Para além, partilha das impressões dos discentes sobre as obras, bem como trabalho de reflexão acerca da representação da população negra no Império brasileiro; aula acerca do conteúdo programático, Segundo Reinado, consistindo na construção do repertório de informações sobre o tema – aula e pesquisa sobre as representações dos papéis sociais dos negros no Brasil Império, escravos, libertos e livres; Pesquisa sobre as origens da comunidade quilombola de Brejinhos - PE; Roda de diálogos sobre o conceito de igualdade e identidade negra, dando destaque ao recorte em torno do debate da identidade quilombola.

No que pese à divisão da dissertação, a mesma está estruturada em três capítulos, quais sejam: Capítulo 1 - “Os Quadrinhos como Recurso Didático/metodológico para as Aulas de História”, no qual trata sobre as potencialidades das histórias em quadrinhos como recurso passível de ser utilizado

na sala de aula, sobretudo nas aulas de História. Percorremos minimamente a história dos quadrinhos desde o seu surgimento até à sua popularização, em especial no Brasil. Apontamos algumas obras clássicas das histórias em quadrinhos brasileiras e as que podem ser utilizadas em aulas de História por ter seu conteúdo ligado à historiografia nacional. Posteriormente tratamos das formas, traços e características das histórias em quadrinhos, tais como o uso de imagens, o tipo de linguagem empregada, a diagramação, os balões de falas e outras peculiaridades que fazem essas histórias serem bastante atrativa para o público, chamando atenção para a HQ enquanto recurso didático, o Ensino de História e a temática étnico-racial. Por fim, analisamos a legislação educacional brasileira apontando como as histórias em quadrinhos aparecem na BNCC e como elas podem contribuir para atingir os objetivos previstos na Lei nº 10.639/03, e os estudos das relações étnico-raciais na Educação Básica.

No segundo capítulo passamos a contextualizar o negro dentro da sociedade brasileira do Segundo Reinado, para posteriormente adentrar pela leitura dos quadrinhos “As Barbas do Imperador: D. Pedro II, a História de um Monarca em Quadrinhos” e “Grandes Histórias em Quadrinhos [...]”. Essas análises específicas reforçaram as possibilidades do uso didático das histórias em quadrinhos nas aulas de História, na medida em que fazemos reflexões a partir do diálogo com as HQs em questão. Nesse momento da escrita da dissertação, problematizamos a representação do negro no Brasil Imperial, buscando apontar para o estudo possibilidades outras em torno da história e identidade do negro no país.

No terceiro capítulo, apresentamos de forma específica o produto, que é a sequência didática para aulas de História, tendo como suporte histórias em quadrinhos. Nessa seção apresentamos os resultados da elaboração da sequência didática através da sua aplicação em sala de aula, finalizando com a produção da HQ pelos alunos, cuja temática é a representação e identidade do negro quilombola, em especial o da comunidade quilombola de Brejinho, João Alfredo-PE. Por fim, damos evidência ao processo de produção da HQ, bem como analisamos o seu resultado, a saber: pontos positivos e negativos alcançados com a atividade e as aulas propostas na sequência didática.

A presente dissertação enquadra-se na linha de pesquisa Saberes Históricos no Espaço Escolar presente no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória/UFPB. A pesquisa com histórias em quadrinhos se apresenta como uma

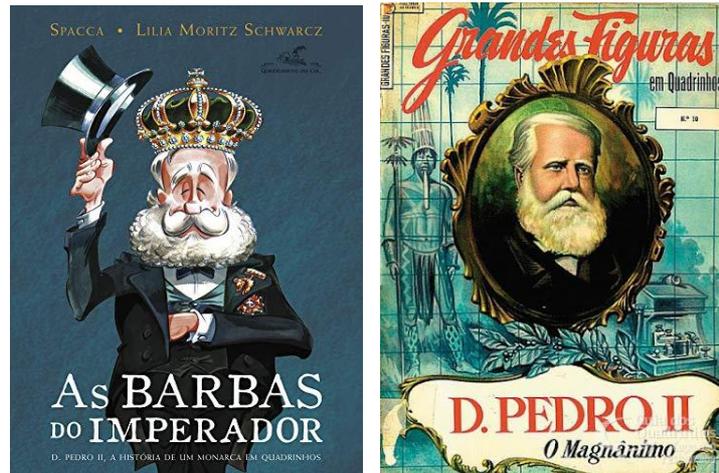
ferramenta didático-metodológica, que pode ser utilizada por professores da disciplina de História, de modo a pensar as relações étnico-raciais, partindo do recorte temporal do Império Brasileiro e a representação do negro no século XIX.

## **2 OS QUADRINHOS COMO RECURSO DIDÁTICO/METODOLÓGICO PARA AS AULAS DE HISTÓRIA**

A dissertação que se apresenta parte de três perspectivas centrais, quais sejam: 1) as relações étnico-raciais, com foco nas representações do negro no Segundo Reinado brasileiro; 2) as abordagens da educação decolonial voltadas para o ensino de História na atualidade; e 3) o uso de HQ's como ferramenta didático-metodológica em salas de aula. Dito isto, damos início destacando o fato de serem as histórias em quadrinhos fonte da pesquisa, mas também um recurso material, aqui considerado como viável para as aulas de História. Levamos em consideração serem as HQs um dos meios possíveis de se tentar tornar os conteúdos de História mais acessíveis ao aprendizado dos discentes. Entre tantas possibilidades metodológicas, pensamos nas HQs como um suporte para corroborar com o debate étnico-racial, elemento crucial para formação de alunos críticos, reflexivos e sensíveis às questões do racismo e das desigualdades.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram selecionadas duas histórias em quadrinhos: 1) “As Barbas do Imperador: D. Pedro II, a História de um Monarca em Quadrinhos”, de 2013, de autoria da historiadora Lília Schwarcz e do quadrinista Spacca, publicada pela Editora Companhia das Letras; 2) “Grandes Figuras em Quadrinhos, D. Pedro II O Magnânimo”, de 1959, de autoria de Nair da Rocha Miranda, e do quadrinista Nico Rosso, pela Editora Brasil - América Limitada (Ebal). A escolha pelas HQs se justifica pelo fato de ambas tratarem do Segundo Reinado brasileiro, recorte temporal no qual enquadraremos as ações desse trabalho dissertativo. Será a partir das HQs que pensaremos quais as representações do negro na sociedade Imperial no século XIX, e levaremos os alunos(as) a refletirem de que forma esse debate vem sendo (re)visitado pelo componente curricular História.

Figura 4 – Capas das HQs utilizadas na pesquisa



Fonte: *Print Screen* das capas das HQ em estudo, da primeira edição, de 2013, e da décima edição, de 1959, respectivamente.

Ressaltamos que a disciplina de História possui como objetivo promover um aprendizado crítico e reflexivo, que seja capaz de suscitar análises do homem em tempos e espaços variados, estabelecendo uma leitura de mundo socioeconômica, política e cultural. Para que tais metas possam ser alcançadas, faz-se necessário formar alunos que saibam efetivamente ler e interpretar esse mundo que a eles está sendo apresentado. Nessa direção, a leitura, enquanto ação necessária para a apreensão do conhecimento histórico, não poderia ser defasada e nem desinteressada aos alunos(as).

Apreendemos na ação da leitura um dos meios que proporciona a formação desse aluno(a) crítico e reflexivo a que falamos. Entretanto, ao longo de mais de uma década atuando na área da educação, entre tantas constatações acerca da prática em sala de aula, identificamos que alunos(as) que gostam de ler por conta própria – livros de literatura, por exemplo – possuem um desempenho melhor nos estudos, haja vista uma maior inclinação para interpretar, argumentar e escrever com coerência e coesão. Concomitante a essa constatação, também percebemos que a esmagadora maioria dos alunos tem pouco hábito de leitura, ou se limitam ao universo da leitura virtual, “[...] sabe-se igualmente que os primeiros leitores eletrônicos verdadeiros não passam mais pelo papel [...]” (Chartier, 1998, p. 94). Apesar de pensarmos ser necessário relativizar essa fala de Chartier, é fato que as novas gerações cada vez mais se distanciam dos impressos e optam pelas telas digitais.

Em um mundo cada vez mais globalizado e com a popularização da internet,

o acesso à leitura digital ficou mais acessível. Temos hoje uma das sociedades que mais leem, sem necessariamente serem leituras de livros impressos ou mesmo de conteúdos de qualidade. É o mundo das mensagens de texto, sem preocupação com a norma culta da língua. É a época do imediatismo, da velocidade, dos caracteres limitados e das informações rápidas. Soma-se a isso o alto custo dos livros em papel, que concorrem de forma desleal com cópias pirateadas facilmente encontradas nas redes.

Temos visto com mais frequência notícias sobre o fechamento de grandes livrarias no país, e nessa contramão, acreditamos que proporcionar um contato de jovens com leituras relativamente baratas, como é o caso dos quadrinhos, pode se configurar em um meio capaz de aproximar, se não todos, mas alguns alunos, de outras leituras que agucem mais seu intelecto e os aproximem de culturas diversas. Quem vivencia a realidade da sala de aula na Educação Básica percebe que são raros os estudantes que nos intervalos fazem uso de livros impressos como forma de recreação. Uma realidade passível de ser alterada, através da mediação do professor em sala de aula e de trabalhos com outras metodologias, como é o caso da leitura das HQs, que se apresentam como uma das possibilidades possíveis.

Chartier (1998) nos faz pensar nas diversas formas como a leitura é assimilada a depender do leitor. Cada obra ganha contornos de interpretações e emoções que só o subjetivo do leitor é capaz de proporcionar, “[...] cada leitor, para cada uma de suas leituras, em cada circunstância, é singular [...]” (Chartier, 1998, p. 91). É pensando também nesse leitor e nessa leitura, que o quadrinho, quando apresentado como material didático para o ensino de História, pode ser utilizado como um dos caminhos possíveis para ajudar a romper com as tradicionais barreiras que a maioria dos alunos coloca em torno da disciplina em si, uma vez que a encaram como um componente que exige muita leitura; sendo estas nem sempre atrativas aos interesses de grande parte do público jovem. Instigar atividades de leitura que a princípio ocupam um lugar de atividade escolar, pode, quem sabe, se tornar hábito para aqueles que são resistentes a se entregarem aos prazeres das páginas de um bom livro.

Inquietado com tais constatações e na certeza de que a disciplina de História poderia de alguma forma ser um meio incentivador para essa prática de leitura, começamos a nos indagar: as HQs poderiam ser um meio impulsionador para os aprendizados históricos? Essa é uma questão difícil de responder, principalmente

quando paramos para refletir acerca do elemento que trouxemos na introdução deste trabalho, de que cada sala de aula é expressão de um universo que lhe é particular, e que dentro dela ainda existe o que consideramos ser as subjetividades dos alunos(as), que podem aceitar ou não, de forma positiva, o instrumento das HQs em sala de aula.

Dito isto, tivemos como campo de análise o Ensino Médio, terceira etapa da Educação Básica, especificamente turmas do 2º Ano, da Escola de Referência Jarina Maia, localizada na zona urbana da Cidade de João Alfredo-PE, no ano letivo de 2024.

Na ocasião não só foi motivação para a pesquisa em curso a necessidade de melhoria da leitura, componente fundamental para o desenvolvimento da disciplina de História, mas também o fato de vários dos nossos alunos(as) serem oriundos da comunidade quilombola de Brejinhos, localizada na cidade de João Alfredo/PE, e de que pouco se debatia na escola sobre tal comunidade, sobre a identidade quilombola e/ou as questões étnico-raciais que atravessam esses sujeitos. Em conversa informal com os discentes oriundos do Quilombo de Brejinhos percebemos que eles mesmos não sabiam ao certo as origens da sua comunidade, e nem mesmo o que o reconhecimento das suas terras pela Fundação Palmares representava enquanto direitos adquiridos. Nesse sentido, atentos às realidades dos alunos(as), começamos a refletir sobre metodologias que pudessem potencializar discussões sobre identidade negra, comunidades quilombolas no passado e atualmente, e representações desses povos ao longo da História, tendo como recorte para o trabalho o Império Brasileiro, especificamente o Segundo Reinado.

Exposta a problemática da falta de leitura e das questões étnico-raciais que envolviam o elemento identitário de alunos quilombolas, surgiu o questionamento: como mobilizar esforços para a constituição e planejamento das aulas de História dali em diante. A ferramenta didático-pedagógica escolhida, conforme já anunciado, foi as histórias em quadrinhos (HQ), pois embora haja limitações quanto ao seu uso, como há em qualquer outro recurso didático, nos debruçamos acerca dos estudos que trataram das potencialidades das HQs em aulas de História, a exemplo de José Alberto Lovetro e Sonia M. Bibe Luyten, que possuem artigos sobre as possibilidades do uso de histórias em quadrinhos na coleção “História em Quadrinhos: Um Recurso de Aprendizagem”, de 2011, que teve como organizadora a TV escola, e que utilizamos como fonte para a pesquisa. Além de Waldomiro

Vergueiro, com o artigo “Uso dos HQ’s no Ensino”, que faz parte do livro “Como usar as Histórias em Quadrinhos em Sala de Aula”, de 2022.

Conforme se observa, a opção histórias em quadrinhos não se deu de forma aleatória, foi pensada mediante diálogo com pesquisas, já mencionadas em seções anteriores, bem como por experiências prévias em outros momentos de nossa jornada profissional, no qual o recurso se apresentou possível. Quanto ao uso de quadrinhos e prática de leituras, temos na afirmação de Vergueiro (2022, p. 23) que,

Os quadrinhos auxiliam no desenvolvimento do hábito de leitura – a ideia preconcebida de que as histórias em quadrinhos colaboravam para afastar as crianças e jovens da leitura de outros materiais foi refutada por diversos estudos científicos. Hoje em dia sabe-se que, em geral, os leitores de histórias em quadrinhos são também leitores de outros tipos de revistas, de jornais e de livros.

Por outro lado, não bastava a HQ ser apenas um meio para incentivar a leitura, haja vista que o aprendizado dos conteúdos próprios da disciplina de História não poderia caminhar equidistante dessa prática. Nessa direção, Luyten (2011, p. 6) afirma que,

No plano pedagógico, os quadrinhos proporcionam experiências narrativas desde o início do aprendizado, fazendo os alunos adquirirem uma nova linguagem. Crianças e adolescentes seguem a história do começo ao final, compreendem seu enredo, seus personagens, a noção de tempo e espaço, sem necessidade de palavras sofisticadas e habilidades de decodificação. As imagens apoiam o texto e dão aos alunos pistas contextuais para o significado da palavra. Os quadrinhos atuam como uma espécie de andaime para o conhecimento do estudante.

Conforme se observa na citação acima, existe nos usos desse recurso didático em sala de aula uma abertura para o crescimento e autonomia dos estudantes, na medida em que o conhecimento pode se apresentar de forma dinâmica, interativa e atrativa. De acordo com Lovreto (2011, p. 23),

Os quadrinhos enriquecem o vocabulário dos estudantes – as histórias em quadrinhos são escritas em linguagens de fácil entendimento, com muitas expressões que fazem parte do cotidiano dos leitores; ao mesmo tempo, na medida em que tratam de assuntos variados, introduzem sempre palavras novas aos estudantes, cujo vocabulário vai se ampliando quase que de forma despercebida para eles.

Os quadrinhos, quando utilizados como ferramenta didática, podem ser um dos caminhos capazes de potencializar o processo de ensino e aprendizagem, a depender da aceitação da turma e de suas peculiaridades, pontos que só podem ser

observados pelos docentes em suas realidades educacionais. Com uma linguagem simples, atravessada por uma sequência de pensamentos e informações, com início, meio e fim, além da utilização de imagens ilustrando passagens e personagens. Chinen (2019, p. 18) afirma que,

Numa linguagem como as histórias em quadrinhos, que reúne o elemento gráfico (desenho) e o narrativo (roteiro, diálogos), a inserção de um personagem implica não apenas uma representação de seu aspecto físico, mas também de sua personalidade, constituída, naturalmente, por características individuais, mas que sofre influência da cultura de seu meio e de sua formação.

Ao voltar nossa atenção para o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, conforme já anunciado anteriormente, pensamos em apresentar o contexto histórico do Brasil Imperial, conteúdo vinculado ao currículo do 2º Ano, travando reflexões da representação do negro nesse recorte da História, mas não só isso, também buscando refletir de que forma tais representações reverberam hoje na constituição social dos estudantes quilombolas da Comunidade de Brejinhos.

Vale ressaltar que ao refletirmos as relações étnico-raciais a partir de histórias em quadrinhos, partimos da perspectiva de análise de que há intencionalidades nas produções, influências do momento da escrita e, também as questões de representação de épocas, buscando contar de maneira imagética, figuras, traços e personagens em um contexto.

A HQ "As Barbas do Imperador: A História de um Monarca em Quadrinhos", de Lilia Moritz Schwarcz e Spacca, utiliza a narrativa gráfica para explorar a figura de Dom Pedro II e sua relação com o Brasil do século XIX, especificamente nas fases iniciais do seu reinado, quando o monarca ainda era um jovem adolescente.

Schwarcz e Spacca (2013) buscam desconstruir a imagem idealizada de Dom Pedro II, apresentando suas fragilidades, conflitos e contradições, o que humaniza a figura histórica. A obra insere a biografia do imperador em um contexto mais amplo, abordando questões sociais, políticas e culturais do Brasil, permitindo ao leitor compreender a complexidade da época, no nosso caso, atentar para a questão do papel social dos negros escravizados, livres e libertos.

Ao questionar a narrativa tradicional sobre o Império, a autora incentiva os leitores a refletirem sobre a história brasileira, sua construção e as influências do passado no presente. Schwarcz e Spacca (2013) exploram como a imagem e a

representação do imperador eram cuidadosamente cultivadas, discutindo a política da imagem e seu impacto na percepção pública. A obra também destaca a diversidade cultural do Brasil do século XIX, mostrando como diferentes grupos sociais interagem e como suas histórias estavam interligadas à do Imperador. Essas intenções revelam um projeto ambicioso que busca não apenas informar, mas também provocar uma reflexão crítica sobre a identidade nacional e a formação da história brasileira, elementos que destacamos como centrais para a dissertação.

Já a HQ “D. Pedro II, o Magnânimo. Grandes Figuras em Quadrinhos”, de Nair da Rocha Miranda (1959), apresenta uma abordagem distinta sobre o imperador. A obra tende a glorificar a figura de Dom Pedro II, retratando-o como um monarca idealizado, simbolizando a estabilidade e o progresso do Brasil. Miranda (1959) busca reforçar o orgulho nacional ao destacar as contribuições de Dom Pedro II para o desenvolvimento do país, promovendo uma narrativa positiva.

A obra simplifica questões históricas e sociais, apresentando uma visão que favorece a monarquia, possivelmente para evitar discussões mais profundas sobre a República e suas consequências. Dom Pedro II é retratado como um líder benevolente e culto, representando valores como justiça e sabedoria, reforçando a ideia de um governante ideal. Ao enfatizar a figura de um imperador admirável, a autora contribui para a construção de uma identidade nacional que se orgulha de seu passado imperial. Essa obra, portanto, se posiciona como um instrumento de promoção de uma visão positiva da monarquia, buscando inspirar um sentimento de admiração pelo legado de Dom Pedro II.

Apresentado o panorama geral das obras, ressaltamos que as possibilidades para utilização de HQs em aulas de História ganham a cada dia novas possibilidades, dentro das mais variadas temáticas. Em História Geral, por exemplo, conseguimos tratar da perseguição aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial a partir do clássico “O Diário de Anne Frank” na sua versão em HQ, única autorizada pelo Anne Frank Fonds Basel, publicada no Brasil pela editora Record em 2017. Dentro da mesma temática, temos os quadrinhos da coleção “Maus”, de Art Spiegelman, cuja primeira edição remonta ao ano de 1986 e trata da história de um sobrevivente de Auschwitz.

No que pese à História do Brasil, há possibilidades de se estudar a Revolta da Chibata a partir do quadrinho “Chibata!”, de Olinto Gadelha, lançado em 2008, e o processo de Proclamação da República, tendo como suporte a HQ “História do

Brasil em Quadrinhos – Proclamação da República”, de Edson Rossatto, de 2010. Acerca da temática étnico-racial, há várias obras, sobretudo do quilombo de Palmares, que vão desde a primeira revista publicada em 1955 com o título “Zumbi em Quadrinhos”, da editora La Selva, de autoria de Clóvis Moura e desenhos de Álvaro Moya, até versões mais contemporâneas como as de Marcelo D’Saete: “Cumbe” (2014), Angola Janga (2017) e Mukanda Tiodora (2023), todas tratando da temática da resistência escrava no Brasil, sendo a última responsável por fazer do autor o vencedor do Prêmio Jabuti em Quadrinhos, em 2023.

Certamente, todas essas Histórias em Quadrinhos são materiais passíveis de serem acionados para as aulas de História, e outros títulos poderiam muito bem ser aqui citados, contudo, em termos de limitação espaço-temporal, própria da escrita dissertativa, esses foram os caminhos/exemplos selecionados para o uso de HQs no ensino de História, nosso objeto em estudo. Do exposto, fica a reflexão de que há possibilidades múltiplas a serem exploradas pelos professores. Passaremos agora a abordar a história das histórias em quadrinhos, do surgimento à sua popularização.

## **2.1 História dos Quadrinhos: Surgimento e Popularização**

Para a redação dessa etapa da pesquisa, partiremos da apresentação da história das HQ’s no geral para depois adentrar nas produções nacionais. Entretanto, enfatizamos que não houve uma dependência das produções brasileiras em relação ao que acontecia no cenário externo. São produções que guardam peculiaridades própria do nosso contexto social e político.

Fazendo uso de uma analogia, digamos que os rabiscos nas paredes de cavernas que remontam à Pré-História poderiam fazer alusão a esse formato de história desenhada, ou seja, as primeiras manifestações do que seria o embrião das histórias em quadrinhos. Em uma época cheia de perigos e de lutas constantes pela sobrevivência, uma possibilidade de preparar os jovens para os desafios da vida era “[...] desenhar a sequência de uma caça ao antílope, ou como obter fogo, ou até como gerar filhos [...]” (Lovreto, 2011, p. 10). As imagens eram, nessa época, um meio de sobrevivência,

Essa linguagem criada no início de nossa civilização é hoje chamada de quadrinhos ou arte sequencial. E, por incrível que pareça, é a linguagem também do século 21. A linguagem dos balões dos quadrinhos é tão coloquial e econômica como a do twitter e seus 140 caracteres. Isso sem

contar a força visual que vem, a cada ano, sendo preponderante e necessária na comunicação moderna (Lovreto, 2011, p. 10).

Perpassando pelas temporalidades históricas, poderíamos nos debruçar por vários momentos em que a imagem e o texto, ora um, ora outro, as vezes ambos, foram utilizados como meio de informação e comunicação. Não é a pretensão da dissertação e nem seria viável nos debruçarmos por cada uma dessas épocas, porém, Lovreto (2011, p. 10) nos resume com alguns exemplos a presença de sequências de imagens com a finalidade comunicacional em vários momentos da História,

Temos exemplos de arte sequencial nos hieróglifos egípcios, nos panôs e desenhos nas igrejas da Via Sacra de Jesus, difundidos na Idade Média, e até nos túmulos de reis, onde havia sequências de sua dinastia em alto relevo. [...] Até o século XVII poucas pessoas eram alfabetizadas. Por isso, a imagem foi tão importante. Até um analfabeto consegue absorvê-la. Surdos-mudos entendem. Crianças entendem. Homens das cavernas entendiam.

A massificação tanto de textos quanto de desenhos só foi possível graças à invenção da máquina de impressão de Gutemberg<sup>1</sup>, no século XV. Entretanto, o que pode ser considerado como o elo distante das histórias em quadrinhos foi uma produção de 1827, do suíço Rudolph Topffer, intitulada “Histoire de Monsieur Vieux Bois”. Apesar de não conter os tradicionais balões de fala, essa história traz consigo elementos típicos de uma história em quadrinhos, como a divisão em quadros sequenciais, molduras, imagens e texto, aparecendo este último em quadros menores na parte inferior das imagens. A Figura 5 que segue ilustra esse dado.

---

<sup>1</sup> Na obra “A Aventura do Livro: do Leitor ao Navegador”, Roger Chartier aponta as transformações que ocorreram na popularização dos livros a partir da invenção da máquina de imprensa de Gutemberg. O autor destaca que “[...] em meados da década de 1450, só era possível reproduzir um texto copiando-o a mão, e de repente uma nova técnica, baseada nos tipos móveis e na prensa, transformou a relação com a cultura escrita [...]” (Chartier, 1998, p. 7).

Figura 5 - Histoire de Monsieur Vieux Bois



Fonte: Blog do Gutemberg, na internet, 2024.

Brunelo e Silva (2022) destacam o momento de maior popularização das histórias em quadrinhos, quando em 1920, nos Estados Unidos, começaram a aparecer os denominados *Comic Books*, livros contendo histórias em quadrinhos tendo super-heróis como personagens centrais e enredos girando em torno de aventuras. “[...] Os quadrinhos nascem como página dominical em cores nos periódicos, e somente após alguns anos se convertem também em tiras diárias. A partir dos anos de 1930, por fim, nasce o comic book, ou melhor, a revista em quadrinhos [...]” (Barbieri, 2017, p. 130).

Já nesse momento de popularização, as histórias em quadrinhos demonstraram uma relativa aceitação entre o público jovem estadunidense, realidade que também foi vivenciada no Brasil desde a popularização de histórias em quadrinhos. Para Vergueiro (2022, p. 21) as histórias em quadrinhos trazem em si determinadas características que podem atrair a atenção dos jovens, facilitando sua inclusão como ferramenta didática na sala de aula,

A inclusão das histórias em quadrinhos na sala de aula não é objeto de qualquer tipo de rejeição por parte dos estudantes, que, em geral, as recebem de forma entusiasmada, sentindo-se, com sua utilização,

propensos a uma participação mais ativa nas atividades da aula. As histórias em quadrinhos aumentam a motivação dos estudantes para o conteúdo da aula, aguçando sua curiosidade e desafiando seu senso crítico.

Ainda, segundo o autor (2022, p. 22), “[...] palavras e imagens, juntos, ensinam de forma mais eficiente – a interligação do texto com a imagem, existente nas histórias em quadrinhos, amplia a compreensão de conceitos de uma forma que qualquer um dos códigos, isoladamente, teria dificuldade para atingir [...]”. Como exemplo, segue a Figura 6.

Figura 6 – Golpe da Maioridade



Fonte: Spacca; Schwarcz, 2013, p. 15.

A Figura 6, intitulada “Golpe da Maioridade”, ilustra bem o que defende Vergueiro (2022). Esse era o momento da conspiração para o chamado “Golpe da Maioridade”, que colocaria D. Pedro II no poder, que na época tinha 14 anos de idade, em uma manobra feita pelas elites. A imagem ilustra membros da elite (Senadores e Deputados), facilmente identificados pelas vestimentas, e o texto da película aponta para termos e grupos envolvidos no golpe, a saber: o Clube da Maioridade, que teve atuação relevante para que a subida de D. Pedro II ao trono fosse concretizada.

Quando D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro, seu sucessor, o Pedro de Alcântara, contava apenas com 5 anos de idade, estando, portanto, incapacitado para as funções de Imperador. A saída imediata foi eleger governantes regentes, como previa à Constituição de 1824. Entretanto, o período que se segue, denominado de Período Regencial, é marcado por revoltas que eclodiram em várias

partes do país, a exemplo da Cabanagem, no Pará, a Balaiada, no Maranhão, a Sabinada, na Bahia, a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, e a Revolta dos Malês, novamente na Bahia.

Insatisfeitos com as revoltas e, principalmente, com questões políticas envolvendo os partidos Liberal e Conservador, surge no Rio de Janeiro um grupo político favorável à antecipação da maioria do príncipe Pedro. Como destaca Schwarcz e Starling (2018, p. 277),

A ideia de antecipar a subida de D. Pedro ao trono, originalmente prevista pela Constituição para 1843, quando o monarca completaria dezoito anos, era segredo de polichinelo. Afinal, já em 1835 se comentava abertamente a 'necessária' coroação do imperador. Mas foi em 1840, com a criação do Clube da Maioridade, que o projeto tomou forma: os deputados liberais, contrários à Regência de Araújo Lima, vão ao Senado e exigem a posse antecipada de Pedro de Alcântara. Inusitado pensar que, diante das várias rebeliões regenciais, dos projetos republicanos, e da radicalização da situação, reforçou-se uma saída simbólica, sustentada num sistema de governo monárquico e liderado pela Região Centro-Sul do país: só o monarca poderia garantir o poder centralizado e de representação nacional.

Como se observa no exemplo o “Golpe da Maioridade”, imagens e palavras juntas em formato de narrativas em quadrinhos podem ajudar no processo de ensino sobre o período Imperial brasileiro. Voltando para os escritos de Brunelo e Silva (2022), logo quando as HQs se popularizaram nos EUA, as histórias em quadrinhos passaram a ser “[...] consideradas perigosas social e moralmente” uma vez que “eram vistas como empecilho para o desenvolvimento cognitivo das crianças e não merecedoras de serem empregadas nas atividades desenvolvidas em sala de aula [...]” (Brunelo e Silva, 2022, p. 150).

Essa aversão aos quadrinhos ganhou força após o lançamento do livro *Seduction of the Innocent* (Sedução do Inocente), cujo autor era o psiquiatra Fredric Wertham (1954). Nele havia uma série de textos supostamente provando que as HQs eram nocivas aos jovens, sendo capazes de potencializar atos de violência. Em um contexto de acirramento da Guerra Fria e da “ameaça comunista”, as ideias distorcidas de Wertham (1954) ganharam ecos na pessoa de Joseph McCarthy, então senador estadunidense, que passou a promover toda sorte de censura a revistas e autores de HQs, por acreditar que tais produções poderiam fomentar o comunismo, a violência e tudo aquilo tido como antiamericano, ou seja, os quadrinhos não fugiram à regra das perseguições do denominado “macarthismo”.

Porém, como bem enfatiza Luyten (2011, p. 8), “[...] os equívocos da década

de 1950 são coisas do passado. Tanto os professores como os pais já estão prontos para uma nova geração de materiais educativos que ensinem através dos quadrinhos [...]”. Na atualidade, a utilização de imagens somadas a textos já aparecem em materiais didáticos em formatos de tirinhas, charges, entre outros. São possibilidades que se apresentam ao educador que tenta trabalhar determinados conteúdos de forma mais dinâmica. Nesse ínterim as HQs não poderiam compor a lista de materiais a serem utilizados em alguns momentos do processo educacional? Utilizar passagens de alguma HQ para ilustrar algum aspecto do conteúdo, utilizar partes de uma obra em quadrinhos com temáticas históricas para leituras compartilhadas ou mesmo produção textual/debates, ou mesmo indicar como leituras complementares aos conteúdos propostos? São possibilidades que pensamos serem capazes de auxiliar, juntamente com outras estratégias, o trabalho do professor em sala de aula.

Seguindo na mesma linha de raciocínio, é possível perceber que mesmo com o advento das novas tecnologias e a rápida proliferação das redes sociais, as histórias em quadrinhos ainda resistem como atrativos em meio ao mundo jovem. “[...] Mesmo o aparecimento e a concorrência de outros meios de comunicação e entretenimento, cada vez mais abundantes, diversificados e sofisticados, não impediram que os quadrinhos continuassem, neste início de século, a atrair grande número de fãs [...]” (Vergueiro, 2022, p. 7).

Hoje o que levamos em consideração da experiência estadunidense é o fato de as histórias em quadrinhos serem passíveis de atrair a atenção do público jovem, sendo a questão do atraso cognitivo oriundo dos quadrinhos uma problemática há muito superada entre aqueles que se debruçam sobre aspectos metodológicos para salas de aula. Se as HQs têm realmente essa receptividade entre os jovens, e acreditamos que tenha, pode sim ser uma ferramenta didática a ser usada em aulas, em especial, para aulas de História.

Partindo desses pressupostos, o emprego das histórias em quadrinhos como recursos para a formação histórica almeja proporcionar o desenvolvimento de competências e de habilidades, a fim de promover junto ao alunado a capacidade de reconhecer a existência de diferentes linguagens e de variados sujeitos sociais presentes no devir histórico. (Brunelo e Silva, 2022, p. 159).

As histórias em quadrinhos comungam imagens e textos de forma integrada a personagens, conectando o que está sendo lido diretamente com o leitor. “[...]”

Imagens e textos são trabalhados de forma harmônica, o que possibilita ao estudante compreender melhor determinados conceitos que, se explicados apenas através da escrita, tornar-se-iam mais difíceis de serem compreendidas [...]” (Brunelo e Silva, 2022, p. 162).

Para enfatizar o que defende os autores citados acima, voltamos a utilizar mais uma passagem da HQ “As Barbas do Imperador [...]”, que trata dos arranjos políticos que levaram ao “Golpe da Maioridade”.

Figura 7 – Circulação de Notícias, Golpe da Maioridade



Fonte: Spacca; Schwarcz, 2013, p. 15.

A Figura 7 destaca, além da elite, uma suposta participação popular naquele contexto, inclusive com um “manifestante” segurando um “cartaz” que define de forma simples e objetiva o que seria o golpe. Além de uma suposta participação popular no anseio para a antecipação da maioridade do príncipe Pedro de Alcântara, é possível adentrar por outras análises apenas com essa passagem do quadrinho. No canto inferior esquerdo, aos olhos do leitor, e na parte direita, acima do cartaz, ao fundo, aparecem personagens segurando jornais com manchetes voltadas para a questão da maioridade do futuro imperador.

O personagem do canto esquerdo é um menino negro, sem dentes, provavelmente vendedor de jornal, uma vez que levanta um exemplar como se o tivesse anunciando. Não podemos precisar com absoluta certeza a condição jurídica desse personagem ilustrado, se escravizado, liberto ou livre, o que conseguiremos

é, hipoteticamente, sugerir algumas reflexões: se estava vendendo jornais, teria o menino conhecimento de cálculo básico, de modo a administrar os valores arrecadados? Se fosse esse o caso, de ter um conhecimento matemático, teria ele frequentado alguma aula provincial na Corte? A história da educação tem problematizado a presença dos negros nos espaços de instrução, sendo em várias províncias, como é o caso da Paraíba, recorrente à proibição de matrícula de não livres às aulas. Contudo, sabemos que poderia o escravizado, indiretamente, ter frequentado alguma aula, uma vez que estas eram ministradas quase sempre em casas de particulares.

Para além, poderia ser o menino um escravo de ganho? Uma vez que esses seriam escravos com relativa autonomia, trabalhavam e tinham que reverter parte da renda que recebiam para os seus proprietários. Possuíam, quase sempre, boas vestimentas, usavam chapéus, o que ocorre na imagem de que estávamos tratando, contudo, não poderiam andar calçado, símbolo este de sua condição escravizada. Nessa época eram comuns as denominações “escravos de ganho” e “vendedores mirins de itens de alimentos”, ou outros produtos, como jornais. Esses personagens indicam uma relação econômica envolvendo os negros que ia além do trabalho braçal da lavoura.

O meio urbano proporcionava outras possibilidades de trabalhos para a população negra, que os fazia transitar pelos diversos espaços públicos, marcando sua presença no cenário citadino, a exemplo da Corte Imperial.

Ainda acerca da Figura 7, da presença da simbologia do jornal como destaques da HQ, quanto ao elemento da circulação da notícia da Maioridade, temos apreendido que o papel da imprensa no Brasil ganhou contornos mais efetivos em termos de relevância perante a sociedade brasileira, a partir da vinda da Família Real em 1808. Junto com a mudança, veio uma máquina de tipografia que foi responsável por editar o jornal “Gazeta do Rio de Janeiro”, espécie de meio oficial de comunicação das ações da realeza portuguesa em terras brasileiras. Paralelamente a esse meio de comunicação oficial, era lançado o jornal “Correio Brasiliense” de Hipólito da Costa, que era impresso na Inglaterra, mas circulava no Brasil e fazia oposição à monarquia portuguesa.

Durante o Segundo Reinado, foi possível perceber uma maior liberdade em termos de produções jornalísticas no país. Eram comuns aos jornais de oposição ao regime monarquista, críticas e caricaturas de D. Pedro II ficaram famosas nesse

período, e foi a imprensa um dos meios propagadores do Movimento Republicano. Nessa época também eram comuns os denominados “pasquins”, jornais eventuais, muitas vezes completamente anônimos, que surgiam e desapareciam de um dia para o outro na Corte e tinham funções claras, seja de enaltecimento de uma personalidade ou uma causa, ou seu inverso. Sobre a atuação da imprensa no momento do Golpe da Maioridade, Schwarcz e Starling (2018, p. 267) destacam que “[...] jornais e panfletos distribuídos na corte não cansavam de enaltecer as qualidades prodigiosas do jovem Pedro: sua educação, inteligência, cultura, domínio de línguas mortas e vivas, além da destreza na equitação e na esgrima [...]”.

Percebemos a partir da contextualização histórica da Figura 7 como os elementos de uma história em quadrinhos podem ser úteis para o andamento de uma aula de História. A junção de imagens e escrita, somada a uma contextualização histórica, pode ser capaz de apresentar de maneira dinâmica uma passagem do Segundo Reinado brasileiro, enriquecendo a exposição do conteúdo.

A verdade é que a presença de quadrinhos em escolas nem chega a ser uma novidade. No passado eles ocupavam os espaços estereotipados que normalmente damos às novas tecnologias, na atualidade. Ao invés de serem vistos como um auxílio para a aprendizagem, muitas vezes as histórias em quadrinhos circulavam na clandestinidade das partes de baixo das carteiras ou se camuflavam entre as páginas do livro didático em um jogo de transgressão “horrendo” que era ler uma história em quadrinho sem que o professor soubesse. Até por isso, “[...] gerações e gerações de crianças cresceram lendo histórias em quadrinhos furtivamente, escondidas dos pais e dos professores, que viam nesta arte um desperdício de tempo e um perigo às mentes dos jovens [...]” (Luyten, 2011, p. 5). Tal realidade fez criar certo estigma com relação às histórias em quadrinhos, afastando esse tipo de leitura da realidade escolar.

Após o surgimento das primeiras histórias em quadrinhos, as características dessas formas de narrativas foram variando de acordo com a época, o estilo ou mesmo a realidade social a qual estão inseridos. Hoje, para além dos tradicionais super-heróis que exaltam a identidade estadunidense, há um elemento político social sendo circunstanciado em alguns quadrinhos com a inclusão de novos personagens, a exemplo do Pantera Negra<sup>2</sup>, um super-herói das histórias em

---

<sup>2</sup> Apesar de o personagem Pantera Negra ter surgido na década de 1960, apenas recentemente

quadrinhos publicadas pela Marvel Comics, que é rei de Wakanda, um reino fictício na África, trazendo para o mundo dos quadrinhos a representatividade não só negra, mas territorial, de um continente que pouco é lembrado nas histórias em quadrinhos tradicionais.

Em terras brasileiras, percebemos a inclusão de temáticas negras também em obras recentes, como as de autoria de Marcelo D'Saete, já apresentado anteriormente, quadrinista cujas obras giram em torno da presença africana no Brasil, sobretudo no que diz respeito à resistência ao processo de escravidão, a exemplo do quadrinho “Angola Janga”, de 2017, cuja narrativa se passa no quilombo de Palmares. Percebe-se que de um modo ou de outro, as produções de HQs têm acompanhado a mudança de mentalidade da sociedade, inserindo cada vez mais personagens negros em espaços de lutas e de protagonismo.

É relevante destacar que a representação dos negros no passado do nosso país remonta às produções feitas por pintores que estiveram no Brasil nos mais variados períodos da História. Entre os artistas que contribuíram para a elaboração de uma memória nacional a partir de imagens, podemos citar Albert Eckhout, Frans Post, Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas. Nobu Chinen, no livro “O Negro nos Quadrinhos do Brasil”, de 2019, aponta para a importância das obras desses pintores para as futuras representações dos negros nos quadrinhos brasileiros. Esses artistas estiveram aqui no país em diferentes missões científicas que se estenderam do século XVII ao XIX, e acabaram sendo a referência imagética para pensar a sociedade brasileira, e nela a presença negra.

A seguir, destacamos duas imagens de representação do negro feitas por alguns dos artistas acima elencados, tendo como pano de fundo a estrutura social brasileira do século XIX. Antes, achamos pertinente elucidar o que Chartier (2002, p. 183) debate sobre representação, pelo qual nos acostamos, a saber: “[...] a construção das identidades sociais são resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma [...]”. As duas imagens foram selecionadas para pensarmos como a representação do negro foi sendo construída nos mais variados espaços sociais,

---

ganhou maior destaque a partir da adaptação da história para as telas do cinema em 2018, gerando grande repercussão por trazer para as telas um personagem principal negro como protagonista.

seja em ambientes mais rurais ou mesmo no âmbito doméstico, em meio ao jogo de aceitação e resistências a pouco anunciado.

Figura 8 – Representação em pintura da mulher africana no Brasil



Fonte: Albert Eckhout, 1641.

Figura 9 – Representação em pintura de uma família no Rio de Janeiro do século XIX



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1839.

Mesmo que esses artistas tenham pisado em terras tupiniquins acobertados pelos interesses dos governantes de cada época, e que algumas de suas pinturas tenham contribuído para o estereótipo do Brasil selvagem, suas telas acabaram por ser, durante muitos séculos, as únicas fontes para entendermos um pouco das

relações sociais que se deram na formação do Brasil enquanto país. Além do mais, algumas das obras desses autores foram tomadas como fonte de inspiração para a construção de histórias em quadrinhos ao longo dos tempos, o próprio Spacca, quadrinista coautor da obra “As Barbas do Imperador [...]” buscou inspiração em pinturas de época para a quadrinização das passagens da HQ. Sobre a representação negra nas obras clássicas, Chinen (2019, p. 62) faz o seguinte apontamento,

Todos esses artistas foram contratados para produzir imagens realistas, numa época em que o processo fotográfico ainda não havia sido inventado, eles eram incumbidos de retratar de forma mais fiel possível a realidade que viam a seu redor, por isso, em tese, a representação de negros não sofria distorções.

A grande maioria dos estudiosos de HQs considera terem sido os quadrinhos o resultado de algumas formas de produções anteriores, como as charges e as caricaturas. Cada uma dessas formas possui características próprias que as distinguem, as charges, por exemplo, geralmente são apresentadas em desenho e texto único, não ultrapassando uma página. Já as histórias em quadrinhos se caracterizam pela sequenciação de cenas. Outro ponto que distancia as histórias em quadrinhos de outras formas de representação gráfica com imagens e textos é o fato de,

Sem levar em conta as diversas manifestações de arte sequencial com um ou outro dos elementos que atualmente costumam compor uma história em quadrinho (balões, onomatopeias, linhas cinéticas, etc.) para efeito de conceituação, um dos requisitos que caracterizam os quadrinhos são o fato de serem produzidos para consumo de um maior número de leitores, e isso só se tornou possível com o surgimento de publicações como jornais, folhetos e panfletos (Chinen, 2019, p. 92).

O debate acerca da definição do que caracteriza uma história como quadrinho e o que a distancia de outras formas de expressão gráfica vigora e divide opiniões entre teóricos e pesquisadores da área.

A inexistência de unanimidade quanto à definição de histórias em quadrinhos em si. Vários estudiosos tentaram propor um conceito para essa linguagem de forma que pudesse abranger suas características fundamentais e desfazer a confusão entre quadrinhos, cartum e charge (Chinen, 2019, p. 118).

A despeito da inexistência de um consenso do que caracterizaria um quadrinho de forma clara e objetiva, não nos afastamos do entendimento de que

essas histórias são resultado da evolução do humor gráfico, tanto das charges, quanto dos cartuns que tiveram grande circulação na imprensa nacional e possuem uma intencionalidade quando se pensa na sua produção e mensagem a passar.

As histórias em quadrinhos são popularmente conhecidas como “gibis”, entretanto, o termo na verdade vem do nome dado a uma revista que teve sua estreia em 1939 e era editada pela mesma empresa responsável pelo jornal “O Globo”. A revista, que passou a lançar histórias completas, foi um sucesso de público, passando a configurar as formas como as HQs seriam conhecidas, em um caso clássico de metonímia da língua portuguesa. Com relação a questões étnicas, a denominação “gibi” também tem relevância, pois “[...] o primeiro paradoxo é que o termo ‘gibi’, que se tornou sinônimo de revista em quadrinhos no Brasil, no sentido original significa menino ou moleque negro, definição consignada em dicionários como o Aurélio e o Houaiss [...]” (Chinen, 2019, p. 112).

Quando pensamos na presença dos negros em histórias em quadrinhos no Brasil não podemos deixar de pensar a representatividade que os personagens ganham nessas histórias. O primeiro personagem negro de destaque em histórias em quadrinhos nacionais foi o personagem “Pererê”, inclusive tendo revista própria lançada na década de 1960, pela editora “O Cruzeiro”. Entretanto, é uma figura não humana, voltada à mitologia folclórica brasileira, sendo representado pelo Saci-Pererê. Sobre esse ponto em específico,

[...] o Pererê, historicamente o mais bem-sucedido personagem negro das histórias em quadrinhos, não é um ser, humano ou animal, mas uma entidade mitológica, pertencente ao folclore brasileiro. Ou seja, o negro mais famoso dos quadrinhos brasileiros é alguém que não existe, que não serve de modelo ou ideal ao leitor negro (Chinen, 2019, p. 114).

Cabe aqui uma reflexão sobre a ausência de personagens negros “humanos” nas primeiras histórias em quadrinhos brasileiras, e para isso não há como fugir da realidade colonial brasileira. Durante o período em que o Brasil fez parte do Império Português e mesmo no pós-independência, de 1822, a presença negra na sociedade se dava de forma oficial, como mão de obra necessária ao desenvolvimento da economia, em relatos de viajantes e pintores, como vimos anteriormente, retratavam a presença negra no Brasil como exótica, dentro de uma sociedade que se pretendia o máximo possível se aproximar da europeia.

Para teorizar nossa reflexão, recorreremos aos escritos de Fanon (2020), pois

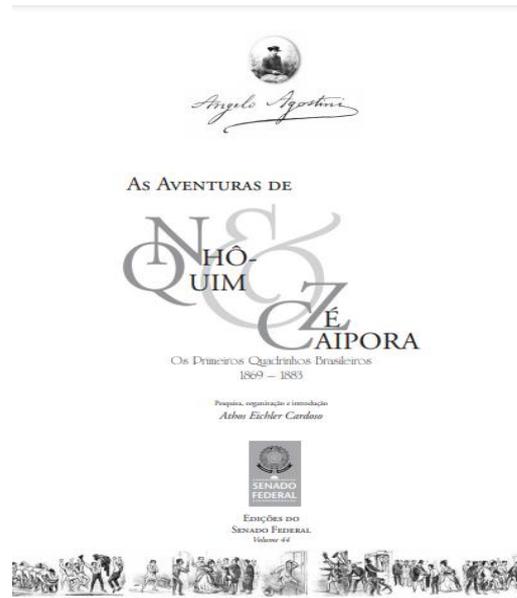
escreve inserido no contexto de descolonização do continente africano na segunda metade do século XIX, relatando como o corpo negro passa a ser visto pela sociedade branca. É possível fazer um paralelo de tal contexto para entender a representação negra nos quadrinhos brasileiros em uma sociedade que viveu por quase quatro séculos uma realidade escravocrata e que parece não ter compreendido a Lei Áurea até hoje. Fanon (2020, p. 126) faz relatos esclarecedores para entendemos o papel do que chamou de “ser” e “não ser”, fazendo alusão às relações de poder existentes entre o homem branco e o homem negro.

Então nos coube enfrentar o olhar branco. Um peso fora do comum passou a nos oprimir. O mundo real disputava o nosso espaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração do seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é uma atividade puramente negacional. É um conhecimento em terceira pessoa. Ao redor do corpo rei na atmosfera de clara incerteza.

Transformações sociais não são coisas impostas apenas por força de decretos e, no caso brasileiro, por via de Lei, pois obviamente esses são instrumentos oficiais para viabilizar a mudança, mas é preciso mais. Uma sociedade que se acostumou a enxergar o negro como propriedade levaria anos para reconhecer a presença desses indivíduos como pessoa dotada de mesmos direitos. As HQs são, antes de tudo, produções que se inserem dentro de um contexto social, e traz para suas páginas as conjunturas do momento de sua produção. Se anteriormente alertamos para novas produções que dão destaque a histórias e personagens negros, cabe enfatizar que esse movimento ainda é lento em uma sociedade que carrega fortemente traços do colonialismo. Apesar da luta constante de movimentos sociais negros, em prol do reconhecimento de direitos e igualdade de oportunidades na sociedade, ainda são necessários muita mudança e combate em termos do racismo. Fanon (2020, p. 131) foi cirúrgico ao afirmar “[...] não sou escravo da ‘ideia’ que os outros fazem de mim, mas da minha aparência [...]”.

Certamente, esse é um debate que retomaremos mais à frente. Retornando aos quadrinhos, os mesmos possuem uma tradição de longa data no Brasil, tendo como um de seus maiores expoentes o italiano radicado no país, Angelo Agostini. Ele foi autor de obras como “Diabo Coxo”, de 1864, “O Cabrião”, de 1866, e “As Aventuras de Nhô Quim”, de 1869. Essa última, inclusive, foi a responsável pela criação do “Dia do Quadrinho Brasileiro”, comemorado em 30 de janeiro, data da publicação do primeiro quadrinho da referida obra.

Figura 10 – Capa da obra As aventuras de Nhô Quim & Zé Caipora



Fonte: *Print screen* da obra de Angelo Agostini, 2013.

“As Aventuras de Nhô Quim” se passa na segunda metade do século XIX e conta a história de um personagem de mesmo nome, Nhô Quim, um morador do interior, na época denominado “caipira”, que se muda para a cidade do Rio de Janeiro, então Corte Imperial. A trama gira em torno do contato entre o cidadão interiorano com a civilização meio rural, meio urbana, da sede do Império Brasileiro, sendo uma representação caricatural para pensarmos os costumes daquela época.

O quadrinho de Angelo Agostini merece mais algumas considerações, não apenas pelo fato de ser tido como o primeiro quadrinho brasileiro, mas também pelo local de sua circulação, os jornais da época, espaço onde as histórias eram publicadas, geralmente com continuações semanais ou mensais. Bem como por um de seus personagens, Benedito, homem negro, que aparece na história do momento do embarque até a chegada ao Rio de Janeiro. Importante dizer que, se a obra de Angelo Agostini é considerada a primeira história em quadrinho brasileira, teríamos então o aparecimento do primeiro personagem negro de uma HQ produzida no Brasil.

Dando continuidade, chamamos a atenção para as obras em quadrinhos que traziam espaços próprios para os jovens interagirem. Citamos como exemplo a revista “Tico Tico”, que ficou em circulação por 57 anos e nela os jovens podiam encontrar atividades como jogos e brincadeiras de recortar e montar, novidades que já podiam ser usadas em sala de aula.

À medida que as histórias em quadrinhos se popularizavam entre a juventude brasileira, novas editoras se aventuravam em lançamentos de narrativas em quadrinhos, como é o caso da Editora Abril, que em 1950 lançou no Brasil os primeiros gibis da Disney pelas mãos de Vitor Civita, sendo sucesso de vendas as histórias do “Pato Donald”. Após a edição de suas revistas, Civita circulava pelas bancas de jornal em um carro para distribuí-las, e mesmo com todas as dificuldades, as histórias ganhavam cada vez mais espaço no gosto popular. Tanto no passado quanto no presente, podemos perceber que as histórias em quadrinhos possuem uma capacidade de adentrar no gosto dos jovens porque,

O quadrinho respeita também o ‘time’ de cada um. Uma pessoa pode ler uma página em segundos ou, se quiser, em minutos. Depende do entendimento e da assimilação de cada leitor. Diferente de um filme que passa em quase duas horas, sem interrupção, impondo o “time” de entendimento. [...] Por isso, a leitura das histórias em quadrinhos interessa ao ensino. Cada um terá seu tempo de entendimento respeitado. A absorção do conteúdo é mais eficaz. O cérebro, criando junto a interpretação, faz com que o leitor sintá-se envolvido na história (Lovreto, 2011, p.17).

Tanto na história de Vitor Civita, quanto na citação acima de Lovreto, podemos perceber que os quadrinhos possuem uma força substancial para formar leitores, abrindo caminhos para os jovens migrarem também para outras revistas e livros. Para isso, é preciso que se tenham mecanismos de incentivo a essas leituras, e a sala de aula pode ser um espaço adequado para que os jovens tenham o primeiro contato com as HQs, desenvolvendo a prática da leitura, e concomitante a esse processo melhorar, possivelmente, o seu desempenho educacional no que pese aos conhecimentos históricos, quando associados a um trabalho de análise historiográfica, pois “[...] não podemos imaginar os quadrinhos apenas como estímulo de leitura, mas sim como estímulo para qualquer outra área cultural [...]”. (Lovreto, 2011, p. 15).

Retomando as histórias em quadrinhos no Brasil, não poderíamos deixar de citar autores que marcaram gerações e ainda hoje fazem sucesso nesse gênero textual. Nos anos 1960 podemos destacar os personagens criados por Mauricio de Sousa (Turma da Mônica) e Ziraldo<sup>3</sup> (Pererê). A popularização dos personagens

---

<sup>3</sup> Durante a pesquisa para a dissertação, recebemos a triste notícia da morte de Ziraldo, um dos expoentes das histórias em quadrinhos no Brasil. Sua produção permeou o imaginário de jovens pelo Brasil e pelo mundo durante décadas, tendo vários de seus personagens rompido as barreiras temporais, sendo aclamados até os dias atuais. Se há algo de relevante na morte de tão renomada

dessas histórias em quadrinhos foi tão grande que perpassou as páginas das revistas e ganharam versões para a TV e o cinema. Ziraldo ainda criaria o “Menino Maluquinho”, em 1980, que já vendeu mais de 5 milhões de livros nas escolas e entrou para o cinema e para a TV com o mesmo impacto das histórias anteriormente citadas.

Relevante falar que a Turma da Mônica é um desses quadrinhos populares que atravessou gerações, e que também acompanhou a evolução dos debates sociais e de lutas das minorias ao longo dos anos. Vários personagens representativos de grupos que se encontram a margem da sociedade se fizeram presentes nas páginas do quadrinho nos últimos tempos, a saber, Tati (Síndrome de Down), Dorinha (Deficiente Visual), Jeremias e Milena (Personagens negros), sendo Milena a primeira protagonista negra da turma. Por bastante tempo no Brasil as HQs foram criadas com o objetivo de,

Contribuir para a formação moral e para disseminar bons sentimentos e virtudes sociais e individuais, além de se destinarem apenas para o divertimento dos jovens e das crianças, não sendo entendidas como um prolongamento do currículo escolar (Brunelo e Silva, 2022, p. 155).

Na atualidade a visão que se tem sobre a sua utilização é outra. Os próprios livros didáticos dão abertura para o diálogo com os quadrinhos. No que pese ao ensino de História, é, portanto, mais um suporte possível para não só diversificar as metodologias, mas, sobretudo, estimular o conhecimento histórico, promovendo reflexão e impulsionando o pensamento crítico, em especial no que pese a temas tão importantes, como o da representação do negro na configuração social do Império brasileiro e os seus possíveis desdobramentos na contemporaneidade.

## **2.2 Formas, traços e características das Histórias em Quadrinhos**

Reforçando o que tratamos até o momento, quanto ao uso dos quadrinhos em sala de aula, sendo eles um material possível para o ensino de História, trazemos ao diálogo a pesquisadora e professora de História Keliene Christina da Silva (2020), cuja pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em História debate histórias

---

figura, é que a notícia acabou por trazer novamente ao meio midiático várias de suas histórias, fazendo com que jovens da atualidade que ainda não conheciam, ou mesmo não sabiam a autoria, pudessem viajar pelo mundo fantástico de seus quadrinhos.

em quadrinhos e o ensino de História, com vista a alertar sobre os malefícios das *fake news*. Para a autora, trabalhar com HQs em sala de aula se mostrou uma prática proveitosa, na perspectiva de impulsionar o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no que diz respeito à participação dos alunos nas aulas. Acerca dos quadrinhos, afirma Silva (2020, p. 123) que,

Uma linguagem que permite tantas possibilidades no quesito forma se configura como um grande atrativo para o uso em sala de aula, pois viabiliza o desenvolvimento de atividades que demandam uma postura ativa dos alunos no processo de aprendizagem, além da exploração das habilidades artísticas, trabalhando a criatividade, autonomia e criação colaborativa, uma vez que o processo de feitura de uma história em quadrinhos envolve várias etapas, estas podem ser divididas na composição de um produto final.

Além das possibilidades anunciadas por Silva (2020) na citação acima, temos que enfatizar a variedade de possibilidades em HQs na atualidade e mesmo de alguns gêneros com características semelhantes, de aceitabilidade considerável entre os discentes. De agora em diante partimos para o debate sobre tipos e características dos quadrinhos que acreditamos que podem contribuir para fins didáticos.

Conforme já indicado anteriormente, os quadrinhos possuem suas origens e se aproximam de vários estilos de narrativas que intercalam textos e imagens. Barbieri (2017, p. 20) nos aponta esse “parentesco” entre as HQs e outros estilos,

A linguagem do quadrinho é ‘filha’ de outras linguagens. Historicamente, nasce como uma derivação de linguagens como a da ilustração, da caricatura, da literatura ilustrada. Compartilha, em consequência disso, muitas das características dessas linguagens, mas é por natureza muito distinta de cada uma delas.

Muito popular entre os jovens, os *mangás* são as histórias em quadrinhos japonesas. A palavra é uma junção de dois vocábulos: “man”, que significa involuntário, e “gá”, que significa desenho ou imagem. Essas formas de histórias em quadrinhos possuem características singulares, como a leitura da direita para a esquerda, os traços em preto e branco e a forma exagerada dos desenhos dos personagens, com destaque para os olhos grandes e expressivos. Esse estilo japonês ajudou a popularizar as histórias em quadrinhos no Brasil graças a publicações de sagas como “Dragon Ball” e “Naruto”, muito populares entre o público jovem.

Para além do mangá, chamamos atenção para a forma *Graphic Novel*, ou “romance gráfico”. Esse é um estilo de quadrinhos com narrativas mais longas e mais voltadas para o público adulto. Aliás, a expressão foi criada para distinguir as produções de caráter mais humorístico dos quadrinhos infantis para histórias mais complexas. A expressão *Graphic Novel* é assim identificada,

Desde que os quadrinhos receberam o reconhecimento acadêmico e do grande mercado, nos últimos anos, há uma tendência em substituir o termo ‘quadrinhos’ por um rótulo que, talvez, ofereça mais seriedade. Editoras e livrarias preferem o termo *graphic novel* como uma designação abrangente para todas as formas de quadrinhos (Postema, 2018, p. 13).

Esse estilo de histórias em quadrinhos capta personagens flagrados em atuações e atitudes preservadas por alguns momentos no que habitualmente se define como quadros particulares dispostos sequencialmente. Neles as falas são inseridas em balões de diálogo. Desta feita, há sempre a necessidade de se fazer a relação entre discurso e imagem.

Outro gênero textual semelhante aos quadrinhos são as denominadas tirinhas. Essas histórias comumente apresentam temáticas humorísticas, satíricas, de cunho social ou político, metafísicas ou até mesmo eróticas. No início as tirinhas possuíam um estilo bem característico com diagramação padrão de 30 cm de largura por 10 cm de altura, singularidade que foi sendo relativizada ao longo do tempo, sendo possível encontrar tirinhas com outros estilos na atualidade.

Outro recurso linguístico muito popular são as charges. Essas produções são um tipo de ilustração que geralmente apresenta um discurso humorístico comumente presente em revistas e principalmente jornais, impressos ou eletrônicos. Trata-se de desenhos elaborados por cartunistas que captam de maneira perspicaz as diversas situações do cotidiano, transpondo para o desenho algum tipo de crítica, geralmente permeada por ironia e com temas voltados para o momento da produção. Mesmo que não possuam uma narrativa com enredo e personagens como nas histórias em quadrinhos, as charges constituem um gênero textual que combina a linguagem verbal e a não verbal, e pode indicar opiniões e juízo de valor por parte de quem enuncia (o chargista). Por essas características, as charges são cada vez mais utilizadas como fontes para aulas de História.

Semelhantes às charges, porém sem fazer uso da linguagem verbal, temos os denominados *cartuns* de origem britânica. Os *cartuns* remontam à primeira

metade do século XIX, e consistem em desenhos humorísticos, animados ou não, com teor crítico e que geralmente englobam temas do dia a dia das sociedades. Mesmo usando uma estética gráfica, esse gênero também usa a Linguística ao associar o desenho à escrita, como acontece em matérias jornalísticas. Aliás, na imprensa o *cartum* pode ser enquadrado em uma espécie de subgênero, quando a temática gira em torno da atualidade, fazendo uso de concepções da filosofia sociopolítica e da estética gráfica.

Conforme se observa, várias são as formas que travam alguma relação com as HQs. Não é nossa intenção aprofundar cada uma delas, mas sim chamar a atenção para o fato de que o leque de gêneros linguísticos que se aproximam do estilo dos quadrinhos foi sendo ampliado ao longo das eras e passaram a figurar como possíveis fontes históricas e materiais propícios de serem trabalhados em sala de aula, sejam aulas de História ou não. Fundamental também dizer que, tirinhas, *mangás*, *cartuns*, charges, não desapareceram com a popularização das HQs, muito pelo contrário, continuam a existir paralelamente aos quadrinhos.

Sobre a importância da convivência dessas formas/gêneros linguísticos no mundo globalizado e informatizado, Postema (2018, p. 14) destaca que “[...] o mais importante é que muitas dessas tradições continuam paralelamente aos quadrinhos, de forma que as possibilidades da arte sequencial e da narrativa visual têm se expandido e ainda se expande com a internet [...]”. Aliás, em termos de linguagens, não chega a ser uma tarefa fácil fazer distinções e classificações rígidas, pois é comum que características de uma forma de linguagem acabem por serem transportadas para outras.

Não devemos pensar as linguagens, portanto, como áreas separadas e totalmente independentes: certas linguagens são partes de outras, zonas específicas de linguagens mais genéricas; outras linguagens são o resultado de um nascimento, do processo de separação de uma linguagem que já existia antes, e assim se parem muito com sua progenitora, ainda que se diferenciem em alguns aspectos (Barbieri, 2017, p. 19).

Anunciamos a variedade de linguagens, anteriormente expostas, em diálogo com o foco da utilização de quadrinhos como metodologia didática para aulas de História, especificamente àquelas que têm como tema o período imperial brasileiro e as relações étnico-raciais. Cabe debater como o uso das HQs pode corroborar para uma reflexão e análise da representação do negro ao longo dos tempos.

Nesse sentido, Lovreto (2011) demonstra que as HQs podem proporcionar

uma nova relação professor - aluno, na medida em que os aproximam de uma forma colaboracionista. Entretanto, não basta ao professor lançar um quadrinho como proposta pedagógica para os alunos sem antes fazer todo um trabalho preliminar sobre as características dessa forma de escrita e suas peculiaridades em termos de organização, formas e conteúdo. A leitura dos quadrinhos requer do leitor determinados comportamentos e direcionamentos que são cruciais para a apreensão completa do sentido das suas narrativas. De acordo com Postema (2018, 15),

Os elementos dos quadrinhos são parcialmente pictóricos, parcialmente textuais e, por vezes, um híbrido dos dois. Esses elementos incluem as imagens dos quadrinhos ou cartoons; as molduras ou quadros que compõem as imagens, das quais o layout da página (inclusive o design do livro) é uma parte importante; assim como os recordatórios, os balões de fala e as próprias palavras, sejam as inseridas nos balões e recordatórios ou as integradas à imagem.

Para os apontamentos sobre as formas, traços e características dos quadrinhos, temos nos amparado na tese de Barbieri (2017), por vezes já referendada ao longo do texto. Nas palavras do autor (2017, p. 18), “[...] as linguagens são coletivas: as modificações que podemos realizar dependem também das características da linguagem. Por isso, as linguagens se modificam lentamente, ao curso dos anos e dos séculos [...]”.

A escolha dessa citação se deu, pois queremos destacar ao leitor que as características dos quadrinhos foram sendo alteradas ao longo dos tempos, e que devemos levar em consideração as técnicas empregadas, o material para impressão, o estilo de cada quadrinista, bem como toda sorte de intencionalidades que permeiam todas as produções humanas. Vale lembrar que, os quadrinhos utilizados como base para a presente dissertação são de períodos distintos, um da década de 1950 e o outro produzido em 2013, portanto, apresentam características singulares, em que nos debruçaremos mais à frente.

Para iniciar a análise efetiva dos elementos que compõem uma HQ, partimos daquele que é tão relevante para essas histórias, que acaba dando nome a elas: os quadrinhos ou vinhetas. As narrativas de uma HQ são divididas em partes que vêm representadas dentro de quadriculas contornadas por molduras ou não, a depender do estilo do quadrinho. Bastante difundido nos quadrinhos dos últimos trinta anos, por exemplo, é o uso das vinhetas deslocadas, isto é, vinhetas total ou parcialmente sem borda, às quais serve de fundo e limite incerto o branco da página (Barbieri,

2017, p. 148). Para ilustrar, segue abaixo uma passagem da HQ “As Barbas do Imperador [...]”.

Figura 11 - Vinheta Sem Bordas



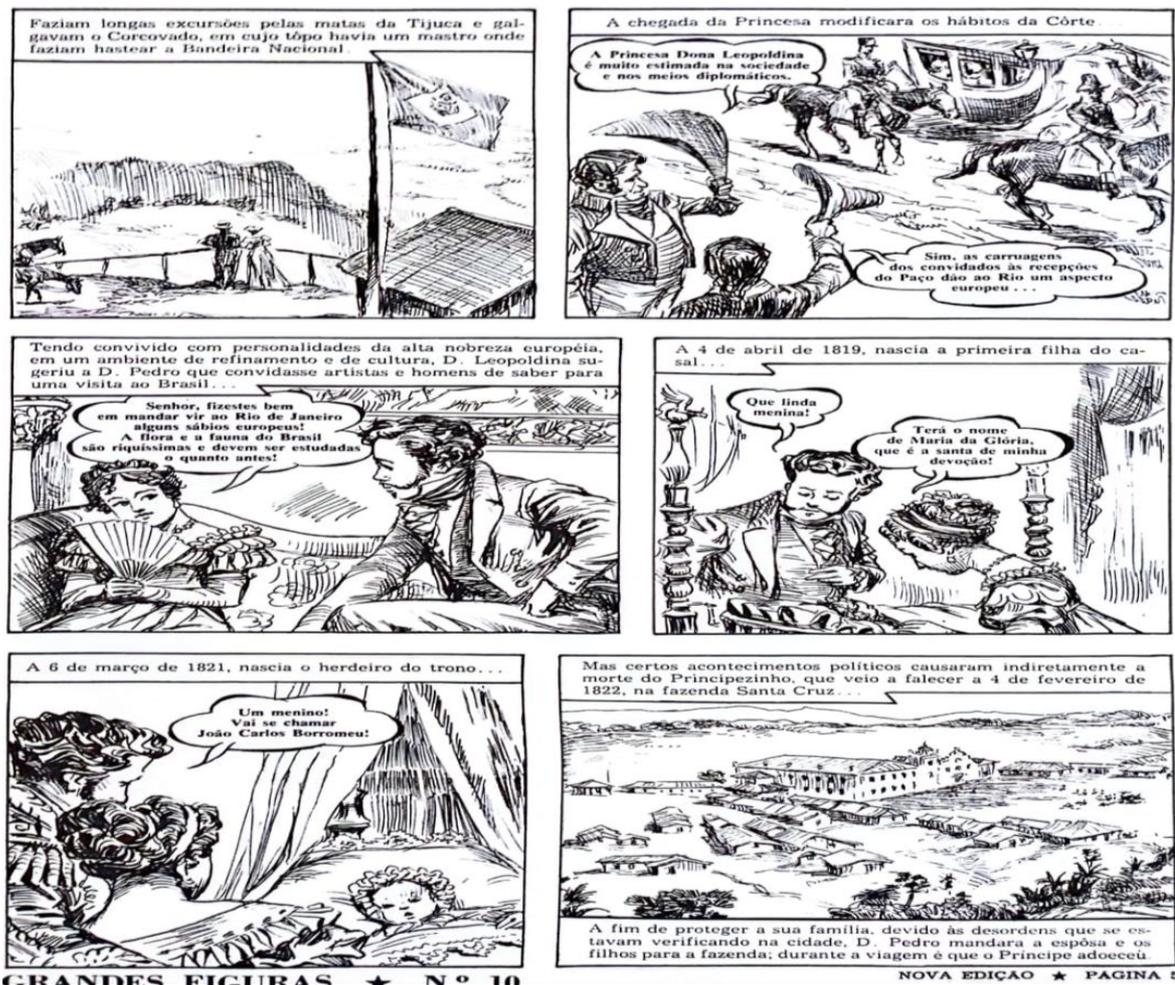
Fonte: Spacca; Schwarcz, 2013, p. 38.

Na passagem acima, HQ “As Barbas do Imperador [...]”, Schwarcz (2013) trata do momento do Segundo Reinado em que há uma busca por criar uma identidade nacional para o Brasil. No caso acima, há uma referência à obra de Gonçalves de Magalhães “A Confederação dos Tamoios”, de 1856, que trata da luta entre os nativos que se rebelaram contra as atrocidades cometidas pelos

portugueses. Chega a parecer contraditório, haja vista que a referida obra teve o patrocínio direto de D. Pedro II, sendo este um descendente desses mesmos colonizadores que durante séculos atacaram e dizimaram povos indígenas em terras brasileiras.

Voltando à análise do *layout* da página, temos uma passagem em que o quadrinista Spacca abre mão da divisão com molduras entre as vinhetas. Contudo, mesmo sem essa divisão percebemos que trata de duas passagens distintas relacionadas à obra de Gonçalves de Magalhães. Vale ressaltar que apesar da obra “As Barbas do Imperador [...]” lançar mão de várias passagens em que as vinhetas possuem variedades, a grande maioria usa a utilização de molduras como marcador de divisão. Já a obra “Grandes Figuras em Quadrinhos [...]” é mais tradicional, com passagens mais rígidas e definidas, como podemos observar na figura abaixo.

Figura 12 - Chegada de Leopoldina ao Brasil



A narrativa acima trata dos arranjos políticos que levaram ao casamento da princesa Leopoldina da Áustria com o então príncipe do Brasil, o futuro D. Pedro I. Notamos que o estilo da produção e os elementos utilizados deixam a passagem da referida HQ mais estática e que as vinhetas possuem divisão bem definidas de forma que o leitor consegue transitar por elas sem nenhum problema para a compreensão.

A forma mais tradicional dos quadrinhos marcou gerações de leitores, mas não necessariamente se perpetuou como algo rígido. Segundo Barbieri (2017, p. 131),

A forma tradicional da vinheta, o ‘molde de construção’ das lâminas, é a retangular ou quadrada. As lâminas de quadrinhos são construídas na maioria das vezes por sequências de vinhetas retangulares organizadas em tiras horizontais; um esquema potencialmente regular que pode ser quebrado, entretanto, por vinhetas mais largas ou mais estreitas, que rompem a regularidade da tira sem prejudicar a relação entre todas elas; ou então por vinhetas mais altas ou mais baixas (ou de formato diferente tanto em sentido horizontal como vertical) que modificam também a regularidade da sucessão das tiras, expandindo-se para cima ou para baixo.

Com relação à forma como as vinhetas são distribuídas nas páginas, a forma e as características foram sendo alteradas seguindo critérios diversos, desde o local de publicação até inovações trazidas por quadrinistas. Mas “[...] a divisão mais característica e mais tradicional da lâmina – e também a mais difundida nos primeiros decênios dos quadrinhos – é aquele que aparece em quatro tiras [...]” (Barbieri, 2017, p. 131).

Entretanto, essa divisão em quatro lâminas é mais efetiva para histórias curtas, em função disso eram comuns nos periódicos semanais. Para histórias longas, essa divisão rígida pode dispersar a atenção do leitor. Exatamente por isso, os quadrinhos foram alterando suas configurações de páginas de forma a dar maior dinamismo ao desenrolar das suas histórias. Conforme Barbieri (2017, p. 133),

Não é causal que o destino da estrutura reticulada regular em quatro tiras se tenha limitado em geral às lâminas semanais. É verdadeiramente difícil conseguir construir um álbum inteiro, ou uma história longa para ser lida com continuidade, que mantenha constantemente o mesmíssimo ritmo gráfico sem o risco de produzir tédio. Em estruturas tão longas se necessita uma diagramação mais animada.

Barbieri (2017) ainda relata que uma primeira quebra da rigidez da divisão em quatro vinhetas pode ser observada a partir do final da década de 1930, com o surgimento dos *comic book*, que traz uma divisão em três lâminas. Uma das

explicações, para essa mudança, segundo o autor (2017), foi devido ao fato de os *comic book* terem um tamanho mais reduzido, se comparado ao tamanho das páginas dos jornais. Em páginas do tamanho de um caderno (26 cm x 17 cm), colocar quatro vinhetas poderia prejudicar a clareza das informações devido ao tamanho reduzido das imagens. “[...] Dispor de mais espaço para cada vinheta significa, naturalmente, poder cuidar melhor do desenho e da espetacularidade de cada imagem. Significa uma pequena vitória do visual sobre o puramente narrativo [...]”. (Barbieri, 2017, p. 133). Parece então ser o caso da HQ as “Barbas do Imperador [...]”, quando tomamos como exemplo a imagem abaixo.

Figura 13 - O Jovem Imperador e as Revoltas Provinciais



Fonte: Spacca; Schwarcz, 2013, p. 14.

A Figura 13 quebra a tradicional sequência de quatro lâminas e traz o momento em que o Império Brasileiro mais correu risco durante o Período Regencial, quando eclodiram revoltas em várias regiões do país, ao mesmo tempo em que grupos políticos tentavam chegar ao poder, enquanto que na casa imperial o jovem monarca era moldado para assumir uma nação em pé de guerra.

Importante falar que os espaços entre os quadrinhos de uma HQ, no qual observamos na Figura 13, são denominados de “sarjetas” e possuem funções específicas no percurso que leva a leitura e a compreensão da história. Sobre o papel das sarjetas em uma HQ, Postema (2018, p. 16) afirma,

Em sua abstração, as imagens individuais dos quadrinhos deixam lacunas, ausências tanto no detalhe quanto na especificidade. A prática de circundar as imagens por molduras ou outro tipo de contorno para separar e definir as imagens começa a preencher essas lacunas ao torná-las mais evidentes. Elas oferecem especificidade às imagens ao ancorá-las e relacioná-las, umas com as outras ao serem justapostas. Os quadros emoldurados e a página onde eles estão dispostos criam suas próprias lacunas, ou seja, o espaço que então separam os quadros. As sarjetas são, literalmente, as lacunas da página, mas elas também marcam as lacunas presentes no nível seguinte do sistema. Conforme os quadros são justapostos nas páginas, eles criam uma sequência de imagens. Sob a influência das sarjetas, os quadros tornam-se momentos isolados, com ausência do tempo entre eles.

Na obra “Grandes Figuras em Quadrinhos [...]”, de 1959, temos uma rara peculiaridade em que as sarjetas acabam trazendo informações; algo que não costuma ocorrer normalmente. Geralmente, informações fora das falas aparecem nos recordatórios, e trazem em sua maioria a fala do narrador. No caso em questão, parece que a autora achou que as informações não poderiam ficar de fora da história e decidiu encontrar um lugar alternativo para acrescentá-las. Vejamos na imagem que segue.

Figura 14 - Origens Familiares da Princesa Leopoldina

Por volta de 1797, reinava na Alemanha o Imperador Francisco II, (mais tarde chefe da "Santa Aliança" e o mais poderoso entre os monarcas da Europa). Era filho da Rainha Maria Teresa, a quem sucedera no trono orgulhoso dos Habsburgos...

Francisco II, imperador da Alemanha (ao suceder ao seu pai, Leopoldo II), recebeu o título de Francisco I, da Áustria (em 1806), pois se tornara também imperador desse país em 1804; por influência do Príncipe de Metternich, seu chanceler, a Áustria integrou coligações contra Napoleão Bonaparte e chefiou uma "Santa Aliança" cuja finalidade era impedir revoluções contrárias ao absolutismo.

Fôra nesse ano que nascera sua filha Leopoldina, fadada a ser a primeira Imperatriz do Brasil. Cresceu ela na ilustre Córte, compartilhando com seus irmãos da rigorosa educação ministrada aos Príncipes da Áustria. Sua irmã predileta era Maria Luísa, futura Imperatriz da França como esposa de Napoleão Bonaparte.

... e cuja Córte vivia em luxuosos palácios...

Vamos brincar no parque, Maria Luísa?

Vamos, Leopoldina!

As jovens Arquiduquesas, criadas para reinar algum dia, eram cercadas pelos cuidados dos melhores mestres de línguas, ciências e artes.

Temos tantas lições, hoje!

Enquanto isso se dava na longínqua Europa, D. Pedro e D. Miguel, os filhos de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, criados à solta, faziam do Paço de São Cristóvão o teatro de suas peraltices infantis...

Miguel, vamos apostar quem salta mais rápido aquela sebe no fim do pátio...

Passaram-se alguns anos. D. Pedro, já Regente do Brasil, ficou noivo da princesa austriaca, pois se tornou necessário assegurar, por meio de um casamento, o apoio político do poderoso império de Francisco I.

No entanto, quando chegou ao Brasil para desposar o Príncipe D. Pedro, D. Leopoldina apaixonou-se perdidamente pelo seu belo e arrogante noivo. O casamento de conveniência tornara-se em casamento de amor.

Com a vossa presença, tudo aqui se tornou mais belo, senhora!

D. Pedro, romântico e impetuoso, parecia muito enamorado de D. Leopoldina, com quem costumava passear a cavalo, pelo parque do Paço de São Cristóvão...

GRANDES FIGURAS ★ N.º 10

NOVA EDIÇÃO ★ PAGINA 4

Fonte: Rosso; Miranda, 1959, p. 4.

A narrativa representada na HQ refere-se às origens familiares da princesa Leopoldina. Originária da Áustria, foi enviada ao Brasil para um casamento em que o jovem país, no caso o Brasil, desejava que seu monarca Pedro I contraísse núpcias

com alguém de uma casa monárquica europeia. Para provar que o casamento foi parte de um acordo entre monarquias, o próprio D. Pedro só conheceu Leopoldina quando esta chegou ao Brasil, sendo o casamento oficializado por procuração ainda na Europa.

Outra característica singular dos quadrinhos é a utilização de imagens para ilustrar o que o texto escrito está relatando, pois “[...] a ilustração comenta o relato fazendo-nos ver aquilo que no relato verbal não está escrito, integrando-o, enriquecendo-o. A vinheta dos quadrinhos é o relato [...]” (Barbieri, 2017, p. 27). Entretanto, as imagens nos quadrinhos podem passar uma informação sem necessariamente está relacionada a nenhuma passagem escrita, pois “[...] as imagens contêm diversos códigos, desde os que se relacionam com o próprio desenho, com as linhas, a perspectiva e as cores, até os que estão conectados ao mundo representado, como objetos materiais, linguagem corporal e códigos gestuais [...]” (Postema, 2018, p. 41-42).

É importante que o leitor tenha consciência de que as imagens em um quadrinho têm a função de passar uma informação complementar ou mesmo principal de um trecho da narrativa e por isso não pode se debruçar por detalhamentos exagerados, uma vez que a dinâmica da leitura faz o leitor percorrer o olhar por texto e imagem quase que simultaneamente sem poder se ater por muito tempo a especificidades. Levar à narrativa elementos desnecessários poderia incorrer no risco de dificultar o entendimento devido a pausas prolongadas por parte do leitor. O desenho, como qualquer outra técnica de produção de imagens, é obrigado a fazer uma seleção das características do objeto que quer representar, pois “[...] desenhar é, portanto, escolher, entre as características úteis, aquelas às quais privilegiar para representar o objeto [...]” (Barbieri, 2017, p. 30-31). Sobre a seleção de elementos de uma imagem em uma HQ, Barbara Postema (2018, p. 32) argumenta que,

As imagens dos quadrinhos, com frequência, trazem elementos pictóricos que desempenham funções de inúmeros códigos diferentes de uma vez e ao mesmo tempo. Esses elementos trarão significado simultaneamente e de múltiplas maneiras. [...] Entretanto, o código para economia da imagem dos quadrinhos dita que todos os detalhes que estão presentes são (potencialmente) significantes.

Nesse sentido, de haver potencialidade e significado em todo o detalhamento das imagens é que recorreremos ao objetivo de debater a representação do negro

nesse universo ilustrado, pois quase sempre vai ser a partir das imagens que iremos ter acesso a tais informações e interpretações, uma vez que são poucos ou até mesmo inexistentes em algumas passagens os balões de falas direcionados aos negros. Cabendo à imagem, particularmente, o poder de fala.

Dando continuidade ao propósito de melhor apreender as formas que compõem uma HQ, evidentemente que não poderíamos deixar de destacar a importância do texto em uma história em quadrinho. As palavras desempenham papel central ao desenrolar da narrativa, sobretudo quando entendemos que a parte textual extrapola a função apenas narrativa, também atuando para emitir sons, sentimentos e estados emocionais dos personagens. Essas palavras, classificadas na gramática da língua portuguesa como onomatopeias, fazem ganhar vida a sonoridade que o texto por si só não é capaz de emitir, pois “[...] os grandes ruídos são espetaculares. São a voz que grita, o estrondo de uma pancada, o impacto de uma palmada... todos eventos de breve duração e de grande intensidade [...]” (Barbieri, 2017, p. 151). Abaixo, temos um exemplo retirado de uma passagem da HQ “As Barbas do Imperador [...]” retratando o momento da chegada da futura imperatriz do Brasil, Tereza Cristina, ao som dos canhões de artilharia da Marinha brasileira.

Figura 15 - Chegada de Tereza Cristina



Fonte: Spacca; Schwarcz, 2013, p. 26.

O texto aparece nos balões de fala, que possuem formatos diferentes a depender da mensagem que a parte textual deseja passar, e nos recordatórios, que

são as caixas de textos que acompanham os quadrinhos, geralmente levando ao leitor uma fala do narrador ou alertando para mudanças temporais da narrativa, pois “[...] a função do texto nos quadrinhos é preencher as lacunas deixadas pelas imagens, pelo *layout*, e pelas sequências. A inclusão do texto simultaneamente apresenta outra lacuna: o hiato entre representação verbal e visual [...]” (Postema, 2018, p. 115).

Figura 16 - D. Pedro II Conhece Tereza Cristina



Fonte: Spacca; Schwarcz, 2013, p. 27.

Essa narrativa da HQ “As Barbas do Imperador [...]” é um exemplo de como as vinhetas podem vir sem textos (primeira vinheta), e mesmo assim passar uma informação, e como texto pode aparecer para reforçar o que a imagem quer dizer (segunda vinheta). Esse é o momento em que o Imperador D. Pedro II conhece sua futura esposa Tereza Cristina. Os matrimônios nesse período comumente se caracterizavam por uma prática dos arranjos entre famílias, como forma de interesses mútuos de manutenção e fortalecimento do lugar de privilégio social, político e econômico advindo dessa união. D. Pedro II só conheceu sua esposa por pinturas, e estas costumavam melhorar a aparência da pessoa retratada. Segundo consta em relatos históricos, D. Pedro II não teria se agradado da beleza da sua futura esposa, mas seguiu suas obrigações enquanto monarca e consumou o casamento em prol dos interesses da monarquia brasileira.

Como se observa, no quadrinho em tudo há uma intenção, das imagens aos balões e até mesmo a forma como as letras são empregadas. As fontes das letras possuem características que devem ser levadas em consideração por aqueles que

se debruçam por uma narrativa em formato de HQ. É o que se conhece por letreiramento, a operação de escrita material dos textos escritos nos espaços-textos, sejam balões ou legendas. Por extensão, deixamos saber que,

A dimensão verbal nos quadrinhos é similar à trilha sonora ou ao diálogo em filmes. O som, nos filmes, acrescenta especificidade e auxilia, talvez, o abastecimento de detalhes dentro da narrativa, mas não é sempre essencial para contar a história e, certamente, não é essencial para o próprio suporte do filme (Postema, 2018, p. 115).

No caso dos quadrinhos, o texto auxilia as passagens com imagens, mas não é anormal que eles nem cheguem a ser utilizados, pois as imagens, desenhos, fisionomias, elementos presentes na iconografia de cada quadro são capazes de por si só repassar uma mensagem para o leitor, conforme mencionamos mais acima, ao nos referirmos à questão das representações dos negros.

Ainda acerca do exposto sobre os elementos que compõem o quadrinho, fica notório que trabalhar com uma história em quadrinhos em sala de aula vai além de apresentar uma HQ e esperar que os alunos leiam e compreendam de imediato. Apesar de serem comumente leituras de fácil compreensão, justamente pelos elementos acima apresentados, é salutar que tenhamos em mente que a falta de uma preparação prévia pode levar os discentes a se debruçarem apenas pelos textos, ou apenas pelas imagens, sem conseguir apreender completamente o sentido da narrativa, pois “[...] para que os leitores aprendam a entender integralmente os quadrinhos, devem ter em mente o todo, ou a ‘coerência global’, uma vez que são eles que fazem o trabalho de interpretação dos vários signos em uma obra em quadrinhos [...]” (Postema, 2018, p. 31).

Em suma, reforçamos para o leitor que todos os elementos presentes no quadrinho possuem significado e significância para a compreensão da história. Para alunos sem hábito de leitura, se debruçar sobre histórias em quadrinhos sem uma preparação prévia para esse tipo de leitura pode não gerar os objetivos esperados pelo professor. O processo de preparação dos discentes para o trabalho com HQ é tão relevante quanto o processo de escolha e análise da história a serem usadas em aula.

### **2.3 Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a lei nº 10.639/03: as HQ's como ferramenta para o estudo das relações étnico-raciais**

Estudos voltados às relações étnico-raciais estão espalhados ao longo de parte da legislação educacional nacional, a exemplo da aprovação da Lei nº 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade de estudos sobre a História e a cultura africana no Brasil. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, temos tanto a fundamentação que levou a elaboração da supracitada lei, bem como os objetivos previstos com essa iniciativa legislativa.

Em termos de motivação, a historicização de uma história da educação do país serve de justificativa de uma base legal, conforme se observa com a constituição da Lei nº 10.639/03, em meio a pressões da sociedade civil organizada, pela efetivação de uma mudança em torno do universo educacional, uma vez que,

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares (Brasil, 2004, p. 7).

Sociedades de determinados períodos da história, em especial, do século XIX, proibiram, em sua grande maioria, a matrícula de parte dos negros nos espaços escolares, tendo como consequência uma realidade atual que ainda apresenta grandes desafios para essa população, no sentido do acesso e permanência na escola com todos os direitos e garantias que são previstos pelas leis brasileiras. Em 21 de março de 2003, foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Essa iniciativa “[...] recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal [...]” (Brasil, 2004, p. 8).

A educação básica, no sentido da promoção e estímulo a uma formação continuada e o nível de ensino superior, responsável pela formação dos professores, seriam espaços de promoção de uma educação antirracista e de democratização,

pois,

O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo (Brasil, 2004, p. 8).

Sobre a Lei nº 10.639/03, vale ressaltar que essa é fruto da luta pela inclusão da temática étnico-racial nos currículos escolares brasileiros, direcionada pelos Movimentos Negros, já em fins do Regime Militar. A luta era e é pela igualdade entre as mais variadas camadas da sociedade brasileira. Em termos educacionais, o movimento foi ganhando espaço de forma muito lenta, tanto que na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, não foi feita menção sobre a temática. Só no ano de 2003, com um governo democrático, a LDB foi alterada e houve a inclusão da obrigatoriedade dos estudos sobre a história e a cultura africana, sendo relacionada diretamente à formação econômica e social do Brasil.

Importante salientar que após o surgimento da Lei nº 10.639/03, houve um longo processo de mobilização das mais variadas esferas educacionais de forma a potencializar a aplicação da mesma. Contudo, passados mais de vinte anos de sua promulgação, ainda percebemos uma carência grande em termos de materiais didáticos sobre a temática, formação docente inicial e continuada. É verdade que foram sendo inseridas ao longo dos anos disciplinas nas licenciaturas das universidades atentas a essa questão, bem como foram com mais frequência sendo observadas ofertas de cursos de especialização, mestrado e doutorado, congressos e seminários que somam ao debate. Tudo isso vem ajudando a construir um arcabouço teórico metodológico passível de ser utilizado em salas de aula, até mesmo no que diz respeito à produção de histórias em quadrinhos com a temática étnico-racial, como já apontamos em várias partes desta seção.

Trazendo um pouco dessas questões para a realidade em que estamos realizando a pesquisa, o Estado de Pernambuco, na escola de Referência Jarina Maia, na tentativa de efetivar a aplicação da Lei nº 10.639/2003 foi proposta a criação de uma disciplina específica, cujo título ficou denominado de “Culturas Africanas e Culturas dos Povos Indígenas”, ofertada durante o primeiro semestre de cada ano letivo, para a terceira série do Ensino Médio.

Apesar de ser um elemento relevante frente à ação de tornar viva a Lei nº

10.639/03, não podemos deixar de suscitar a crítica de que o Estado não chega a disponibilizar material didático para viabilização desse componente, o que acaba sendo um fator que dificulta a execução da ideia, pois fica a cargo de cada professor elaborar seu material de aula, muitas vezes sem que esse professor tenha suporte para isso, sendo documento norteador dessa busca e planejamento somente a ementa da disciplina, com indicação das habilidades a serem exploradas durante as aulas. Assim premissa a organização curricular escolar do Estado de Pernambuco,

Mediação e Intervenção Sociocultural - (EMIFLGG07PE) Identificar e analisar as questões históricas e socioculturais vinculadas às culturas de matrizes africanas e dos povos indígenas presentes nas produções culturais (de linguagem verbal, não-verbal, corporal e/ou artística), contribuindo para compreensão da diversidade cultural e construção identitária na contemporaneidade.

Mediação e Intervenção Sociocultural - (EMIFLGG08PE) e (EMIFCHSA08PE) Selecionar e mobilizar conhecimentos sobre as culturas de matriz africana e dos povos indígenas, sua luta e resistência, para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção social, artístico-cultural ou ambiental, visando superar situações de estranheza, preconceito e conflitos interculturais, colaborando para o convívio democrático com a diversidade humana e para o cuidado com o meio ambiente (Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, 2024, p.21).

Outro ponto a ser destacado, é o fato de o Estado de Pernambuco ter estipulado na ementa que os responsáveis por ministrar a disciplina serão os professores de História, Sociologia, Arte e Educação Física, indo de encontro ao que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que preconiza que as disciplinas responsáveis por abarcar tal temática são as de Artes, Literatura e História. Entendemos que isso não seja um problema em si, uma vez que defendemos o fato de que a temática étnico-racial deve perpassar todo o currículo escolar e suas respectivas disciplinas, alçando novos conhecimentos.

Ao prever estudos voltados para a cultura dos povos africanos e indígenas e suas contribuições na arte, música e manifestações corporais, a escola está corroborando com a questão da representatividade e para o debate da contribuição dos negros e dos povos originários para a formação sociocultural brasileira. Esse espaço proporcionado pela disciplina pode corroborar para romper com a visão eurocêntrica, que tem na História, em particular a que damos destaque aqui, Brasil Imperial, a reprodução do negro como o “não ser”. Retomando a ementa da disciplina ofertada pelo currículo do Estado de Pernambuco, temos como objetivo,

Diagnóstico da realidade sobre a qual se pretende atuar, incluindo a busca de dados oficiais e a escuta da comunidade local sobre questões históricas e socioculturais vinculadas às culturas de matrizes africanas e dos povos indígenas presentes nas produções culturais através de leitura, interpretação de textos, pesquisas, exposição de conteúdos e seminários. Ampliação de conhecimentos sobre as produções e práticas culturais, literárias, linguísticas, corporais, artísticas e religiosas de matriz africana e dos povos indígenas, selecionando e mobilizando estes conhecimentos através de rodas de diálogos, mostras culturais, oficinas, pesquisa de campo, entre outras que problematizam as relações culturais étnico-raciais, grupos de idade e gerações, gêneros, organização social, parentesco e a família. Superação de situações de estranheza, resistência, conflitos interculturais, dentre outros possíveis obstáculos fazendo a (re)leitura de linguagens (verbal, não-verbal, corporal e/ou artística) de matriz africana e dos povos indígenas, através de leituras coletivas, pesquisas em grupos e elaboração de mostras culturais. Planejamento, execução e avaliação de uma ação social e/ou ambiental que responda de maneira efetiva, ética e consciente a valorização e resgate histórico, da cultura, da territorialidade de modo a fortalecer as pautas relevantes aos povos indígenas e de matrizes africanas. Desenvolvimento de ações que deem visibilidade às questões étnico-raciais com o apoio das comunidades quilombolas e indígenas, considerando as particularidades e as reais necessidades dos estudantes destas comunidades (Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, 2024, p. 21).

Refletir a representatividade em escala local é crucial para o enriquecimento do debate, sobretudo quando pensamos na realidade da Escola de Referência Jarina Maia, que, conforme já dito anteriormente, conta com a presença de um contingente considerável de alunos oriundos da comunidade quilombola de Brejinho. A disciplina, nesse sentido, é um ponto positivo no curso das possibilidades de análise crítica, compreensão e horizontes de conhecimentos múltiplos acerca das relações étnico-raciais, das representações dos povos negros e indígenas na sociedade brasileira de ontem e hoje.

Com relação à inclusão de novas metodologias que incentivem a leitura, a escrita e a argumentação estão presentes na legislação educacional brasileira, inclusive extrapolando os objetivos previstos apenas para as disciplinas da área de Linguagens. Aliás, no mundo contemporâneo espera-se que as práticas educacionais dialoguem com diferentes disciplinas, sendo a interdisciplinaridade uma máxima não só prevista, mas incentivada nos currículos.

Foi nesse sentido, que em 2018 entrou em vigor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento que visa apontar competências e habilidades para os currículos da Educação Básica, tanto de escolas particulares quanto públicas. Não é nosso objetivo analisar as finalidades e o contexto do surgimento da BNCC, bem como sua complexa aplicabilidade em um país de tamanho continental

como o Brasil, seus desafios e problemáticas. Contudo, não poderíamos deixar de alertar que apesar da previsão de criação de uma base comum para o currículo estar presente tanto na Constituição Federal (art. 2010) quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, art. 26), a BNCC não é um documento normativo. Ela apenas estabelece quais competências e habilidades são esperadas para as disciplinas e seus respectivos conteúdos. Aliás, a própria BNCC estabelece que os currículos sejam fluídos e sigam as peculiaridades regionais e locais.

Feitos tais esclarecimentos, passamos a pensar como o documento que rege os currículos pátrios pensa as HQs na Educação Básica. Entre as habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular está a capacidade dos alunos de “[...] construir o sentido de histórias em quadrinhos e tirinhas, relacionando imagens e palavras e interpretando recursos gráficos (tipos de balões, de letras, onomatopeias) [...]” (Brasil, 2018, p. 96).

Da citação, percebe-se que a Base Nacional Comum Curricular aponta para elementos, como o uso concomitante de textos e imagens, além dos recursos gráficos. Esses elementos seriam o diferencial para atrair um público que cada vez mais se distancia das práticas de leitura, afetando de forma substancial o desempenho escolar nas mais variadas disciplinas; dentre as quais o componente de História? Certamente, esse questionamento é difícil de ser respondido, pois abrange o aspecto da subjetividade, mas podemos dizer ser esse um caminho possível.

Ao tratar de quadrinhos, especificamente, não podemos deixar de falar sobre a questão da leitura, uma vez que essa é uma ação intrínseca e que dá sentido a HQ. Trata a premissa que,

Leitura no contexto da BNCC é tomada em um sentido mais amplo, dizendo respeito não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais (Brasil, 2018, p.72).

A BNCC pensa em uma organização curricular que possibilite aos estudantes o contato com formas e práticas de linguagens diversificadas, de modo a potencializar capacidades de se expressar, compreender as mais variadas formas de manifestações artísticas e de usos do corpo. Tais objetivos podem ser pensados a partir da utilização dos quadrinhos, na medida em que podem estimular a leitura e

aguçar o sentido reflexivo e a compreensão dos conteúdos históricos. A Base Nacional Comum Curricular corrobora com tais objetivos na medida em que preceitua que,

[...] as habilidades não são desenvolvidas de forma genérica e descontextualizada, mas por meio da leitura de textos pertencentes a gêneros que circulam nos diversos campos de atividade humana. [...] A participação dos estudantes em atividades de leitura com demandas crescentes possibilita uma ampliação de repertório de experiências, práticas, gêneros e conhecimentos que podem ser acessados diante de novos textos, configurando-se como conhecimentos prévios em novas situações de leitura (Brasil, 2018, p. 75).

Diante do que preconiza a BNCC, fica evidente que a utilização de histórias em quadrinhos pode atuar de maneira positiva não apenas com o objeto da leitura, mas, conforme defendemos, com as aulas de História, com vista a uma melhor interpretação dos seus conteúdos.

A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil. A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber (Brasil, 2018, p. 401).

Para além, a BNCC também aponta para a necessidade de se trabalhar a temática das relações étnico raciais, corroborando com o que já é garantido na Lei 10.639/03, quanto a obrigatoriedade do currículo escolar abordar a história e a cultura africana e afrodescendente, relacionando-as a formação da sociedade brasileira.

### **3 A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO IMPÉRIO BRASILEIRO: POR ENTRE TRAÇOS E BALÕES, HQS “AS BÁRBAS DO IMPERADOR [...] E A HISTÓRIA DE UM MONARCA EM QUADRINHOS [...]”**

Durante o Período Imperial brasileiro, que se estendeu de 1822 a 1889, a condição dos negros foi marcada por profundas desigualdades. A sociedade brasileira daquela época era, em grande parte, estruturada em torno da escravidão, que se consolidava como base da economia agrária, especialmente nas plantações de café e açúcar.

Os negros escravizados eram considerados propriedade, sem direitos jurídicos, e sua vida era marcada pela violência, exploração e desumanização. A escravidão era legitimada por leis que favoreciam os proprietários de terras, garantindo-lhes o controle total sobre seus escravizados. A resistência, embora constante, enfrentaria diversas punições, e as possibilidades de fuga, embora comuns, eram cercadas de perigos em um sistema que controlava os escravizados constantemente.

Com o passar dos anos, a pressão interna e externa por reformas levou ao surgimento de uma população negra livre e liberta, seja por já nascerem juridicamente fora do status de escravizado, seja por adquirirem carta de alforria que previa liberdade. Esses negros libertos apesar de não estarem mais sob o jugo da escravidão enfrentaram um novo conjunto de desafios, como por exemplo, embora livres, muitos ainda foram excluídos dos direitos políticos e sociais. Enfrentavam discriminação racial e dificuldades econômicas.

Isso posto, passaremos neste terceiro capítulo a analisar o papel do negro durante o Segundo Reinado brasileiro e suas representações nas HQs “As Barbas do Imperador [...]” e “Grandes Figuras em Quadrinhos...”.

#### **3.1 No contexto do Império: aspectos políticos e econômicos do século XIX brasileiro**

O que a História chama de Período Imperial brasileiro, tem início oficialmente com a decretação de separação frente a Portugal, em 7 de setembro de 1822, mesmo que as lutas pela independência política tenham se estendido pelo ano seguinte por várias partes do Brasil, a exemplo da Bahia que só formalizou a ruptura

completamente em julho de 1823.

Embora politicamente separado das amarras metropolitanas, em termos de organização social e econômica, várias características do período colonial permaneceriam durante o Primeiro e Segundo Reinados. Em termos de sistema de governo, tivemos a instalação de uma monarquia, opção de regime político adotado pelo Brasil em detrimento das repúblicas que surgiram nas nações sul-americanas dominadas anteriormente pela Espanha. Com relação a direitos de cidadania, houve a manutenção do sistema escravista e o afastamento da grande maioria da população das decisões políticas.

Importante destacar quem era considerado cidadão quando da promulgação da primeira Constituição em 1824, que trazia em seu corpo jurídico uma imbricação no sentido de cidadania e nacionalidade, a saber, Art. 6º, seria cidadão brasileiro aquele nascido no Brasil, ainda que o pai fosse estrangeiro, desde que não residisse nesse país a serviço de sua nação; os filhos de pai brasileiro e os filhos “ilegítimos” de mãe brasileira, nascidos em outro país e que viessem a estabelecer domicílio no Império; filhos de pai brasileiro, que estivessem em país estrangeiro a serviço do Império, embora não viessem a estabelecer domicílio no Brasil.

Dito quem era o cidadão, argumentamos que o Regime Monárquico brasileiro seguia o sistema de voto censitário tanto para eleger quanto para pleitear as vagas aos cargos eletivos de Deputado e Senador; este último ocupado por membros da elite, escolhidos pelo próprio Imperador em uma listra tríplice, para um cargo vitalício. Ainda, no campo político, havia apenas dois partidos, os Liberais e os Conservadores, ambos representando as elites agrárias e contrárias a mudanças nas estruturas sociais, como por exemplo, o fim do sistema escravista. Além disso, dentro desses partidos havia divergências, como no caso dos Liberais que se dividiam em liberais moderados, defensores da conservação de uma monarquia centralizada, embora entendessem que o Poder Legislativo deveria ter um peso maior na vida política do Império por representar a vontade da "maioria". Essa, entretanto, não abrangia a totalidade da população, pois, como demonstramos anteriormente, a Constituição de 1824 possibilitava a pouca participação na qualidade de cidadão, da sociedade política imperial. Já os liberais exaltados defendiam a federação, que, em sua opinião, daria maior autonomia às províncias do Império. Alguns chegavam até a defender a possibilidade da instauração de uma República.

Com relação à economia, enquanto externamente a Europa vivia os impactos da Revolução Industrial, o Brasil ainda era um país que dava seus primeiros passos, envolto em uma dependência agrária, sobretudo do café que despontava como principal produto da balança comercial nacional. O café foi responsável por criar uma nova elite agrária, os denominados “barões do café”, concentrando-se em sua grande maioria na região do vale do Paraíba, em São Paulo, que passariam a ter influência direta nas decisões políticas do Império. Até mesmo por essas características, pouco se esperava que viesse a ter fim o sistema escravista mantido no Brasil, enquanto nossos vizinhos aboliam tal prática de forma oficial em seus territórios.

Nas relações externas, ainda se procurava o reconhecimento enquanto nação soberana frente à comunidade internacional. Os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer nossa independência, seguido pelo México. A questão principal, no entanto, estava na aceitação da separação por parte de Portugal, que se negava a perder sua colônia mais lucrativa. Nesse cenário, a Inglaterra, principal nação da época em termos econômicos, teve papel crucial no processo de negociação que levou ao reconhecimento definitivo do Brasil como uma nação soberana. Entretanto, esse apoio inglês veio acompanhado de algumas exigências a serem cumpridas pelo governo brasileiro, a principal delas estava relacionada a colocar fim à escravidão no Brasil.

Longe de ser uma exigência com áureas humanitárias, o que motivava tal desejo por parte dos ingleses era a necessidade de criar no Brasil um grupo vasto de trabalhadores assalariados capazes de se tornarem consumidores dos produtos industrializados. Com um território grande, uma população numerosa e recursos naturais em abundância, o Brasil era, na visão da Inglaterra, um território a ser explorado pelas nações industrializadas em expansão.

As exigências inglesas previam que o Brasil colocasse fim ao sistema escravista tão logo se tornasse independente, fato que não aconteceu em virtude de ser a escravidão a principal responsável por sustentar a economia brasileira, predominantemente agrária. Além destas pressões externas, internamente o Movimento Abolicionista começava a galgar seus primeiros passos, inclusive tendo à frente personalidades negras, como Luís Gama e José do Patrocínio, a quem dedicaremos um espaço mais à frente. Com as lutas abolicionistas, aumentaram as mais variadas formas de resistência escrava, sobretudo as fugas para territórios

quilombolas.

O Império brasileiro sofrendo pressão interna e externa, passou a procurar mecanismos para chegar ao fim da escravidão de forma lenta e gradual, primeiro proibiu o tráfico transatlântico de escravos, para só depois colocar fim ao tráfico interno, interprovincial. Diante desse cenário, a própria Inglaterra começou a tomar algumas iniciativas, como por exemplo, aprisionar navios negreiros em águas atlânticas, causando grandes prejuízos aos escravocratas brasileiros e encarecendo sobremaneira a mercadoria escrava no comércio local.

Figura 17 - O Tráfico Transatlântico de Escravos



A Figura 17, extraída da HQ “As Barbas do Imperador [...]”, traz alguns elementos para pensarmos a condição do Brasil como país escravocrata em meio a um processo internacional de pressões para o fim da escravidão. Logo na primeira vinheta temos a referência a uma lei de 1831, aprovada pelo parlamento brasileiro, com a intenção de extinguir o tráfico escravo da África para o Brasil. Essa foi uma iniciativa parlamentar visando conter os ímpetos ingleses, pois era consenso entre a maioria dos membros das elites agrárias brasileiras que a escravidão seria o sustentáculo da sua engrenagem econômica. De acordo com Gomes (2022, p. 100),

A proibição de 1831 passaria para a história com o apelido jocoso de ‘lei para inglês ver’. Ao sancioná-la, o governo imperial não tinha, de fato, a intenção de que fosse cumprida. O objetivo era apenas conter as críticas internacionais e acalmar os ânimos no front diplomático. Enquanto isso, navios negreiros abarrotados continuaram a desembarcar homens e mulheres escravizados ao longo do litoral brasileiro sob o olhar cúmplice das autoridades.

A Inglaterra chegou a incluir o Brasil na lista das nações bárbaras, por ainda manter a escravidão. Em suma, a nação brasileira nascia em meio a uma dicotomia, atender a novas exigências internacionais e manter suas estruturas econômicas. Internamente, as pressões também foram importantes para desestruturar o sistema, havendo aumento no número de fugas de escravos, políticos se posicionando publicamente contra a escravidão, e até mesmo o surgimento de grupos organizados, como os “caifazes”, dedicados à luta abolicionista, cuja uma das ações se voltava à organização de fuga em massa de escravos das fazendas e cidades.

Os caifazes foram um dos setores mais avançados do movimento abolicionista, ajudando a fomentar os conflitos entre escravos e senhores. Formados por ex-escravos, pequenos comerciantes, artesãos e outros profissionais liberais, atuavam se infiltrando nas senzalas, disfarçados e chegaram a criar uma rede de proteção e acolhimento dos escravos por eles resgatados.

Ainda em relação à Figura 17, na parte superior da imagem aparenta ser uma adaptação feita pelo quadrinista Spacca de parte da pintura “Navio Negreiro”, de Rugendas (1830), destacando as condições precárias de alojamento dos negros escravizados que vinham aos montes para o Brasil e que nem sempre resistiam à viagem. As mortes eram tantas que os navios passariam a ser conhecidos como “tumbeiros”.

Figura 18 - Navio Negreiro



Fonte: Rugendas, 1830.

Sobre as condições de viagem nos navios negreiros, a definimos como uma atrocidade, principalmente quando se pensa que pessoas foram arrancadas a força das suas realidades sociais e embarcadas para um “Novo Mundo”, sem garantia de direitos. A descrição de um porão de navio negreiro feita pelo reverendo irlandês Robert Walsh, capelão da embaixada britânica no Rio de Janeiro, em 1827, e presente na obra de Gomes (2022), chega a ser atormentadora quando passamos a imaginar a cena. Segundo Gomes (2022, p. 106),

A área de confinamento segundo descreveu, ‘era tão baixa que eles se sentavam entre as pernas uns dos outros, tão amontoados que não havia possibilidade de se deitarem ou mudarem de posição, durante o dia ou à noite’. Ao partir da costa africana tinham sido todos marcados a ferro quente, ‘como ovelhas, com marcas dos diferentes proprietários, imprimidas em seus peitos e braços’.

O contexto da fala de uma testemunha ocular, como a citada acima, não se dá de forma despreziosa. Desde a década de 1820, sobretudo após a decretação da separação do Brasil frente a Portugal, já havia negociações diplomáticas para pôr fim ao tráfico de escravos. Em outras épocas, entretanto, muito provavelmente o reverendo Walsh não teria se assustado com as condições vivenciadas pelos escravos nos porões dos navios negreiros, haja vista ter sido a Inglaterra uma das nações que mais fizeram uso do trabalho escravo africano em suas possessões ultramarinas, fato que fez de Liverpool, durante o século XVIII, a capital mundial do tráfico de escravizados.

O tráfico transatlântico de escravos é retratado na narrativa da Figura 17, na qual observamos escravizados sendo retirados dos porões do navio e subindo para a proa, em virtude de uma apreensão de navio negreiro por parte dos ingleses. A

forma como os personagens estão vestidos e mesmo os seus semblantes, ou disposição dos corpos, nos fizeram mais uma vez dialogar com os testemunhos do reverendo irlandês Robert Walsh que descreveu uma cena semelhante, e que nos ajudou a problematizar as condições dos escravizados no contexto de captura e transporte até as zonas de comercialização de escravos.

Algumas crianças, alguns adultos, alguns velhos e velhas, todos em estado de completa nudez, rastejando para experimentar o luxo de um pouco de ar e água frescos. Pareciam um enxame de abelhas saindo pela abertura de uma colmeia, enchendo todos o convés até a asfixia, de proa e popa [...] (Gomes, 2022, p. 106).

Outro detalhe da vinheta ora em análise é a frase do personagem que diz não ter dado tempo de jogar a carga ao mar. A passagem faz referência ao ato de livrar-se das “provas” do crime. A ação de jogar a carga ao mar deixa evidente o lugar do “não ser”, conforme nos fala Fanon (2020), na medida em que o outro, no caso em específico o branco europeu, não lhes confere sentido humano.

Por fim, na última linha, ainda da Figura 17, há uma passagem com tom bastante crítico, quando um dos personagens fala que as ações inglesas sobre navios brasileiros ameaçavam “nossa” liberdade. Os personagens negros, no canto inferior do quadro, mesmo sem fala se questionam mentalmente sobre qual liberdade estava em jogo dentro daquele contexto. Na imagem, a concepção de liberdade era a que atendia aos interesses dos traficantes de escravos e que sustentava a política econômica do Império brasileiro. Essa liberdade que se apresenta, a defesa da liberdade/autonomia das bases do Império, vinha à custa da liberdade humana dos negros africanos.

A primeira lei promulgada no Brasil com efeitos mais práticos no sentido de pôr fim a escravidão foi a Lei Euzébio de Queiroz, de 1850. A ideia era que, com o encerramento desse comércio, a escravidão fosse aos poucos acabando no território nacional. Com o fim do tráfico transatlântico, vimos a crescente no comércio interprovincial, sobretudo com a compra de escravos que antes se concentravam nas regiões produtoras de açúcar, para trabalharem no novo centro econômico que era o sul cafeeiro. Além disso, o tráfico se estendera pelas décadas seguintes em um mercado ilegal que fazia o preço do escravo disparar.

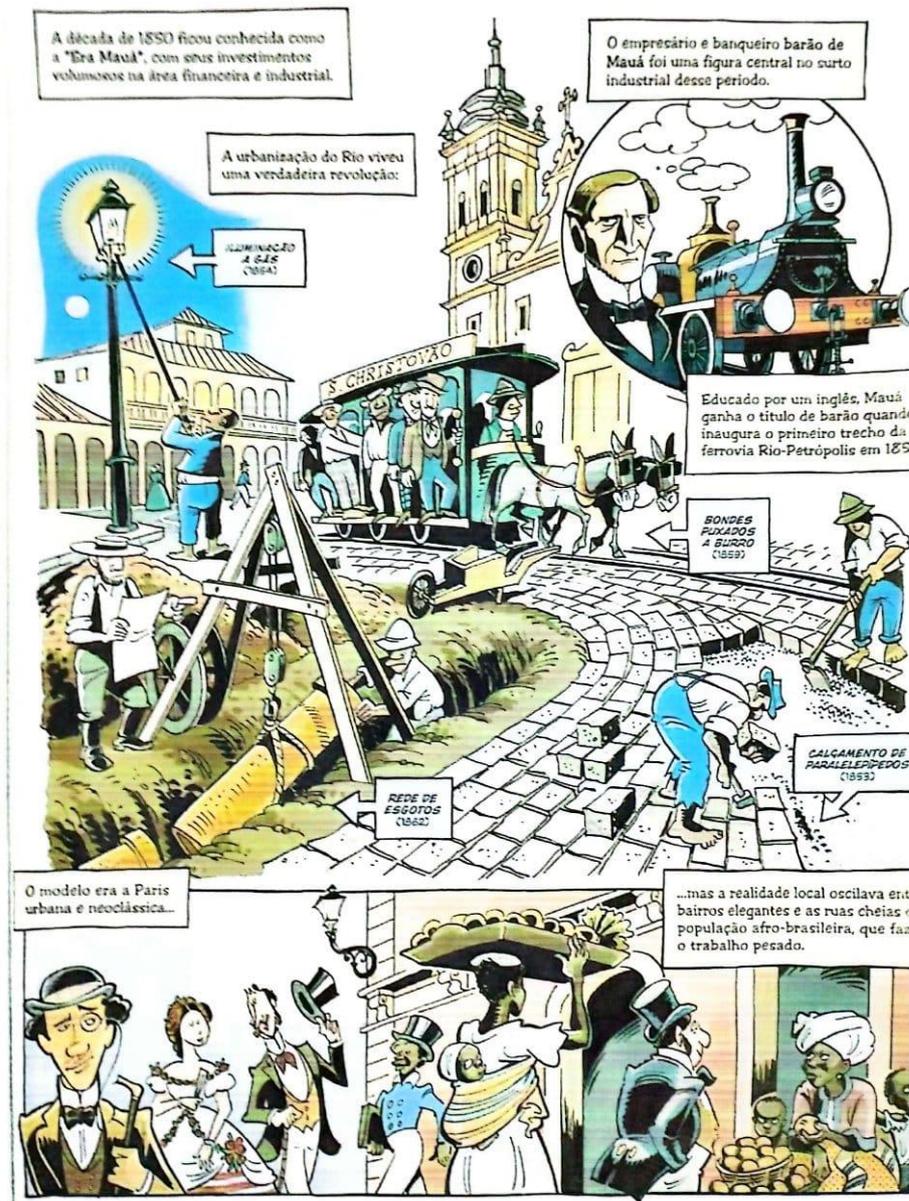
O fim do tráfico transatlântico de escravos, embora surgido o tráfico interprovincial, abriu a economia brasileira para novos investimentos, sobretudo em

setores urbanos,

Encerrado o tráfico, uma massa de recursos surgiu da noite para o dia, como num passe de mágica. A saída para o estado foi investir na infraestrutura do país, e acima de tudo na área dos transportes ferroviários. Para se ter uma ideia, de 1854 a 1858 foram construídas as primeiras linhas telegráficas e de navegação e as primeiras estradas de ferro, a iluminação a gás chegou às cidades, e o número de escolas e de estabelecimentos de instrução começou a crescer (Schwarcz e Starling, 2018, p. 275).

Conforme se observa da citação, algumas das inovações urbanas foram oriundas dos recursos que passaram a sobrar com a escassez e as dificuldades de importar novos escravizados, o que alteraria parte das paisagens urbanas brasileiras, sobretudo na capital Rio de Janeiro. O pontapé inicial para um investimento direcionado às questões urbanas foi dado no período que ficou conhecido como “Era Mauá”, uma referência a Irineu Evangelista de Souza, que recebeu o título de Barão de Mauá. O mesmo foi um empresário brasileiro que morou na Inglaterra e trouxe as ideias modernizantes da Revolução Industrial para o Brasil. Foi o responsável por financiar a construção das primeiras estradas de ferro no Brasil, totalizando cerca de 10 mil quilômetros de estradas férreas construídas.

Figura 19 - Urbanização no Rio de Janeiro



Fonte: Spacca; Schwarcz, 2013, p. 31.

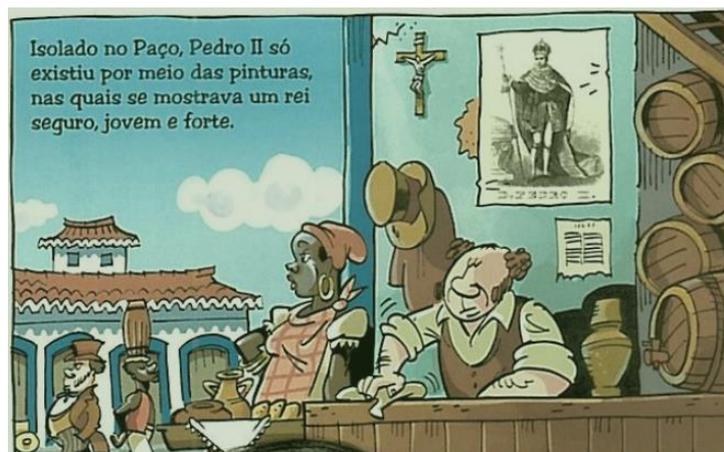
A narrativa da HQ “As Barbas do Imperador [...]” acima aborda as transformações urbanas que se aceleraram no Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX. Para Schwarcz e Starling (2018, p. 275),

Entre muitos altos e baixos, a década de 1850 ficaria particularmente associada à estabilidade financeira e ao momento de paz que o país experimentou a partir de então. Era no Rio de Janeiro que se sentiam mais de perto as mudanças resultado do fim do tráfico. Na verdade, toda a urbanização da cidade passava por uma revolução. O modelo era o da Paris burguesa, contudo a realidade local oscilava entre bairros elegantes e as ruas onde só se notava o trabalho escravo e dos libertos.

Nesse contexto de transformações urbanas, o quadrinho em destaque evidencia a intensa participação da população negra nesse cenário. Uma das novidades desse período é a iluminação pública a gás, o serviço de ligação era feito manualmente, na imagem a sua execução é realizada por um negro, que podemos presumir ainda estar na condição de escravo, há vestimenta característica que indicia, há um destaque para a falta de calçados, elemento simbólico e indicativo de uma condição jurídica social no Império brasileiro. Para além, se vê outros tantos negros, provavelmente também escravizados, trabalhando na construção civil e na condução de transporte, carruagem coletiva.

O espaço urbano possibilitava opções de atividades laborais diversas para a população negra, sendo ela escravizada, livre ou liberta. Na parte inferior do quadrinho temos duas realidades contrastantes nessa urbe que se transformava, a saber, as “quitadeiras”, escravas que se dedicavam ao comércio urbano por conta própria, visando adquirir algum cabedal, ou a pedido dos seus senhores. Há um personagem que chama a atenção, um homem negro, bem vestido, de cartola na cabeça, posturado e carregando papéis. Hipoteticamente, nos arriscamos em falar que ocupava uma posição social de um indivíduo livre, com provável círculo de rede social e, quem sabe, até mesmo dono de escravo.

Figura 20 - Comércio na Capital do Império



Fonte: Spacca; Schwarcz, 2013, p. 23.

Em mais uma passagem da HQ “As Barbas do Imperador [...]” percebemos o cenário urbano e a presença da população negra de forma ativa no meio social. Podemos perceber os denominados escravos de ganho, conforme já anunciado nesse capítulo, que tinham seus trabalhos cobrados por dias trabalhados e por

jornadas, eram carregadores, comuns nos portos, desembarcando grandes caixas, pianos, mercadorias. Vendeiras e quituteiras, mais independentes em seus afazeres, circulavam pelas ruas articulando-se com os moradores nas suas transações comerciais. Eram comuns que essas escravas conseguissem acumular quantias capazes de pagar sua alforria.

No mundo da escravidão urbana, no qual a vigilância era um pouco mais frouxa, inventou-se uma variedade de profissões, arranjos de vida e de possibilidades de ir e vir. Nesse universo, libertos, homens livres e escravizados formaram, ao lado dos pobres livres, mundos quase invisíveis de laços de solidariedade e ajuda mútua. Montaram universos paralelos ao brilhante teatro da corte, que ganhava então nova escala (Schwarcz e Starling, 2018, p. 275).

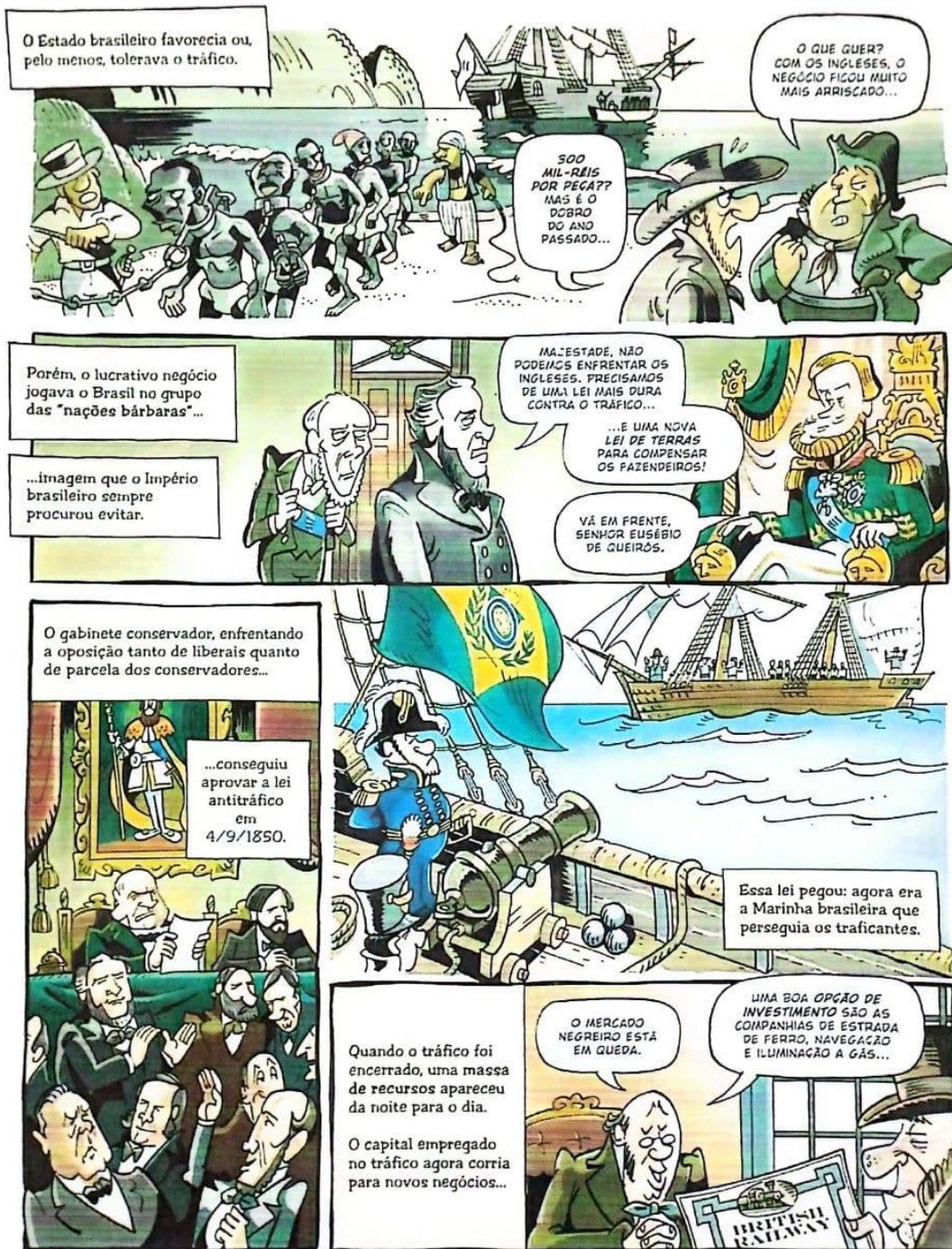
A presença de negros era algo cujas elites não podiam evitar. Durante todo o Período Imperial, sobretudo na capital Rio de Janeiro, o contingente populacional de origem africana superava o número de pessoas brancas. Até mesmo nos arredores do Paço, residência oficial do Imperador, ficava o “Reino de Obá”, o que mais tarde se denominaria de “Pequena África”, composto por africanos, crioulos e negros (escravos, libertos ou homens livres). De acordo com Schwarcz e Starling (2018, p. 276),

Realidade acintosa nas ruas e nos sobrados de maior ou menor porte, a escravidão urbana variou conforme as características das cidades e a posse dos senhores. Nos sobrados maiores, uma hierarquia de pajens, moleques de recado, amas e criadas de quarto, bem vestidos e ativados, confirmava o status dos senhores. Já nos casebres de mulheres solteiras ou viúvas, nas casas remediadas ou de funcionários públicos mais modestos, escravos e escravas mourejavam lado a lado com seus senhores e, sobretudo, senhoras, criando inesperados laços de intimidade, os quais, por sinal, não chegavam a abrandar a violência inerente à escravidão urbana.

A escravidão era uma realidade presente no cotidiano da sociedade imperial, e nesse contexto as tramas diárias em busca da tão sonhada liberdade se desenrolava mesmo em meio a um cenário de opressão. Mas ainda se faz necessário transitarmos mais sobre as características dessa política escravista que marcou a formação da sociedade brasileira.

Dando continuidade ao elemento escravidão, retomamos a nossa conversa a partir de mais um trecho da HQ “As Brabas do Imperador [...]”, quanto ao curso da desmobilização do tráfico de cativos. Vejamos a imagem que segue.

Figura 21 – Combate ao Tráfico Negro



Fonte: Spacca; Schwarcz., 2013, p. 30.

Na parte inicial do quadrinho há apontamentos para o encarecimento do preço dos escravos, movimento que traduz bem a lógica da procura e da oferta do sistema capitalista. A carestia do preço do escravo se tornava para alguns senhores de terra algo insustentável de seguir, em que muitos acabaram cedendo às

pressões, e ao invés de adquirir novos escravizados, vendiam os que já possuíam, alimentando o mercado interno.

No que pese à representação dos negros que estão sendo retirados dos navios, na narrativa que seguimos analisando, temos nos traços fenóticos o anúncio de quem são e como são vistos no curso da narrativa histórica. Chinen (2019) destaca que por muito tempo as representações dos negros em quadrinhos foram estereotipadas, com exageros em bocas, olhos e outros elementos físicos. Nas palavras do autor (2019, p. 49), “[...] cabe acrescentar que o humor sempre esteve presente nos quadrinhos desde a sua origem e muitos códigos utilizados na figuração cômica estão baseados na distorção fisionômica, no exagero e nos estereótipos [...]”.

Enfatizamos uma leitura que cabe ser destacada como uma hipótese daquilo que não enxergamos nitidamente no primeiro lance de olhar, a saber, o quarto personagem negro, que segue na fila, que traz na cabeça um gorro semelhante ao utilizado pelo personagem “Saci Pererê”, nos remetendo a uma informação já apresentada nesta dissertação, do primeiro personagem negro a aparecer em histórias em quadrinhos brasileiros, figura mitológica do nosso folclore, contudo, ocupando o lugar do não humano, o que nos parece ser um dado importante, nesse quadro de análise de quem é o escravo no século XIX.

Ainda nessa primeira vinheta, um outro personagem chama a atenção, os “feitores”, geralmente pessoas negras de confiança do senhor de escravos ou do traficante negreiro que passavam a atuar do lado opressor do sistema escravista em troca de remuneração financeira ou mesmo da sua liberdade. Na passagem analisada vemos duas dessas figuras, uma mais à frente de chapéu e outro mais ao fundo com um chicote nas mãos.

O quadro segue e chegamos a um diálogo de D. Pedro II e Eusébio de Queirós, então Ministro da Justiça, responsável pela Lei de 1850, que proibia o tráfico de escravos no Brasil. Na passagem do quadrinho, D. Pedro II e Eusébio tratam do que ficou conhecida como a Lei de Terras. Essa pode ser considerada a primeira iniciativa, no sentido da organização da propriedade privada, uma vez que inexistia documento que normatizasse a posse da terra. Um dos elementos dessa Lei visava dificultar a aquisição de propriedades fundiárias por parte de imigrantes, que passavam a desembarcar em quantidades cada vez maiores em terras brasileiras a partir da década de 1860.

Em suma, podemos adentrar por várias análises das condições sociais, econômicas e políticas dos negros, livres, escravizados ou libertos, através das páginas da HQ “As Barbas do Imperador [...]”. Mas essa análise nos permite ir mais além, no processo de entender o papel da população negra no Brasil Imperial, o que faremos a seguir a partir de abordagens em torno do pensamento da política escravista no Brasil.

### **3.1.1 Pensando a política escravagista no Brasil**

A história da escravidão no Brasil é uma das mais sombrias e complexas, refletindo uma era de explorações e desigualdades. Desde a colonização até o período imperial, o sistema escravista moldou profundamente a sociedade, a economia e política brasileira. Com a chegada dos portugueses, no início do século XVI, o Brasil passou a ser uma colônia destinada à exploração. Inicialmente, a mão de obra indígena foi utilizada, mas essa estratégia rapidamente se mostrou insustentável, a resistência e a mortalidade levaram à importação de escravizados africanos.

A partir do século XVII, o tráfico de africanos tornou-se a principal fonte de mão de obra. A economia brasileira, predominantemente agrícola/exportadora, com a criação de grandes *plantations*, a exemplo da cana-de-açúcar e, mais tarde, lavouras de café, em que se demandava número considerável de força de trabalho. Levas e mais levadas de navios negreiros chegavam abarrotados de cativos, vendidos em espaços públicos, com seus atravessadores e compradores a mensurar o seu potencial para o trato nas lavouras e em outras diversas funções, por ora anunciadas nesse texto.

Durante o Império, a resistência negra às condições de escravizados se manifestou de várias formas, conforme já dito em outros momentos deste texto, desde fugas individuais até revoltas coletivas, a exemplo da Revolta dos Malês (1835). Iniciada em 1835 na cidade de Salvador, Bahia, foi um dos principais levantes de escravizados no Brasil, destacando-se pela organização e pela influência da cultura islâmica entre os revoltosos, em sua maioria muçulmanos. O movimento foi liderado por homens livres e escravizados, os “malês”, como eram chamados, trouxeram para dentro de sua luta conhecimentos, práticas religiosas e um forte senso de identidade cultural. A revolta foi planejada com antecedência e

visava à libertação dos escravizados.

Em 24 de janeiro de 1835, o levante teve início, mas a ação foi rapidamente reprimida pelas autoridades. Apesar de a revolta ter durado pouco tempo, suas consequências foram significativas. O governo Provincial intensificou a repressão, aumentando a vigilância frente à população escravizada. A Revolta dos Malês também evidenciou a extensão racial e social da época, revelando a luta pela liberdade e dignidade de uma população que enfrentava a opressão e a desigualdade. O evento é lembrado como um marco na história das lutas contra a escravidão no Brasil e um símbolo da resistência.

Levantes como o dos malês, podemos fazer uma leitura geral, foram a resposta a um sistema opressor e desumano, como entendemos ter sido a escravidão no Brasil. Em termos jurídicos, a nossa primeira constituição, pós-independência, trazia clara a legalidade da escravidão, porém com previsões sobre a moderação dos castigos aplicados aos escravizados. O artigo 179 da Constituição de 1824 proibia os açoites, a tortura, a marca a ferros quentes e outras penas cruéis. Tais vedações inclusive se repetiam na redação do Código Criminal de 1830 e na Lei nº 4, de 1835. Entretanto, afirma Gomes (2022, p. 22) que,

Nas fazendas e regiões distantes, onde, segundo uma expressão do abolicionista pernambucano Joaquim Nabuco, o braço da lei não era suficiente longo para proteger os cativos, havia relatos de espancamentos bárbaros, de quinhentas ou mais chibatadas, sem que senhores e capatazes dessem satisfação a ninguém.

Na sociedade Imperial, a escravidão era uma realidade já enraizada no cotidiano e, muitas das vezes, ou para grande parcela desse conjunto social, necessária ao bom andamento econômico do Brasil. O Rio de Janeiro, então capital do Império, era a cidade das Américas com o maior número de escravizados, somando cerca de 10% do total de escravos do continente. Conforme Gomes (2022, p. 22),

Disseminado por todo o território brasileiro, o escravismo perpassava todas as atividades e todas as classes sociais. Ricos e pobres, fazendeiros, comerciantes e profissionais urbanos, instituições públicas e empresas privadas, ordens religiosas, bispos e padres, brancos, negros e mestiços – todos, indistintamente, eram donos de escravos ou almejavam sê-lo.

Diante de uma realidade que perpassou da chegada dos portugueses aos instantes finais do Império, não seria exagero dizer que a escravidão foi a

ferramenta principal na engrenagem socioeconômica brasileira. Em virtude disso, o processo que iria findar a escravidão no Brasil foi lento e gradual, influenciado pelas pressões internas e externas, do que propriamente pela vontade das elites agrárias imperiais.

Como citamos anteriormente, a primeira lei que versou sobre liberdades dentro dos aspectos legais foi a Lei Euzébio de Queirós, de 1850. Ao proibir o tráfico de escravos da África para o Brasil, a referida lei pretendia que a escravidão fosse sendo extinta aos poucos, quando os escravos existentes no Brasil fossem morrendo ou sendo libertos sem que chegassem novos escravos. Na prática, houve um aumento do tráfico clandestino e o encarecimento do preço dos escravizados, em um comércio interprovinciais que manteve aquecidos os lucros com a compra e venda de cativos, conforme já dito anteriormente.

Com o fim da Guerra do Paraguai em 1870, o Movimento Abolicionista, que até então consolidava suas práticas mais atuantes no Império, ganhou cada vez mais espaço, contando com o apoio de setores comerciais urbanos, membros da classe média, parte da imprensa, estudantes e, claro, os próprios escravizados.

As próximas leis que antecederam o final da escravidão no Brasil foram as Leis do Ventre Livre, de 1871, que concedia liberdade aos recém-nascidos e criava um fundo para a compra de alforrias para os adultos, e a Lei do Sexagenário, de 1885, que tornava livres todos os escravos acima de 60 anos.

Ambas as leis, no entanto, não traziam avanços significativos no que se refere à efetiva libertação dos escravizados. A Lei do Ventre Livre libertava apenas os nascidos, mas não suas mães, devendo a criança permanecer com suas progenitoras até os 8 anos de idade, quando o senhor poderia receber uma indenização do Estado ou permanecer com o jovem até completados os 21 anos de idade. A julgar que o final da escravidão ocorreu 17 anos após a assinatura da Lei do Ventre Livre, excetuando-se aqueles casos em que o senhor fez uso do seu direito indenizatório, mas a referida lei, julgamos, não chegou nem a obter seus efeitos práticos originais.

Já a Lei do Sexagenário, ou “Lei da Gargalhada Nacional”, como foi apelidada na época pelos membros do movimento abolicionista, foi uma iniciativa legislativa um tanto quanto inútil em termos de avanço na luta abolicionista, uma vez que poucos escravos conseguiam, dentro das condições extremas a que eram submetidos, chegar à idade de 60 anos, e aqueles que chegavam muitas das vezes

eram tidos como um “peso” econômico para o seu senhor, uma vez que permaneciam gerando gastos para sua manutenção enquanto propriedade, mas sem oferecer grandes rendimentos com seus trabalhos.

À medida que as ações do Movimento Abolicionista se intensificavam, as formas de resistência escrava ganhavam cada vez mais força. As fugas e rebeliões entre os cativos aumentaram às vésperas da Lei Áurea, de 1888, favorecendo a proliferação de quilombos em várias partes do Brasil, comuns em locais mais isolados, mas também presentes em espaços urbanos, como o “Quilombo do Leblon”, no coração da capital Rio de Janeiro, e o do Jabaquara, em São Paulo.

O quilombo do Leblon tornou-se famoso graças a uma particularidade: os escravos lá refugiados se dedicavam ao cultivo e ao comércio de flores, mais especificamente a produção de camélias brancas. A associação da flor com a Abolição foi uma bela jogada de propaganda executada pelo movimento abolicionista. [...] Portar uma camélia na botoeira do paletó ou cultivá-la no jardim de casa era gesto político: significava declarar princípios e indicava disposição para ação. (Schwarcz e Starling, 2018, p. 276).

A citação acima faz referência ao que viria a se tornar o símbolo da luta contra a escravidão no Brasil durante o Segundo Reinado, as camélias brancas. A flor cultivada no Quilombo do Leblon, conforme observamos na citação, era comercializada como forma de arrecadar dinheiro para a causa abolicionista. Enquanto símbolo, as camélias adentraram instâncias do poder, dentre as quais, a própria família real, a exemplo da Princesa Isabel, que passou a aparecer em público trazendo em suas vestes um enfeite com a flor. Usar a camélia ou cultivá-la no jardim de casa era uma forma de identificar os adeptos à causa abolicionista. Na cerimônia de assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, foram levadas camélias do Quilombo do Leblon, como forma de marcar esse momento tão singular para a luta abolicionista brasileira.

Muitos foram os personagens que se destacaram na luta abolicionista, dentre os quais, Luiz Gama, negro, poeta e advogado brasileiro do século XIX. Nascido em 21 de junho de 1830, em Salvador, ele era filho de mãe africana livre e pai português, o que lhe conferiu uma vivência singular em relação às questões raciais da época. Gama se destacou na luta contra a escravidão, e mesmo dentro de um cenário jurídico desfavorável, conseguiu libertar vários escravos usando o sistema jurídico da época. Sua obra literária, que inclui poesias e crônicas, reflete o seu compromisso com a justiça social e a igualdade racial. Luís Gama faleceu em 24 de

agosto de 1882, mas seu legado perdurou pelos anos que se seguiram ao fim da escravidão, haja vista que a luta negra estava apenas começando.

Outro personagem emblemático no campo dos intelectuais abolicionistas foi Joaquim Nabuco. Político, diplomata, escritor, nasceu em Pernambuco, e se destacou pela luta fervorosa contra a escravidão, sendo notáveis seus discursos junto ao parlamento. Nabuco foi deputado e um dos fundadores do Partido Republicano, representou o Império brasileiro em várias missões diplomáticas e sua obra literária era reconhecida pela eloquência e pela defesa dos direitos humanos e da liberdade. André Rebouças é também outro nome que podemos destacar frente à luta abolicionista, pois foi um dos primeiros negros a se destacar em áreas acadêmicas e profissionais na época, quebrando barreiras em um contexto de grande discriminação racial. Formou-se engenheiro, ficou conhecido por suas contribuições técnicas no campo da Engenharia Civil, mas também se destacou como defensor da abolição da escravidão e promoção dos direitos civis.

O destaque dado a essas figuras e fatos, é, pois, relevante quando pensamos nos propósitos anunciados em torno do texto dissertativo, de debater a representação do negro na história do Brasil, em específico do recorte Segundo Reinado, tendo como problemática a realidade de uma escola que acolhe, conforme já dito, alunos oriundos da Comunidade Quilombola de Brejinho – PE. Portanto, destacar personagens negros, como o fizemos mais acima, ajuda a pensar a História do Brasil, fazendo com que o sentimento de pertença e o sentido de identidade negra possam ser cultivados e aflorados nestes e em outros estudantes. Passamos agora a explorar o quilombo como território ancestral, reconhecendo suas origens, luta contra o sistema escravista e de manutenção dos valores culturais e sociais do povo negro.

### **3.1.2 Existir e resistir, o negro quilombola**

Para a escrita desse tópico da dissertação, fomos amparados bibliograficamente pelos escritos de Beatriz Nascimento (2021), no qual destaca que durante muito tempo os manuais didáticos, quando destacavam a existência de quilombos, era apenas aqueles que tiveram grandes significações dentro dos embates com a história oficial, como é o caso de Palmares, em virtude das Invasões Holandesas (século XVII) em Pernambuco, e o quilombo do Cosme, por sua

relevância durante a Balaiada (século XIX), no Maranhão. Ainda, segundo a autora (2021, p. 105), as descrições dos demais quilombos faziam gerar uma imagem estereotipada sobre essas comunidades,

Nessas descrições reforçam-se as noções dos negros como seres primitivos, malfeitores e irresponsáveis, e dos quilombos como bandos destituídos de caráter político. Por outro lado, essa literatura identifica os quilombos como refúgios ou 'valhacoutos' de negros, num sentido deveras depreciativo.

O legado dos quilombos é reconhecido atualmente como uma parte fundamental da história brasileira e da luta pela liberdade. A luta dos quilombolas é celebrada em diversas esferas, desde o reconhecimento oficial de terras quilombolas até a valorização de suas contribuições culturais e históricas. A própria Beatriz Nascimento (2021, p. 104) compreende o conceito de quilombo não somente em torno do território, mas do próprio corpo negro; o corpo é, portanto, um quilombo em movimento, experiência e existência,

A importância dos 'quilombos' para os negros na atualidade pode ser compreendida pelo fato de esse evento histórico fazer parte de um universo simbólico em que seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo.

Enquanto universo simbólico, o quilombo se apresenta como elemento fortalecedor das identidades individuais e de grupos racializados. Ser reconhecido como sujeitos quilombolas, como é o caso dos alunos oriundos da comunidade de Brejinhos, João Alfredo/PE, é antes de tudo se reconhecer como parte da História, uma vez que neles vêm intrinsecamente atreladas as histórias de lutas de seus antepassados que ajudaram a formar o território brasileiro.

É importante que esse reconhecimento seja pensado partindo desses indivíduos para com a sociedade, mas também no caminho inverso, para que a História não fique relegada ao passado ou a momentos comemorativos do calendário escolar. Pensar a História em sala de aula a partir desses sujeitos sociais nos faz remeter aos ensinamentos de Certeau (1982, p. 76), quando este nos aponta que,

De parte a parte, a história permanece configurada pelo sistema no qual se elabora. Hoje como ontem, é determinada por uma fabricação localizada em tal ou qual ponto deste sistema. Também a consideração deste lugar, no qual se produz, é a única que permite ao saber historiográfico escapar da inconsciência de uma classe que se desconhecera a si própria, como

classe, nas relações de produção e, que, por isso, desconheceria a sociedade onde está inserida.

Esse sistema que elabora a história também é alvo de debate por parte de Nascimento (2021) quando ela analisa a origem das informações sobre os quilombos existentes no Brasil nos períodos coloniais e imperiais. Como a grande maioria dos negros desse período não possuía o hábito de escrita, o que se sabe sobre os quilombos é mais uma descrição daqueles que tentavam combatê-los. O próprio Conselho Ultramarino de 2 de dezembro de 1740 trazia uma rápida, simplória e rasa definição do que seria considerado um quilombo, que “[...] toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles [...]” (Nascimento, 2021, p. 107). Porém, a complexidade de cada quilombo se estabelece de acordo com suas realidades dentro do contexto das lutas pela liberdade. Conforme Nascimento (2021, p. 107),

Uma das características fundamentais desses núcleos humanos era a grande quantidade de habitações, sendo que as estimativas populacionais aproximadas de “quilombos” como os de Palmares e os de Sergipe, no século XVII, e os de Minas Gerais, no século XVIII, são da ordem de 20 mil habitantes. Outra característica era a especificidade da organização política. Palmares, um verdadeiro Estado, mantém — no episódio da paz de Ganga-Zumba — relações diplomáticas em nível de Estado para Estado com as autoridades coloniais e a própria coroa. Outra ainda é a produção, muitas vezes em grande escala, que resultava num excedente negociável e intercambiado com os moradores das capitanias e depois das províncias.

Conforme se observa, o quilombo para além de ser um espaço de aproximação de grupos humanos, é também espaço de organização política, de desenvolvimento econômico e produção cultural. Tentar promover um processo educacional que traga para as tramas do saber grupos que foram e ainda são excluídos, é um desafio para todo educador. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, reconhece os direitos das comunidades quilombolas e garante a proteção de suas terras e culturas. Esse reconhecimento é um reflexo do impacto duradouro que os quilombos tiveram na formação da identidade nacional e na luta contínua contra a injustiça e a opressão.

Durante o Período Colonial e Imperial do Brasil, a escravidão do negro foi um dos pilares fundamentais da economia e da sociedade, conforme temos debatido até aqui. No entanto, em resposta a essa brutal opressão, surgiram movimentos de

resistência que não apenas desafiaram o sistema escravocrata, mas também se tornaram símbolos poderosos de luta pela liberdade. Entre essas formas de resistência, os quilombos se destacam como uma expressão notável de autonomia e resistência da população negra, conforme temos dito até aqui. “[...] É importante também salientar que, em determinados núcleos chamados indistintamente de quilombos no século XIX, existiam não só os chamados fugidos como também os libertos através da manumissão ou outro processo [...]” (Nascimento, 2021, p. 107).

A história dos quilombos no Brasil remonta ao século XVII, quando os primeiros negros escravizados começaram a fugir das plantações de açúcar e minas de ouro para formar comunidades independentes em regiões isoladas. A palavra "quilombo" tem origem no idioma quimbundo, falado em Angola, e originalmente significava "acampamento militar" ou "assentamento". No entanto, no contexto brasileiro, passou a designar as comunidades formadas por escravizados fugitivos e mesmo libertos. Vários desses locais deram origem a comunidades quilombolas na atualidade e na História. Suas narrativas foram atravessadas quase sempre por seus embates e enfrentamentos ao longo dos tempos.

Baseados nos documentos de repressão oficial, os estudos dos ‘quilombos’ caem sempre na análise do momento do ataque da ordem social vigente aos estabelecimentos negros. Nesse particular eles são sempre considerados a partir do seu sentido de luta armada contra o regime, inexistindo estudos aprofundados sobre os momentos de paz, em que a sociedade de um modo geral, e os senhores e moradores em particular, toleram-nos, mantendo relações econômicas e às vezes de clientela com os ‘quilombolas’ (Nascimento, 2021, p. 108)

Desnaturalizar essa visão atrelada a uma concepção eurocêntrica é de suma importância para que as comunidades quilombolas da atualidade tenham seu devido reconhecimento. Aliás, combater visões eurocêntricas ainda presentes no currículo escolar é mais um desafio que educadores, sobretudo da disciplina de História, precisam enfrentar corriqueiramente.

Os quilombos eram estabelecidos em locais estratégicos e de difícil acesso, como áreas montanhosas, florestas e pântanos. A resistência organizada nos quilombos variava de confrontos diretos com os senhores de terra, com estratégias de evasão e sobrevivência. Mais uma vez, recorreremos ao exemplo do Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga - AL, por ser um dos maiores e mais duradouros quilombos do Brasil. Seu líder, Zumbi dos Palmares, se tornou um

símbolo da luta contra a opressão. A luta de Zumbi destacou a capacidade dos escravizados de se organizarem e de criarem sociedades alternativas que desafiavam diretamente o sistema escravocrata. Para Nascimento (2021, p. 108),

É inegável o caráter de reação dos negros ‘quilombolas’ ao regime escravista, sistema que domina toda a atividade produtiva da sociedade brasileira naquele momento. Neste sentido, a liberdade é uma das motivações para que os escravos procurem os ‘quilombos’.

No século XIX, enquanto o Brasil avançava lentamente em direção à abolição, os quilombos ainda representavam um desafio significativo para o sistema escravocrata. A atividade dos quilombos se tornou mais clandestina devido à crescente repressão e ao fortalecimento das forças policiais. No entanto, os quilombos continuaram a existir e a desempenhar um papel importante na resistência. Durante a década de 1830, o governo imperial intensificou a repressão aos quilombos, implementando políticas que visavam erradicar essas comunidades e capturar seus membros. Apesar dessas medidas, muitos quilombos conseguiram se manter em funcionamento, como o Quilombo do Campo Grande e Quilombo do Ambrósio, na região da Capitania de Minas Gerais, a Comunidade Quilombola do Caxambu, em Minas Gerais, o Quilombo Ivaporunduva, em São Paulo, e Carukango, em Macaé, no Rio de Janeiro. Todos continuam a ser um símbolo de resistência e luta pela liberdade.

Os quilombos não foram apenas espaços de resistência física contra a escravidão, mas também símbolos de resistência cultural e espiritual. Dentro desses assentamentos os negros mantiveram e adaptaram suas tradições africanas, criando formas de expressão cultural e social que desafiavam a cultura dominante e promoviam a identidade e a autonomia. Entretanto, essas identidades por romperem com o status dominante da época foram perseguidas e estereotipadas, encontrando ecos na forma tantas vezes pejorativa como essas comunidades são enxergadas até a atualidade. Sobre a relação entre os antigos quilombos, Nascimento (2021, p. 110) aponta que,

O estabelecimento das populações constitutivas dos “quilombos” em territórios delimitados nos séculos anteriores levanta a questão da sua continuidade física. Nos documentos referentes à correspondência do chefe de polícia do Rio de Janeiro com o ministro da Justiça e Negócios Interiores, no século XIX, vários territórios que naquela época compreendiam “quilombos” são atualmente favelas ou ex-favelas com grande contingente de população negra (de menor poder aquisitivo), assim como segmentos populacionais de outras etnias com a mesma origem e classe.

A autora (2021) vai além ao destacar que os territórios que antes foram quilombos passaram a ter importância central nos laços de convivência das comunidades negras na atualidade, citando, inclusive, Pernambuco, que foi um grande entreposto de escravos e onde está localizada a comunidade quilombola de Brejinhos, em João Alfredo/PE.

Essa composição populacional tem grande semelhança com a dos ex-quilombos. Situação idêntica à do Rio ocorre na Bahia, em Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, não somente nas áreas urbanas, como também nas de economia rural decadente. Nestas últimas, os negros guardam como características marcantes o isolamento da sociedade global, assim como padrões comunitários de organização social e, eventualmente, formas de produção características dos 'quilombos' anteriores à abolição. (Nascimento, 2021, p. 110).

Hoje as comunidades quilombolas lutam para preservar essa tradição e o reconhecimento por parte da sociedade. Os quilombos foram espaços onde a identidade africana e a autonomia dos negros pôde, muito provavelmente, se manter preservada. As comunidades quilombolas desenvolveram sistemas próprios de governança, práticas culturais e sociais que foram uma forma de resistência contra a tentativa de desumanização e assimilação forçada pelos colonizadores. Mais do que simples refúgios para escravizados fugitivos, foram verdadeiros símbolos de resistência e resiliência contra um sistema opressivo que buscava subjugar e desumanizar milhões de pessoas. Através de sua luta e sobrevivência, os quilombos contribuíram para moldar a história do Brasil e continuam a inspirar movimentos de resistência e busca por justiça. O estudo e a celebração da história dos quilombos são essenciais para compreender a complexidade da resistência à escravidão e para valorizar o legado das comunidades que lutaram por liberdade e dignidade.

### **3.2 Memória, representação e identidade**

Ao selecionarmos um recorte temporal, Segundo Reinado do Império brasileiro, pensando na representação do negro, e um recurso metodológico, uso de HQs no ensino de História, assim o fizemos em diálogo com três conceitos: 1) memória; 2) representação e 3) identidade, que aproximam as nossas escolhas iniciais a um fio condutor que dá sentido e justifica a nossa narrativa, uma vez que

temos em sala de aula estudantes provenientes do Quilombo de Brejinho – PE, no qual identificamos como problemática a necessidade de fortalecimento das identidades negras, bem como de estímulo à leitura, de modo a contribuir com o processo de ensino-aprendizagem em torno de uma consciência histórica.

Tratando do conceito de memória, os estudos de Nora (1993) nos auxiliam a pensar a memória a partir de uma perspectiva multifacetada. Para o autor, a memória não é apenas uma simples lembrança do passado, mas um elemento fundamental na formação do tempo presente, o que corrobora com a ideia de pensar a representação do negro no passado brasileiro, mais propriamente o Período Imperial, relacionando com as questões étnico-raciais na atualidade, sobretudo em uma realidade escolar, como dito a pouco, com a presença de jovens oriundos de uma comunidade quilombola.

Uma das principais distinções que Nora (1993) faz entre memória e história, é que, para ele, a memória é vista como uma experiência viva, pessoal e emocional, que está profundamente enraizada na cultura e nas tradições de um grupo. Em contrapartida, a história é uma construção acadêmica, uma representação mais objetiva e crítica dos acontecimentos passados. Desta feita, pensar na memória negra no ontem e no hoje, nos ajuda também a pensar como a História foi e ainda é escrita, quem são os sujeitos que, na perspectiva oficial, compõe a história nacional e quem ficou ausente dessas narrativas.

A memória é uma construção coletiva, que se alimenta das experiências e das emoções de um povo, refletindo suas aspirações e medos. Nos tempos modernos, a história se distancia da vivência cotidiana, levando à busca por lugares que possam reavivar essa memória e conectar o passado ao presente (Nora, 1993, p. 45).

Além de entender a memória como fruto de uma coletividade, o autor ainda argumenta que a modernidade trouxe uma transformação na maneira como lidamos com a memória. Em tempos antigos, a memória era coletiva, compartilhada e viva. No entanto, com o advento da História enquanto disciplina houve uma tendência de institucionalização e "desvinculação" da memória. Isso gerou uma busca por novos "lugares de memória", que são os símbolos, rituais e espaços que ajudam a preservar e evocar a memória coletiva em um mundo em constante mudança.

Quando falamos de espaços e de coletividade conseguimos relacionar com o papel exercido pelas comunidades quilombolas na contemporaneidade. Espaços

carregados de significados históricos de lutas contra um sistema opressor. Essas localidades permanecem exercendo um papel simbólico de luta daqueles que têm suas origens ligadas a povos negros que ajudaram na formação socioeconômica do Brasil.

A memória que as comunidades quilombolas evocam não podem ficar apenas no imaginário dos cidadãos ou relegada à algumas poucas páginas dos livros de História, quando estes anunciam esse debate, recorrentemente chamando a atenção do Quilombo dos Palmares e seu líder Zumbi. A memória é, pois, construção/seleção daquilo que se quer fazer lembrar e do que se quer fazer esquecer. Tratar da representação do negro no Império brasileiro é atravessar também esses espaços de memória, daquilo que é oficializado/institucionalizado pela ciência História.

Nora (1993) destaca que, a partir do surgimento da História enquanto disciplina, passou a ser necessário não só institucionalizar a memória, mas também passar pelo crivo dos historiadores para ser reconhecida enquanto história. Ainda, segundo o autor, a memória tem real importância na constituição das identidades nacionais, “[...] A política da memória é um fenômeno contemporâneo que demonstra como a rememoração pode ser manipulada para fins ideológicos, moldando a percepção do passado e influenciando as identidades nacionais [...]” (Nora, 1993, p. 155).

No processo de conceituação do que seriam os “lugares de memória”, Nora (1993) argumenta que não se trata apenas de monumentos ou dados, incluem também espaços onde a memória se cristaliza e se torna acessível, permitindo que as comunidades se reconectem com suas raízes e construam suas identidades em um mundo em transformação, a exemplo dos quilombos, que podem se enquadrar como lugares que são simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais. Trabalhar o universo do quilombo como aspecto da representação de parte da população negra, entendemos ser algo relevante de ser evidenciado em uma sala de aula de História, principalmente quando uma parcela considerável dos nossos alunos tem suas memórias atravessadas por esse território ancestral.

Para este trabalho, para além da memória, um ponto importante em torno do ensino de História e a representação do negro vai ser a percepção de “consciência histórica”, cunhada por Jörn Rüsen (2010). O conceito de “consciência histórica” é fundamental para entendermos como as sociedades interpretam e se relacionam

com seu passado, inclusive com suas mais variadas memórias. A consciência histórica estaria diretamente relacionada às operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo (Rüsen, 2010, p. 57).

Em conversa em sala de aula com os estudantes da Comunidade Quilombola de Brejinhos, pudemos identificar que os mesmos sabiam da importância do reconhecimento da sua comunidade enquanto território quilombola, mas não conseguiam relacionar (in)diretamente a sua história com o passado histórico do negro brasileiro. Seria, portanto, a partir do que nos propôs Rüsen (2010), de apreender a forma como as pessoas percebem a história, não apenas como uma questão de acumulação de fatos, mas envolvendo processos de interpretação e significado que moldam a identidade cultural, um caminho a seguir. Estudar a representação negra é antes de tudo um exercício de reconhecimento desses indivíduos no passado e no presente. Ao pensar na relação entre a consciência histórica e o pensamento histórico, Rüsen (2010, p. 56) argumenta que “[...] todo pensamento histórico, em quaisquer de suas variantes - o que inclui a ciência da história – é uma articulação da consciência histórica. A consciência histórica é a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária [...]”.

Desta feita, a consciência histórica é composta por várias dimensões, entre as quais se destacam a narrativa, a crítica e a construção de sentido. Uma narrativa histórica permite que as sociedades criem uma linha do tempo que conecte eventos passados a contextos presentes, oferecendo uma estrutura que dá sentido à continuidade e à mudança. Essa narrativa não é neutra, ela é influenciada por valores, ideologias e interesses sociais, refletindo as preocupações e aspirações dos grupos as quais estão atrelados. “[...] O homem tem de agir intencionalmente para poder viver e de que essa intencionalidade o define como ser que necessariamente tem de ir além do que é o caso, se quiser viver no e com o que é o caso [...]”.

(Rüsen, 2010, p. 57).

O autor enfatiza ainda a importância da crítica na construção da consciência histórica. A reflexão crítica permite que as sociedades questionem narrativas dominantes, promovendo uma análise mais profunda dos acontecimentos e das suas implicações. Isso é crucial, especialmente em contextos de conflito ou de

transformação social, em que diferentes versões do passado podem estar em atrito, como passou a ser comum com os processos de reversionismo histórico que ganham cada vez mais força no Brasil a partir da atuação de setores conservadores da nossa sociedade. Rüsen (2010) segue desenvolvendo seu pensamento destacando que o homem necessita estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo ao longo do tempo, a fim de poder agir nesse decurso temporal, ou seja, assenhorear-se dele de forma tal que possa realizar as intenções de seu agir. Nessas intenções há igualmente um fator temporal (Rüsen, 2010, p. 58).

A questão temporal destacada na citação acima também está intimamente ligada ao modo como as sociedades lidam com a memória coletiva e, conseqüentemente, com a sua consciência histórica. Rüsen (2010) destaca que essa memória não é estática, mas sim dinâmica e evolui ao longo do tempo. As memórias coletivas são construídas por meio de narrativas compartilhadas que podem ser reinterpretadas conforme as necessidades e os contextos sociais. Isso significa que eventos importantes, como guerras, revoluções ou movimentos sociais, podem ser ressignificados de maneiras diferentes por gerações sucessivas, refletindo as prioridades e os desafios contemporâneos.

A consciência histórica é, assim, o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana (o termo “vida” designa, obviamente, mais do que o mero processo biológico, mas sempre também – no sentido mais amplo da expressão – um processo social). Para essa forma de consciência, é determinante a operação mental com a qual o homem se articula, no processo de sua vida prática, à experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas (Rüsen, 2010, p. 58).

Outro ponto importante dentro do debate sobre consciência histórica é a relação desse conceito com a identidade cultural. Ainda, segundo Rüsen (2010), as narrativas históricas desempenham um papel crucial na formação de identidades, especialmente em contextos multiculturais e globalizados. Para nós interessou pensar como essa consciência histórica pode ser trabalhada com os alunos de forma a fortalecer as identidades, principalmente daqueles que estão diretamente ligados à Comunidade de Brejinhos.

A valorização das diversas experiências históricas permite que grupos minoritários tenham a sua história reconhecida, sendo a consciência histórica uma

ferramenta de transformação social. Trata-se de evitar que o homem, nesse processo de transformação, se perca nas mudanças de seu mundo e de si mesmo e de, justamente, encontrar-se no “tratamento” das mudanças experimentadas (sofridas) do mundo e de si próprio (Rüsen, 2010, p. 60). O autor destaca ainda a importância da diversidade de vozes na construção da consciência histórica. A história tradicionalmente tem sido contada a partir de perspectivas dominantes eurocêntricas, ao incluir uma variedade de narrativas históricas, como por exemplo: negros, mulheres e indígenas. Estamos contribuindo para um diálogo mais profundo sobre identidade e pertencimento nas sociedades.

Acerca do conceito de identidade, tomamos por base Hall (2006), pois para ele a identidade não é algo fixo ou imutável, mas um processo dinâmico e em constante evolução, moldado por contextos históricos, sociais e culturais. Nas palavras do autor (2006, p. 21), “[...] em vez de pensarmos na identidade como um facto (*sic*), que encontra representação a posteriori em práticas culturais novas, talvez devamos pensar na identidade como uma ‘produção’; algo que nunca está completo, que é sempre processual e sempre constituído no quadro, e não fora, da representação [...]”.

A identidade é formada através de uma série de representações e narrativas que refletem e influenciam nossa experiência. Como partimos da proposta de analisar a representação do negro no Período Imperial brasileiro a partir de duas histórias em quadrinhos, é importante atentar para o que Hall (2006, p. 21) preceitua quanto da questão da representação, pois “[...] as práticas de representação envolvem sempre as posições a partir das quais falamos ou escrevemos – as posições da enunciação [...]”.

A grande maioria das histórias em quadrinhos com temáticas negras foram historicamente produzidas por quadrinistas inseridos em contextos em que os debates sobre as relações étnico-raciais ainda nem existiam. Essas produções falam mais do momento em que foram lançadas do que propriamente do período que se dispõem a retratar, envoltas, portanto, em cargas imagéticas estereotipadas, muitas vezes reforçando as concepções colonialistas que se perpetuaram ao longo do tempo.

Os escritos de Hall (2006) nos levam a pensar na questão da identidade atrelada a uma ideia de hibridismo. Em um mundo globalizado, onde as culturas se interagem e se entrelaçam, a identidade cultural se torna um campo de negociação,

em que elementos de diferentes tradições se combinam e se transformam. Esse caldeirão de identidades desafia a ideia de uniformidade, propondo que a diversidade e a pluralidade são essenciais para a compreensão do eu e do outro. Nessa perspectiva, identidade cultural não é de modo algum uma essência fixa, que existe inalterada aquém da história e da cultura. Conforme Hall (2006, p. 25),

Não é um qualquer espírito universal e transcendental que nos habita e no qual a história não deixou nenhum traço fundamental. Não é um de-uma-vez-por-todas. Não é uma origem fixa à qual possa haver um regresso final e absoluto. É claro que também não é uma mera fantasmagoria. É alguma coisa - e não um mero truque da imaginação. Tem as suas histórias - e as histórias têm os seus efeitos reais, materiais e simbólicos.

O autor argumenta ainda que as narrativas que contamos sobre nosso passado influenciam como nos vemos no presente. As identidades são, portanto, construídas a partir de uma série de lembranças coletivas e individuais, que são frequentes tanto individual quanto coletivamente. “[...] A relação é sempre construída por intermédio da memória, da fantasia, da narrativa e do mito [...]” (Hall, 2006, p. 25). As narrativas que contam sobre nosso passado não apenas moldam nossa compreensão de quem somos, mas também influenciam nossas ações e decisões no presente. Nesse sentido, a forma como uma sociedade se lembra de seu passado — celebrando ou silenciando certas histórias — impacta diretamente na formação das identidades, dentre as quais as identidades negras e quilombola se inserem.

Quando passamos a pensar a questão da identidade cultural, especificamente atrelada à presença de negros africanos nas Américas, notamos como a diáspora africana resultante da escravidão não apenas ajudou a moldar a sociedade brasileira, mas também deu origem a identidades culturais híbridas que refletem a intersecção de diversas culturas entre si. Entretanto, Hall (2006) destaca que o contexto da escravidão também alterou a forma como os africanos trazidos na condição de escravizados se reconheciam entre si e com relação aos seus lugares de origem. A origem territorial dos escravos trazidos para as Américas foi múltipla, mas a condição de cativo os fez recaírem em uma condição comum, a de escravo, ao menos do ponto de vista dos grupos dominantes.

O paradoxo resulta do facto (*sic*) de ter sido o desenraizamento da escravatura e do transporte forçado, assim como a inserção na economia de plantação (bem como na economia simbólica) do mundo ocidental, que ‘unificou’ estes povos para lá de todas as suas diferenças e o fez no mesmo

momento em que lhes cortava o acesso directo (*sic*) aos respectivos passados (Hall, 2006, p. 26).

A presença dos africanos nas Américas foi comprovada em um processo de hibridização cultural, em que elementos africanos se misturaram com as culturas indígenas e europeias. Esse intercâmbio cultural gerou novas expressões artísticas, culinárias e religiosas, como a capoeira, o candomblé e o samba no Brasil, bem como o jazz e o blues nos Estados Unidos. A identidade cultural negra nas Américas, portanto, não é um reflexo simples da cultura africana original, mas uma nova criação que incorpora e transforma essas raízes em resposta a contextos sociais e históricos específicos.

Da mesma forma como ocorreu em outras partes das Américas, a presença negra no Brasil foi um componente essencial para a formação da identidade cultural nacional, refletindo uma história rica e multifacetada que dialoga com os conceitos de identidade cultural propostos por Stuart Hall (2006, p. 29, grifo do autor),

Quando refletimos sobre nossa formação social não podemos perder de vista que, negros, castanhos, mulatos, brancos - todos têm de olhar a *Présence Africaine* nos olhos, de dizer o seu nome. Mais controversa, porém, é a questão de saber se ela constitui, neste sentido, uma origem das nossas identidades - inalterada por quatrocentos anos de deslocação, desmembramento transporte forçado -, a que poderíamos, num qualquer sentido final ou literal, regressar. A 'África' original já não existe. Também ela foi objecto (*sic*) de transformação. A História é, nesse sentido, irreversível.

Como temos observado, tratar da identidade negra a partir de uma leitura das representações foi um caminho anunciado por nós. Vale ressaltar que a compreensão do conceito de representação aqui empregado advém de Chartier (2002). O mesmo não encara a representação como algo universal, parte do princípio que é uma construção derivada a partir de uma determinada posição social, gerando sentido e significado ao mundo social. Ao adentrar ao universo da representação do negro no Império, à memória e à identidade, julgamos estar provocando em parte dos estudantes da Escola Janira Maia, em especial os pertencentes à Comunidade de Brejinhos – PE, o desenvolvimento de uma provável consciência histórica.

Encerradas as considerações teóricas, ao menos momentaneamente, e após os apontamentos referentes às conjunturas sociopolíticas do Segundo Reinado brasileiro feitas na primeira parte desta seção, adentramos nas análises das

representações da imagem do negro nas duas histórias em quadrinhos selecionadas por nós para este estudo, a saber, “As Barbas do Imperador [...]” e “Grandes Histórias em Quadrinhos [...]”.

### **3.2.1 O negro na HQ “As Barbas do Imperador: D. Pedro II, a História de um Monarca em Quadrinhos”**

A HQ “As Barbas do Imperador: A História de um Monarca em Quadrinhos”, de Lília Moritz Schwarcz e Spacca, é uma adaptação do livro “As Barbas do Imperador - D. Pedro II um Monarca nos Trópicos”, lançado em 1998. Antropóloga e historiadora, Lília Schwarcz é reconhecida como estudiosa da História do Brasil e, além disso, de uma História que põe foco nas questões étnico-raciais. Já o quadrinista João Spacca de Oliveira, recebeu vários prêmios por seu trabalho e conta ainda com outras produções voltadas para aspectos históricos, como “Debret em Viagem Histórica e Quadrinesca ao Brasil”, de 2006, e “D. João Carioca — A Corte Portuguesa Chega ao Brasil (1808 - 1821)”, de 2007. Produções lançadas pela Companhia das Letras, que não por acaso tem como fundadora a Lília Schwarcz, dando contornos a essa parceria entre os dois.

Como já apontamos anteriormente nesta dissertação, a HQ “As Barbas do Imperador: A História de um Monarca em Quadrinhos” utiliza a narrativa gráfica para explorar a figura de Dom Pedro II e sua relação com o Brasil do século XIX, especificamente nas fases iniciais de seu reinado. Entretanto, as análises e o foco da escrita dissertativa que aqui se apresenta tende a um diálogo com a obra, tentando estabelecer outras leituras para além do enredo principal, na busca por possíveis evidências das representações dos negros ao longo do Império, e que de certo modo chegam a ser retratadas nas páginas da dita HQ. A ideia é pensar o papel dos negros no passado brasileiro fazendo relações diretas com a forma como estes são evidenciados na nossa sociedade atualmente.

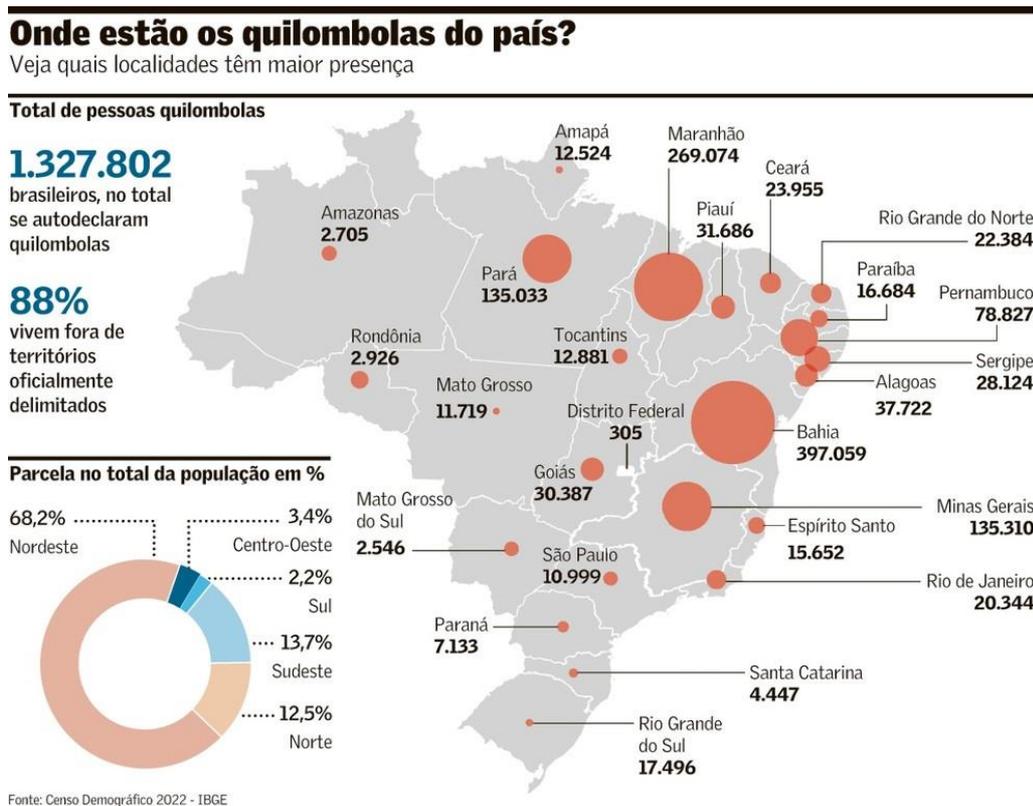
Partindo da realidade social do nosso país, importa destacar os dados mais recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre a composição da sociedade brasileira. No censo de 2022, pela primeira vez na história do Brasil, houve mais pessoas se declarando pardas do que brancas. Além disso, os dados referentes à população autodeclarada negra, preta e indígena também cresceu, a saber, pessoas que se declaram pardas, houve crescimento de

11,9%, totalizando 45,3% da população; pessoas que se declararam pretas, crescimento de 10,2%, percentual que somado aos dados divulgados sobre pardos e negros, correspondem mais da metade da população.

Quando relacionamos os dados do referido censo à realidade quilombola no Brasil, temos até a presente escrita desta dissertação o Brasil com 494 territórios quilombolas oficialmente delimitados, espalhados por 24 estados e no Distrito Federal. Esses territórios são lares para 203.518 pessoas, sendo a maioria (167.202), quilombolas (82,16%), e o restante (36.316), não quilombolas (21,72%).

Os dados acima fazem referência apenas às populações existentes em comunidades demarcadas e que já tiveram seu reconhecimento enquanto comunidades quilombolas junto à Fundação Palmares, como é o caso da comunidade de Brejinhos, localizada na cidade de João Alfredo/PE. Entretanto, como bem demonstra o mapa a seguir, ainda existe uma grande parcela da população brasileira que são de origem quilombola (88%), mas ainda não tiveram suas comunidades reconhecidas e demarcadas, prejudicando a proteção de seus territórios e, conseqüentemente, seus direitos enquanto comunidades tradicionais. Desta feita, trazer ao espaço escolar as discussões sobre a importância das comunidades quilombolas no ontem e no hoje, além de toda a questão do pertencimento, da memória, da representação e da identidade, eixos centrais da dissertação, também se converte em uma ferramenta para impulsionar a luta por direitos desses indivíduos frente ao poder público. Vejamos a imagem que segue.

Figura 22 – Dados geográficos sobre as Comunidades Quilombolas



Fonte: Censo Demográfico 2022 – IBGE, 2023.

Ainda em relação aos dados apresentados na Figura 22, percebemos que há comunidades quilombolas espalhadas por todas as regiões do país, sendo predominantes na região Nordeste, nos fazendo pensar nas contribuições dessas comunidades na formação social e cultural brasileira, sobretudo na nordestina, nosso espaço geográfico de atuação docente. Dissertando ainda dentro da temática populacional quilombola na atualidade, achamos importante fazer a distinção entre quilombolas e não quilombolas quando nos referimos aos números das populações residentes nesses espaços territoriais. É considerado quilombola aquele indivíduo que descende diretamente das populações originárias do território quilombola, como é o caso dos alunos assistidos pela escola Jarina Maia, onde desenvolvemos nossa pesquisa. Já os não quilombola, também denominados de “aquilombados”, são aqueles indivíduos que residem nas comunidades quilombolas, mas não são originários de lá. São indivíduos que adquiriram matrimônio com algum membro da comunidade ou mesmo fixaram residências nessas localidades por motivos diversos.

A partir da realidade da composição social da sociedade brasileira, com destaque especial para a população quilombola, percebemos o quanto a

representação negra é relevante, sobretudo em uma etapa como a Educação Básica, em que as noções de lugar social estão ganhando contornos mais sólidos. Nessa direção, tomamos como exemplo trabalhos como o do Chinen (2019), que amplamente dialogamos ao longo de nossa pesquisa, pois ao propor pesquisar a presença negra nos quadrinhos brasileiros, ele partiu do pressuposto de que esses personagens apareciam em proporção menor do que realmente é a presença negra na sociedade brasileira, e a sua pesquisa acabou por constatar essa realidade.

Ao nos depararmos com o quadrinho “As Barbas do Imperador [...]”, percebemos que os autores tiveram também essa percepção na representação dos personagens negros. Apesar de durante o Segundo Reinado a população negra ser superior à branca em termos numéricos, a realidade os afastava dos principais cenários de tramas da sociedade. Para reforçar esse dado, “[...] de 1630 a 1640, o Brasil recebeu mais escravos do que toda a América espanhola, tendência que seria mantida até o século XIX [...]” (Chinen, 2019, p. 29). Ou seja, apesar de serem numericamente superiores, existe uma representação do negro muito direcionada a um paralelo com o espaço da escravidão, mais restrito. Para ilustrar o que estamos argumentando, passamos a analisar uma passagem da HQ “As Barbas do Imperador [...]”

Figura 23 – Coroação de D. Pedro II



Fonte: Schwarcz; Spacca, 2013, p. 17.

A Figura 23 “Coroação de D. Pedro II” é uma representação da cerimônia

oficial para a coroação de D. Pedro II como segundo imperador do Brasil. Percebemos que se trata de uma celebração oficial, a julgar pela presença de oficiais e da população que acompanha os festejos com suas roupas de gala. Em meio ao desenrolar da cena, temos a circulação de alguns poucos personagens negros, dois possíveis escravos caminhando mais à esquerda, na parte inferior do quadro e algumas negras, mais à direita, aproveitando a ocasião para fazer comércio. Essa é uma cena que retrata bem a representação que se quis projetar na História, quanto ao lugar do negro na sociedade imperial, embora se tenha a informação de que a quantidade de população branca em eventos públicos era superior, temos esparsas aparições em termos da construção das imagens.

Roger Chartier (2002) nos auxilia a pensar essa representação, na medida em que apreende tal conceito, como representação social, seguindo sempre os princípios de percepção e de apropriação. A representação parte de um lugar social e é capaz de analisar aquilo que está presente e ao mesmo tempo ausente. A representação estaria envolta nessas disputas – presente/ausente –, sendo a escrita historiográfica um lugar de materialização dessas disputas. Para pensar como surgem as formas de representação dentro de uma dada sociedade é preciso,

De início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais 'representantes' (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (Chartier, 2002, p. 183).

Ao reportamos o conceito de representação para a análise do quadrinho “As Barbas do Imperador [...]” é salutar a presença da dicotomia presença - ausência. Os personagens negros estão presentes na obra, mas há uma ausência quando chamamos a atenção para o objeto das falas junto à narrativa. Mais uma vez Chartier (2002, p. 178) é aqui acionado, em meio à análise das representações históricas a partir da escrita, levando em consideração dois “mundos”: o do texto e o do leitor,

É preciso considerar também que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos. Longe de uma fenomenologia da leitura que apague todas as modalidades concretas do ato de ler e o caracterize por seus efeitos, postulados como universais, uma história das maneiras de ler deve identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura.

Quando Chartier destaca que a leitura está atrelada a “gestos, espaços e hábitos”, logo reportamos como que em um movimento involuntário até à escola, e indagamos: como a leitura se insere nesse ambiente? E como fazer uso da leitura de HQs nesse espaço? Entendemos que, no nosso caso, se faz necessário todo um processo didático no sentido de preparar os alunos para o conteúdo que será lido, de forma que eles possam adquirir arcabouço teórico e argumentativo para analisar a representação e o papel do negro no Segundo Reinado brasileiro. Essas abordagens prévias ajudam o aluno a refletir de forma crítica sobre as imagens, como as que apresentamos a seguir.

Figura 24 – Negociações para o “Golpe da Maioridade”



Fonte: Spacca; Schwarcz, 2013, p. 15.

A passagem acima é um bom exemplo de uma representação dicotômica entre presença e ausência. Uma leitura possível da vinheta nos leva a pensar como os escravos estavam presentes nas rotinas diárias do Império, mas ausentes nas tomadas de decisões políticas. Os arranjos políticos se desenrolavam em espaços quase sempre não acessíveis diretamente aos negros. Como observamos na passagem, a vida cotidiana seguia seu ritmo, enquanto lá dentro, nos espaços de poder, a partir de um pequeno grupo abastado, as decisões políticas eram traçadas.

Em termos de conjunturas políticas, a imagem está inserida no contexto em

que o Brasil ainda não tinha a figura centralizadora do Imperador no poder. O balão de fala aponta para a figura de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, responsável pelo denominado “Gabinete da Conciliação”, importante em um período em que eram comuns as crises internas nas instâncias de governo e em várias partes do país. Esse gabinete possibilitou um período de estabilidade política, que ficou conhecido como a “Era da Conciliação” (1853-1868). A vinheta ajuda a pensar também como esse período foi crucial para o desenrolar das tramas políticas que levariam ao “Golpe da Maioridade”.

Quando uma história em quadrinhos deixa à margem falas de alguns personagens, a despeito do caso de homens e mulheres negras, acaba apontando para o leitor pelas ausências indícios de como, provavelmente, aquela sociedade imperial apontava tal presença desses grupos. Talvez uma representação coletiva, que se materializa na narrativa histórica como sendo realidade e por isso é reproduzida de maneira tal, que não se questiona a imagem do negro e nem a sua condição, que mediante uma leitura na superfície os aloca dentro de apenas um seguimento jurídico social, o de escravizados, o que seria um grande erro.

Ao tratar do Segundo Reinado, Lilian Schwarcz e Spacca queriam enfatizar a vida de Dom Pedro II, entretanto, como bem enfatiza Chartier (2002), o ato da leitura está ladeado por uma ideia de apropriação. Os leitores dão à leitura suas interpretações, e elas mudam de leitor para leitor. Para muitos, o fato de personagens negros não terem fala em HQs, por exemplo, pode passar despercebido, mas não para nós, que temos por foco o debate étnico-racial no Império, pois “[...] É preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor [...]” (Chartier, 2022, p. 182).

Reforçamos que a ideia de pensar a representação negra na HQ “As Barbas do Imperador [...]” foi uma escolha feita para este trabalho e que é passível de ser utilizada como ferramenta didático-metodológica, podendo também ser usada por outros colegas de profissão em suas aulas de História, bem como indicativo de novos focos de problematizações a serem debatidos, desde o aspecto mais geral referente à política, economia, como temáticas mais recortadas, a exemplo do papel das mulheres no século XIX brasileiro.

Importante essas outras leituras que se apresentam como possíveis, principalmente quando pensamos nas várias formas e usos da HQ em uma sala de

aula de História. Ademais, realizar uma leitura da representação do negro nesse contexto e a partir da HQ em questão, não anula a intenção dos autores, muito pelo contrário, é um suporte para uma análise mais concreta, a partir dos atravessamentos mais gerais dos episódios, seus personagens e direcionamentos políticos anunciados na obra.

Na sequência das imagens selecionadas para a análise da HQ “As Barbas do Imperador [...]”, temos a passagem da Figura 25 que retrata os salões de festas onde ocorriam os bailes do Império. Além de um local para sociabilidades, era também um espaço voltado para articulações políticas, circulação de ideias e de personagens ligados aos partidos Liberal (Luzias) e/ou Conservador (Saquaremas). Como já apontado anteriormente neste trabalho, os Saquaremas defendiam a centralização do poder, já os Luzias pregavam a monarquia federativa, opondo-se ao Poder Moderador e ao Senado vitalício dominado pelos conservadores. Entretanto, ambos convergiam quando o assunto era o fim da escravidão. Formados por membros da elite agrária e escravocrata, andavam de mãos dadas quando o assunto era a manutenção do sistema escravista.

Figura 25 – Bailes no Segundo Reinado



Fonte: Schwarcz; Spacca, 2013, p. 33.

Dentro do contexto festividades da monarquia, expresso na Figura 25, o personagem negro está em uma posição de servir aos personagens brancos. O personagem negro fica parado por instantes próximo a dois personagens brancos que aparentam conversar sobre algo de interesse do terceiro personagem que detém o balão de fala da cena. Assunto que presumimos, a partir da relação texto e imagem, ser uma articulação política.

A ideia de passividade do negro nessa passagem da HQ pode ser algo que desperte a atenção do leitor em um primeiro momento, haja vista que a condição social do personagem que serve o impede de opinar na conversa que se desenrola à sua frente. Entretanto, quando o personagem branco em primeiro plano diz: “Não se faz política sem bolinhos”, esse pode ser um elemento de humor e criticidade, tão característico da linguagem dos quadrinhos, de que embora os negros não estivessem em pé de igualdade de participação nas decisões políticas, eles eram fundamentais para engrenagem daquela sociedade, tanto defendida pelos conservadores, como para os liberais. Os “bolinhos” aparecem como um elemento alusivo que nos fazem pensar na engrenagem do Império. Muito provável que da produção ao ato de servir o personagem por trás seja um homem ou uma mulher negra.

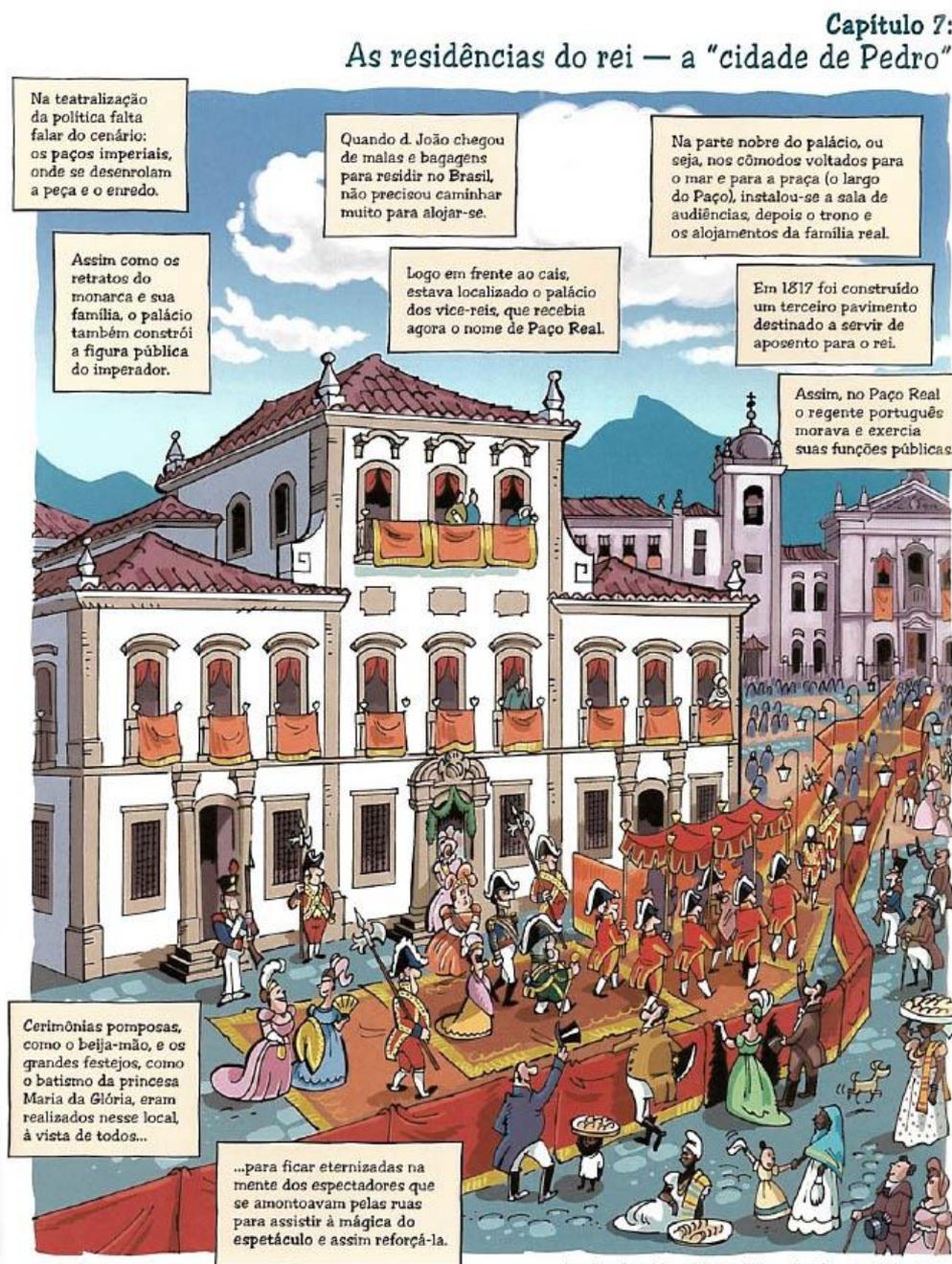
Essas estruturas de representação enraizadas em nossa sociedade têm suas origens no período de colonização, e acaba por se materializar em várias esferas sociais na atualidade. Acerca disso, Quijano (2005) afirma que não foi só a América que surgiu perante os olhos europeus, a partir dos descobrimentos e da consequente colonização. A própria Europa assumiu um novo papel a partir dessa relação metrópole-colônia, tendo o denominado “Velho Continente” se colocado como símbolo do desenvolvimento humano em detrimento de povos ditos atrasados (indígenas e africanos). Essa visão de uma suposta superioridade atrelada aos europeus acabou marcando os anos em que as diversas áreas das Américas ficaram sob colonização europeia, e acabaram por se perpetuar mesmo após os processos de independências, se materializando e enraizando em vários aspectos sociais, como no caso do papel do negro no Segundo Reinado brasileiro.

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. [...] A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. [...] Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação

social básica da população (Quijano, 2005, p. 117)

Essa ideia de raça atrelada a condição social dos indivíduos durante o Segundo Reinado brasileiro perpassa toda a narrativa da HQ “As Barbas do Imperador...” como podemos denotar através de mais uma passagem, a saber:

Figura 26 – Batismo de D. Maria da Glória



Na Figura 26 temos mais um exemplo da presença negra em momentos de sociabilidade no Segundo Reinado, desta vez em uma cerimônia pensada para exaltar a Monarquia. Há um cortejo da família imperial e há transeuntes nas ruas, sejam brancos ou pretos, como uma grande encenação, que se quer fazer projetar para todos uma memória construída em torno dessa figura do Imperador e a sua força. Temos uma representação de lugar do espetáculo como elemento comum à construção das representações tão comuns para reforçar a História oficial a partir da perspectiva do destaque do grande homem, D. Pedro II, mas também observada entre o conjunto social negro, conforme observamos na HQ.

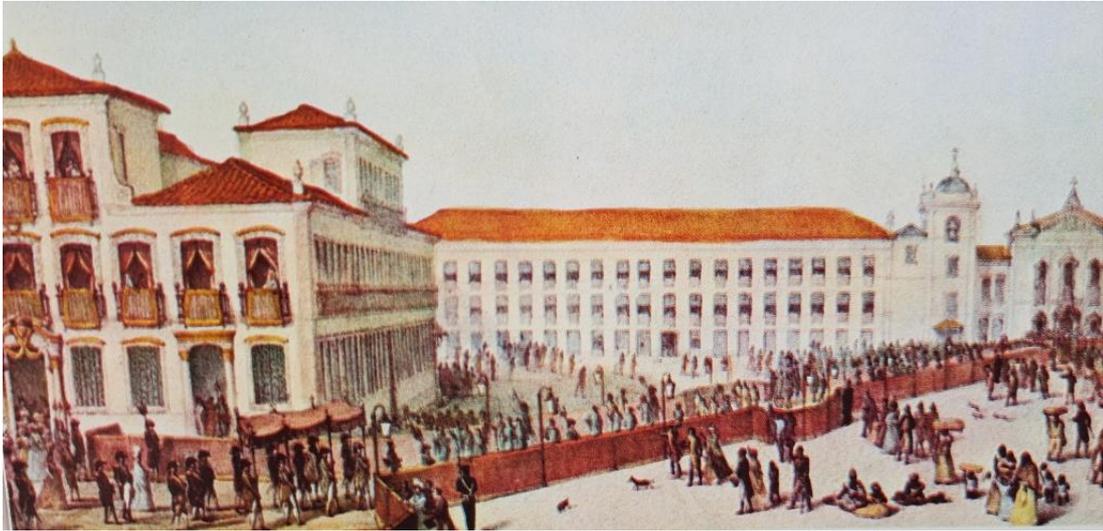
Com relação aos personagens negros na cena, temos o que seriam duas “quitandeiras”, que poderiam ser escravas de ganho que por vez conseguiam acumular cabedal suficiente para conseguir comprar sua carta de alforria, e uma outra negra caminhando com uma criança branca, se assemelhando às denominadas “amas de leite”. Durante os períodos Colonial e Imperial brasileiro as “amas de leite” escravas desempenharam um papel importante nos espaços domésticos, especialmente entre as classes mais abastadas. Essas mulheres, muitas vezes separadas de seus próprios filhos, eram responsáveis por amamentar e cuidar da prole dos seus senhores. Seja por motivos da ausência de leite materno na mãe branca após o nascimento da criança, ou devido à crença de que o leite materno de uma ama de leite era mais saudável e nutritivo para os bebês, o fato era que esse laço entre filhos dos senhores e suas amas perdurava até a idade adulta da pessoa tutela, sobretudo quando a criança branca era mulher.

As amas de leite eram definidas com base em critérios que incluíam saúde, aparência e capacidade de amamentar, e muitas vezes eram escolhidas entre mulheres escravizadas que já tinham filhos. A relação entre as amas de leite e os filhos dos senhores era complexa. Embora amamentassem e se dedicassem aos bebês, sua condição de escravidão tornava essa relação vulnerável às posições sociais. As crianças geralmente eram cuidadas com carinho, mas a relação era marcada pela desigualdade.

A cena também contrapõe a realidade de duas crianças, uma livre e outra escrava, ambas no mesmo ambiente festivo, mas aproveitando de forma diferente (comércio e lazer). A infância ganhando contornos de acordo com o lugar social do indivíduo. Por fim, no canto inferior da vinheta há uma informação de que a cena foi uma recriação de uma pintura do artista Jean Baptiste Debret, intitulada “Cortejo de

Batismo da Princesa Real Dona Maria da Glória, Rio de Janeiro, 1839”. Abaixo visualizamos a obra do Debret que inspirou a passagem da HQ.

Figura 27 – Pintura “O cortejo de batismo da Princesa Real Dona Maria da Glória”

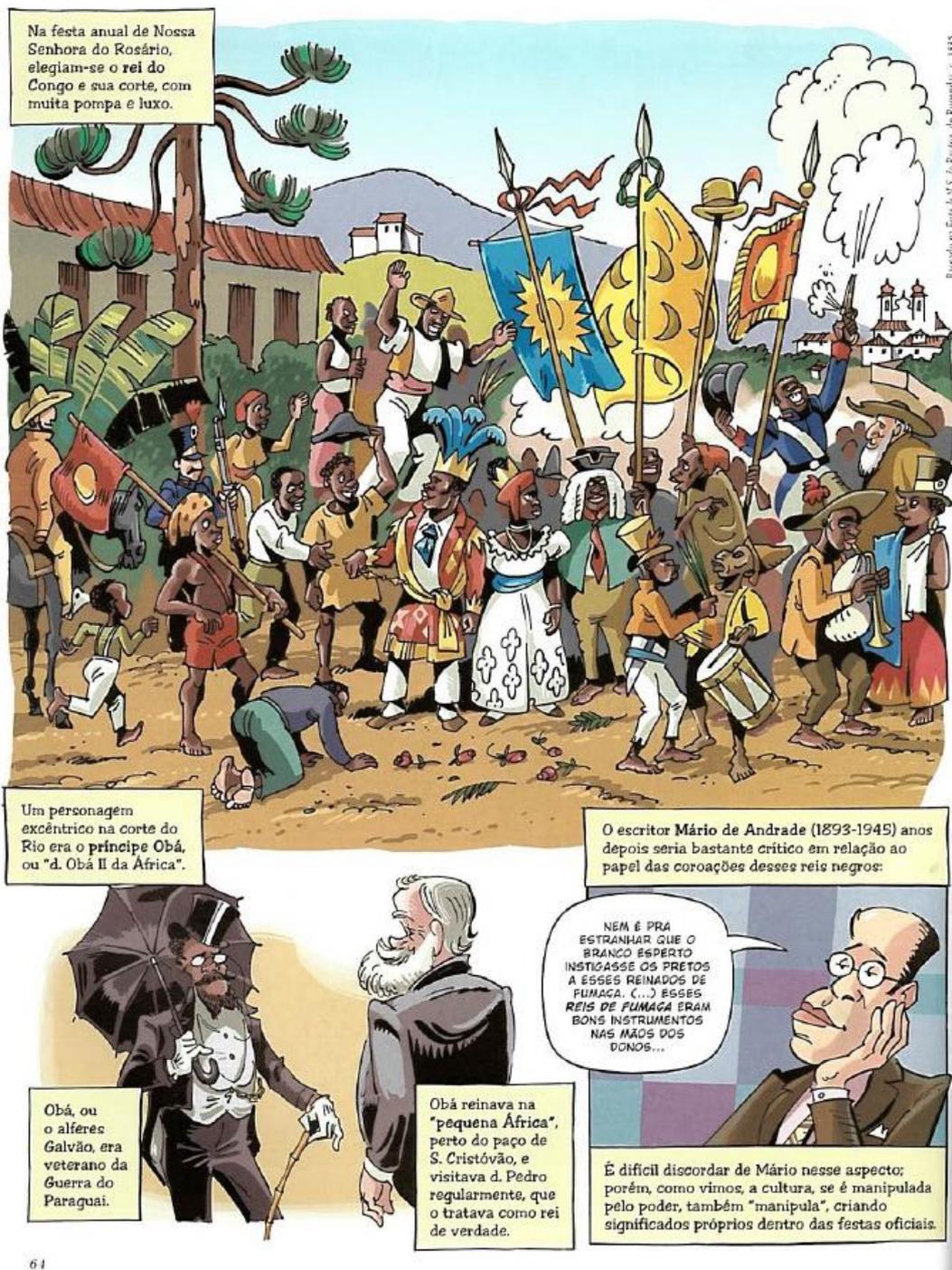


Fonte: Jean Baptiste Debret, 1839.

Na pintura de Debret há um panorama maior da cena, em que é possível perceber uma presença, também maior, de personagens negros. Visualizar a pintura é importante quando pensamos no processo de criação da HQ, pois já falamos anteriormente neste texto que era comum tais obras servirem de inspiração para as imagens empregadas em HQs, no Brasil.

Seguindo com as análises de passagens da HQ “As Barbas do Imperador [...]”, partimos para vinhetas que fazem referência às festividades negras, que mesmo em meio a pressões, sobretudo do catolicismo, conseguiram manter viva algumas de suas tradições e contribuíram sobremaneira para a formação cultural brasileira. Na referida HQ destaca-se essa contribuição, a exemplo das festividades de Nossa Senhora do Rosário. Vejamos a imagem que segue.

Figura 28 – Festa de Nossa Senhora do Rosário



64

Fonte: Schwarcz; Spacca, 2013, p. 64.

As festividades de Nossa Senhora do Rosário promovidas pelos negros durante o Império brasileiro representam uma rica e significativa expressão de resistência cultural e religiosa. Essas celebrações eram, em muitos casos, uma forma de subversão frente às amarras sociais impostas por uma sociedade

escravista. Sobre a relação da religiosidade católica atrelada à africana, Stuart Hall (2006, p. 26) preceitua que,

A religião africana, que teve um papel formativo tão profundo na vida espiritual das Caraíbas, é diferente do monoteísmo cristão precisamente por acreditar que Deus é tão poderoso que só pode ser conhecido através de uma proliferação de manifestações espirituais, onnipresentes no mundo natural e social. Estes deuses sobrevivem, numa existência clandestina, no híbrido universo religioso do vudu haitiano, da pocomania, do pentecostalismo nativo, do baptismo negro, do rasta-farianismo e do catolicismo latino-americano com o seu culto dos santos negros.

Ainda, seguindo Hall (2006), as representações culturais desempenham um papel fundamental na construção da identidade. Elas não apenas refletem, mas também moldam a maneira como percebemos a nós mesmos e aos outros. Ao analisar como as identidades são representadas em diferentes mídias, Hall (2006) nos alerta para a necessidade de um consumo crítico e consciente das narrativas culturais. A luta pela representação justa e equitativa é, assim, uma luta pela visibilidade e pela voz nas narrativas que compõem nossa identidade.

Voltando para os elementos presentes na Figura 28 “Festa de Nossa Senhora do Rosário”, temos que durante o Império, especialmente entre os séculos XIX e XX, as comunidades afro-brasileiras organizavam festividades que incluíam danças, músicas, procissões e rituais em honra à santa. A figura de Nossa Senhora do Rosário tornou-se um símbolo de proteção e esperança para os escravizados e seus descendentes, oferecendo um sentido de pertença e uma forma de luta contra a escravidão.

As celebrações costumavam ocorrer em outubro, quando devotos se reuniam em terreiros, lojas e praças. Era um momento de confraternização, em que as comunidades se uniam em torno de suas crenças e tradições. A mistura de elementos africanos, como os toques de tambor e as danças típicas, com as práticas católicas, como as missas e as rezas, criava uma atmosfera vibrante e cheia de significados.

Na cena em análise temos alguns elementos úteis para conhecermos mais da cultura africana e que passam a serem incorporadas às demais manifestações culturais formadoras da sociedade brasileira. Em sala de aula, um dos principais elementos notados na cena, quando da leitura do quadrinho com os estudantes, foi a presença dos estandartes habitualmente usados nos festejos de carnaval em Pernambuco, bem como na própria escola, onde há um concurso de estandartes no

início do ano letivo, momento em que cada sala de aula cria o seu estandarte e depois desfilam pelas ruas da cidade de João Alfredo/PE.

Figura 29 – Concurso de Estandartes na EREM Jarina Maia



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Esse momento de celebração do carnaval na escola Jarina Maia já virou uma tradição incorporada às datas selecionadas pela instituição a serem trabalhadas pelos alunos ao longo do ano letivo. Não se trata apenas de uma confecção de estandartes, é a representação do seu espaço, no caso, as salas de aulas, assim como era no passado, esses estandartes são a representação das irmandades. A cultura carnavalesca, sobremaneira influenciada pela cultura africana como dissertaremos mais à frente, ganha espaço no cotidiano escolar envolvendo os alunos em uma prática que ajuda a preservar os aspectos culturais pernambucanos.

Voltando às celebrações a Nossa Senhora do Rosário, os estandartes além de representarem as irmandades negras, era uma forma de trazer cor e o toque da cultura africana para dentro da festividade. Os mesmos poderiam vir retratando as imagens de santos ou mesmo elementos que remetiam às culturas originárias dos negros que compunham as irmandades.

Além de seu valor espiritual, as festividades de Nossa Senhora do Rosário

também eram uma oportunidade de fortalecer laços comunitários e preservar a cultura afro-brasileira, desafiando as restrições impostas pela sociedade da época. Assim, essas celebrações se tornaram não apenas um momento de devoção, mas de resistência e representação negra. Ainda chamando a atenção para a Figura 28 “Festa de Nossa Senhora do Rosário”, percebemos que os momentos de celebração eram propícios para a população negra, seja livre, liberta ou escravizada, por usufruírem de momentos de diversão e sociabilidades. Eram momentos para músicas, danças, ou até mesmo para reviver suas origens, como na coroação do rei do Congo, que marcava uma parte importante dessa festividade religiosa, também em destaque na imagem.

O rei do Congo, figura simbólica que representava a herança africana, era coroado em um ritual que combinava elementos da religiosidade Católica com tradições africanas. A coroação geralmente acontecia em um clima festivo e se tornou, assim, um ato de afirmação identitária. Uma celebração que unia passado e presente, tradição e resistência, em um cenário de intensas transformações sociais e de trocas culturais.

Ainda no trecho da HQ em análise, temos a figura de “Dom Obá II d’África” (Dom Obá, na língua do seu povo ioruba, significa “rei”). Seu verdadeiro nome era Cândido da Fonseca Galvão. Nascido no sertão da Bahia, na Vila dos Lençóis, por volta de 1845, era filho de africanos forros que haviam conquistado a sua liberdade. Dizia-se descendente direto, neto legítimo, de um poderoso rei africano chamado Aláafin Abiodun, rei do Império de Oyó, e por esse motivo gostava de ser reconhecido como príncipe. Em 1865, Dom Obá se juntou ao exército brasileiro como voluntário para lutar na Guerra do Paraguai, após o imperador prometer uma série de vantagens a quem se alistasse para ir para a guerra, o que ficou conhecido como campanha para o alistamento dos “Voluntários da Pátria”. Promovido a alferes (um título oficial do Exército), Dom Obá retornou ao Brasil, mudou-se para o Rio de Janeiro, indo viver no centro da cidade, na região conhecida como “Pequena África”, em frente ao Paço Imperial, e que concentrava um número grande de negros de origem africana. Esses descendentes que vinham de várias partes do país utilizavam-se desse espaço da cidade para reafirmar, diariamente, a sua identidade africana. No que pese a Dom Obá, a HQ deixa evidenciado que ele gozava de certo prestígio frente à D. Pedro II, tendo uma relação de confiança e proximidade com o Imperador.

Na mesma passagem que estamos tratando até aqui, Figura 28, ainda há uma crítica às coroações e reconhecimentos de “realezas” negras no Brasil durante o Segundo Reinado. A crítica é atribuída ao escritor Mário de Andrade, que enxergava nessas realezas simbólicas uma forma das elites gerarem certa conformação dos negros ao cenário social escravista ao qual estavam inseridos. Mas, como bem alerta o último recordatório dessa página, no canto inferior direito, tratava-se de um jogo de interesses de ambas as partes, haja vista que os negros aproveitavam essas lacunas do sistema para celebrar, preservar e incluir suas manifestações culturais no cotidiano do Segundo Reinado.

Outras festividades (in)diretamente atreladas à cultura negra também podem ser destacadas aqui, a saber, “Festa do Divino”, conforme se observa na imagem que segue.

Figura 30 - Festa do Divino no Segundo Reinado



Fonte: Schwarcz; Spacca, 2013, p. 59.

A influência negra africana nas festas de Reis no Brasil Imperial é um aspecto fascinante da cultura brasileira, refletindo a rica mistura de tradições que caracteriza o país. A Festa de Reis, celebrada em 6 de janeiro, tem as suas raízes nas tradições cristãs europeias, marcando a visita dos Reis Magos ao menino Jesus, narrada na Bíblia cristã. No entanto, no Brasil, especialmente durante o Período Imperial, essas

celebrações ganharam novos contornos e significados, influenciados pela presença e contribuições das comunidades africanas.

A chegada dos africanos escravizados ao Brasil trouxe uma série de práticas culturais que se entrelaçaram com as festividades europeias. Juntamente com os africanos vieram suas tradições religiosas, danças e ritmos, que foram incorporados via sincretismo religioso e cultural da época. Nas festas de Reis, a música, as danças e os rituais africanos se fundiram com as tradições católicas, criando uma celebração única e diversificada. Sobre a presença e a influência negra nas Américas, Stuart Hall (2006, p. 29) comenta que,

Aparentemente silenciada desde tempos imemoriais pelo poder da experiência da escravatura, África estava na verdade, presente em todo o lado: na vida e costumes quotidianos dos aposentos dos escravos, nas línguas e crioulos das plantações, nos nomes e nas palavras muitas vezes desassociados das suas taxonomias, nas secretas estruturas sintáticas em que se falavam outras línguas, nas histórias e nas lendas contadas às crianças, nas práticas e crenças religiosas, na vida espiritual, nas artes, no artesanato nas músicas e nos ritmos da sociedade escravagista e pós-emancipação.

Um dos elementos mais marcantes dessa fusão é a presença da música, especialmente os ritmos africanos que influenciaram as canções tradicionais das festas. Instrumentos como o berimbau e o atabaque passaram a ser usados, acrescentando uma sonoridade distinta às festividades. Além disso, as danças que acompanhavam as celebrações eram muitas vezes inspiradas em ritmos, que hoje chamamos de afro-brasileiros, refletindo a alegria e a espiritualidade.

Hall (2006) destaca que as culturas não existem em isolamento, elas se influenciam mutuamente recriando formas de expressão e pertencimento. Essa hibridização pode ser vista, por exemplo, na música, em que elementos de diferentes tradições se entrelaçam. Esse aspecto, embora promova uma rica diversidade cultural, também levanta questões sobre a apropriação cultural e o reconhecimento dos direitos das culturas originárias.

O maracatu, retratado na Figura 30, é um bom exemplo em termos de expressão cultural negra e do seu reconhecimento em termos de uma cultura originária do povo pernambucano. O maracatu combina música, dança e teatro, refletindo a riqueza cultural dos africanos escravizados e seus descendentes. O Maracatu remonta às festas de coroação dos reis e rainhas da cultura afro-brasileira, uma herança dos rituais africanos. Durante essas celebrações, grupos de maracatu, conhecidos como "nações", se organizam em cortejos que incluem personagens

como o Rei e a Rainha do Maracatu, além de figuras simbólicas como o "Caboclo de Lança" e o "Pierrô". Cada um desses personagens carrega significados profundos que conectam a tradição à realidade social.

Para a pesquisa aqui desenvolvida, a presença do maracatu nas páginas da HQ "As Barbas do Imperador [...]" teve muita relevância em termos de representação, uma vez que pertence à comunidade quilombola de Brejinhos, já dito anteriormente, um número considerável de alunos da escola Jarina Maia. A comunidade de Brejinhos possui um tradicional grupo denominado "Maracatu Odara". Muito tradicional na cidade de João Alfredo/PE, essa nação de maracatu faz apresentações culturais, carnavalescas e é figura certa nas ações pedagógicas desenvolvidas pela Escola, como forma de valorizar a cultura pernambucana de descendência de matriz africana. A seguir temos imagens do "Maracatu Odara" se apresentando na escola Jarina Maia durante a semana da Consciência Negra do ano de 2023.

Figura 31 – Apresentação do "Maracatu Odara" na Erem Jarina Maia I



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Chama-nos atenção às cores, os instrumentos, como o xquerê, que as moças estão manuseando, a forte presença feminina, que se dá não só através da dança, mas também como ritmistas do grupo de maracatu. São jovens que estudam ou já estudaram na escola Jarina Maia, e que acabam trazendo para o cotidiano escolar todas as suas heranças culturais. Nos tambores, também conhecidos como "alfaia", muito comuns nas formas de musicalidades de origem africana, os homens.

O maracatu, de forma geral, é uma prática cultural caracterizada por seu ritmo contagiante, que combina tambores, metais e vocalizações. Como dito a pouco,

seus instrumentos de percussão têm raízes africanas e criam uma sonoridade única que ecoam a ancestralidade e a vivacidade das festas. As letras das canções frequentemente abordam temas sociais e políticos, refletindo as experiências negras na sociedade brasileira.

Encerrados os apontamentos que damos destaque acerca do maracatu, seguimos nas abordagens voltadas às festividades do Segundo Reinado que contaram com o toque da cultura africana. Temos as congadas, que também aparecem em uma das passagens da HQ “As Barbas do Imperador [...]”, conforme visualizamos abaixo.

Figura 32 – Congada



Fonte: Schwarcz; Spacca, 2013, p. 62.

As congadas são uma das manifestações culturais mais ricas e significativas da influência africana no Brasil Imperial, refletindo a intersecção entre tradições africanas e elementos da cultura cristã. Originárias das festas de coroação de reis

africanos, as congadas se estabeleceram no Brasil como um meio de celebração e resistência cultural, especialmente entre as comunidades afro-brasileiras. Na Figura 32 temos novamente a presença de estandartes simbolizando as nações ou irmandades, a presença dos pés descalços, o que poderia ser um indicativo da condição jurídica do escravizado, e os laços azuis e vermelhos fazendo a distinção entre cristãos e muçulmanos<sup>4</sup>.

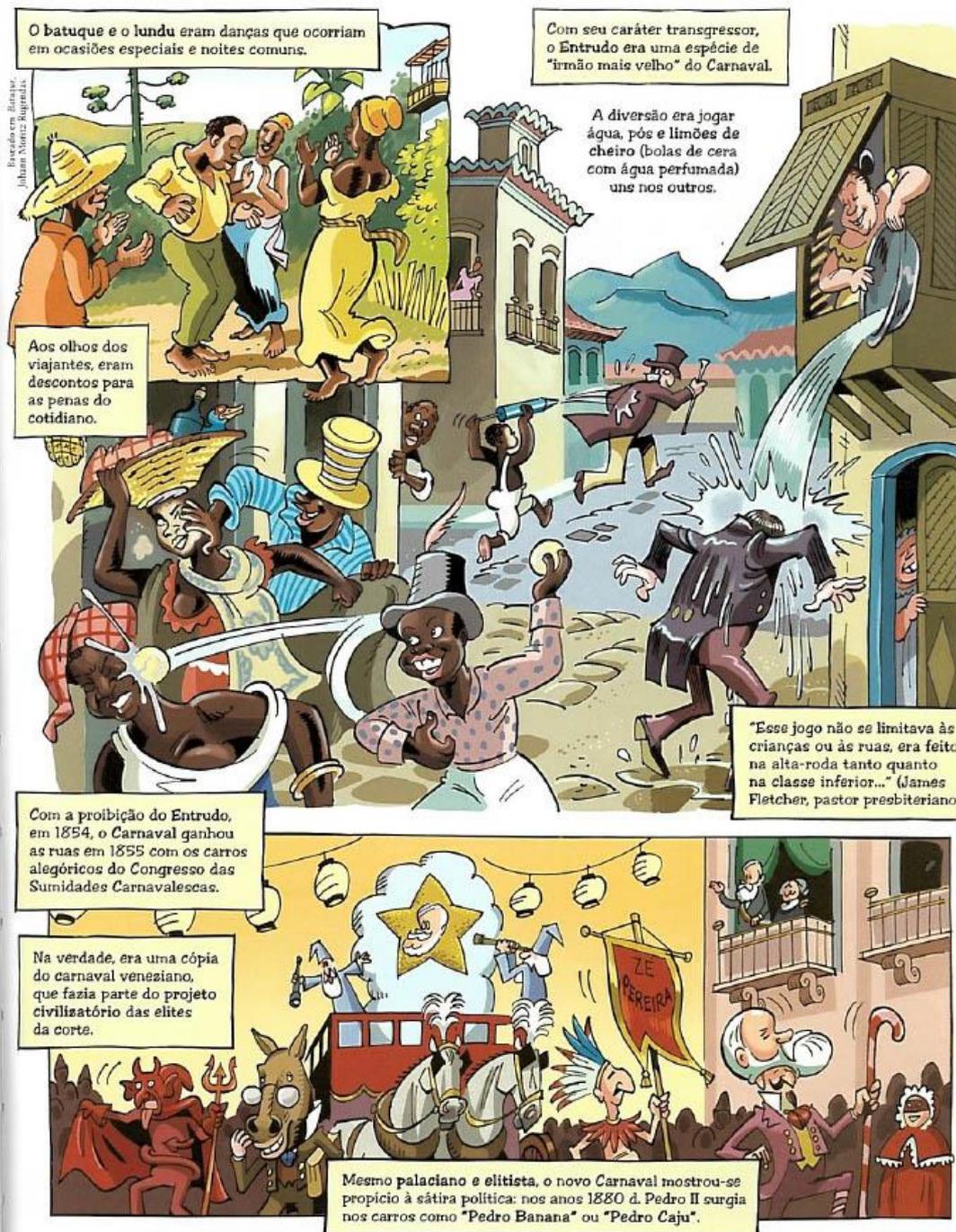
Durante o Período Imperial, as congadas se tornaram populares em várias regiões do Brasil, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e na Bahia. Essas festividades geralmente ocorrem em homenagem aos santos católicos, como Nossa Senhora do Rosário, e incorporam elementos de religiosidade africana. É um sincretismo religioso, mas também uma forma de resistência, pois os negros celebravam uma santa própria do catolicismo, incorporavam à celebração elementos representativos da cultura africana, como destacado no último recordatório da Figura 32 no canto inferior direito.

As congadas, como temos dito, são festividades que envolvem desfiles vibrantes e coloridos, os "Reis" e "Rainhas" são figuras comuns e toda a encenação do festejo tem uma simbologia marcante nas tradições africanas. Conforme observamos, muitas são as referências na HQ "As Barbas do Imperador [...]", que nos levam a problematizar a representatividade negra no Império brasileiro, danças e os ritmos, como o batuque, lundu e o entrudo, também podem ser mais alguns dos exemplos do que retratamos até aqui.

---

<sup>4</sup> A luta entre cristãos e muçulmanos que se desenrolaram na Península Ibérica e foram importantes no processo de criação do Estado português, fazendo essa nação ter condições de ser a primeira a se aventurar nas Grandes Navegações e que resultaria na colonização do Brasil. Os conflitos entre cristãos e mouros, como eram chamados os muçulmanos, na Península Ibérica foram marcados por uma guerra secular que durou quase 800 anos. A guerra foi motivada pela invasão da Península Ibérica pelos árabes muçulmanos no século VIII, que estabeleceram um domínio que durou até 1492. Esses conflitos foram tão importantes na história e na memória dos portugueses, que eles trouxeram as celebrações dessas conquistas para o Brasil, sendo reproduzidas em festividades como as cavalhadas, argolinhas e no mito do "sebastianism" que se perpetuou no Brasil até meados do século XX. Na imagem, a luta entre cristão e muçulmanos é representada em uma festividade negra, mostrando mais uma vez o entrelaçamento de culturas e mitos em uma sociedade que se formava a partir de elementos culturais indígenas, europeus e africanos.

Figura 33 – Batuque, Lundu e Entrudo



63

Fonte: Schwarcz; Spacca, 2013, p. 63.

Antes de nos atermos à análise da passagem da HQ, novamente iremos ressaltar o fato de o quadrinista Spacca ter tido como inspiração para composição da cena em destaque da HQ o quadro "Batuque", de Johann Moritz Rugendas, de 1835, e "Cena de Carnaval", de Jean Baptiste Debret, de 1823. O trecho da HQ

mostra um lugar de transgressão, diversão e sociabilidade. São vários os elementos que se destacam como possíveis indicadores de práticas subversivas, como a cena em que a criança negra joga água em um homem branco, bem vestido, com cartola e bengala, mas também indicam que eram momentos em que podiam fazer comércio, como percebemos com a personagem negra sentada no canto inferior esquerdo, vendendo os chamados “balões de cheiro”.

Manifestações culturais denominadas de “batuque” e o “lundu”, danças que antecedem o século XIX, e refletem a rica herança africana trazida pelos escravizados, também podem ser observadas no quadrinho, no canto superior esquerdo. Essas manifestações culturais são fundamentais para entender a diversidade e a complexidade da identidade negra na formação da sociedade brasileira. Ambas as danças desempenharam um papel importante na vida social dos negros, particularmente como uma forma de expressão cultural e resistência. Além disso, elas influenciaram outras manifestações artísticas, como a música popular brasileira. O batuque e o lundu não apenas celebravam a herança africana, mas também crenças, costumes e religiosidade.

No contexto do Brasil Imperial, essas danças eram frequentemente vistas com desconfiança por parte das elites brancas, que as associavam a comportamentos “irregulares”. No entanto, a persistência e a evolução do batuque e do lundu, ao longo do tempo, atestam a resiliência da cultura afro-brasileira e a sua importância na formação do nosso país. Sem sombra de dúvidas, o batuque e o lundu são danças que representam uma rica tapeçaria cultural resultante da diáspora africana no Brasil. O batuque tem suas raízes na tradição angolana e se consolidou como uma dança popular em diversas regiões do Brasil, especialmente na Bahia e em Minas Gerais. Ele foi trazido pelos africanos escravizados, que usavam a dança como um meio de celebrar suas culturas, contar histórias e fortalecer laços comunitários.

Com relação ao entrudo, essa festividade ganha um grande destaque na passagem do quadrinho que recortamos mais acima. O entrudo foi uma festa popular brasileira com raízes profundas na tradição europeia, especialmente nas celebrações de origem portuguesa. Remetendo às práticas medievais que antecedia o período da quaresma, carregando ainda tradições pagãs de origem romana, o entrudo foi praticado no Brasil Colônia e Império principalmente pelas classes populares da sociedade. Festividade que transitava por vários espaços sociais, o

entrudo consistia na ocupação das ruas das cidades, mas também nos espaços rurais e mesmo dentro das casas, onde a população realizava brincadeiras nas quais se jogava água, farinhas e polvilhos, além de outros líquidos, como os denominados limões de cheiro, café, tinta, groselha, lama e até urina.

O entrudo, podemos dizer, pode ser um dos primeiros indícios que remonta às festividades de carnaval da Europa, em que era comum a ideia de subversão social e de quebra de normas, a celebração envolvia brincadeiras e a prática de lançar água, farinha e outros materiais uns nos outros. No Brasil Imperial, o entrudo foi mais difundido nas cidades costeiras, como Rio de Janeiro e Salvador. As ruas eram tomadas por foliões que, armados com água, confete e outros objetos, se entregavam à alegria e à liberdade, rompendo com as normas sociais e as posições estratificadas da sociedade.

Embora proibido no Brasil desde 1841, teve sua prática continuada por todo o Império. A festividade com o tempo se tornou um incômodo para as elites, pois a associaram a uma comemoração de rua fora de um padrão dito “civilizado”. Para manter explícita a separação do status social de quem participava da festa, as elites começaram a se reunir em torno de grandes bailes dentro de ambientes fechados.

Ainda na mesma Figura 33, na parte inferior, temos a representação de um carnaval mais voltado às classes abastadas. A elite brasileira, principalmente a do Rio de Janeiro, como ilustra a imagem, pretendia também poder festejar o carnaval sem que tivesse contato com a manifestação popular do entrudo. O código de conduta moral da elite carioca não poderia ser colocado frente a frente com práticas perniciosas e imorais, na visão da elite. Com isso, como já dito mais acima, o entrudo foi proibido. Novas formas de festejo do carnaval foram surgindo, com “carros alegóricos”, que hoje são marcas registradas das escolas de samba durante o carnaval. Surgiram os bailes de mascarados nos salões e teatros destinados às elites, mas também apareceram os cordões de rua praticados pela população das classes baixas, profanando a estética e conteúdo das festividades elitistas.

Outra questão importante é demonstrar como o carnaval, uma das maiores festas populares do Brasil na atualidade, tem em suas origens a contribuição da cultura negra, sendo comum a prática do “mela-mela” em várias cidades do Brasil, como é o caso da cidade de João Alfredo/PE. A festividade do entrudo foi mais uma passagem a chamar a atenção dos alunos quando da leitura da HQ, pois dialogava com uma realidade que é comum a eles.

É pertinente alertar que em todas as passagens que abordaram festividades negras, na HQ “As Barbas do Imperador [...]”, embora não se apresente efetivamente balões de fala aos personagens negros, os autores tiveram o cuidado de indicar vários recordatórios com informações históricas sobre cada uma das festividades que estavam sendo abordadas, contribuindo com a parte de conteúdo sobre o estudo das manifestações culturais africanas durante o Segundo Reinado brasileiro.

A partir de todas essas imagens presentes na HQ “As Barbas do Imperador [...]”, que destacam as contribuições negras para a formação social e cultural do Brasil Imperial e que perduram até a atualidade, percebemos que mesmo em meio a uma herança estrutural do eurocentrismo, com os conhecimentos sendo forjados em torno de uma “colonialidade do saber”, como nos define Reis (2022), a sala de aula deve ser um espaço múltiplo e diverso, atento às implicações da Lei nº 10.639/03 e à produção de novos olhares e saberes históricos.

O padrão de poder do capitalismo moderno (colonialismo do poder), centrado em uma ideia de raça, como um conceito criado historicamente para justificar a dominação de um povo sobre outro, foi objeto do saber construído cientificamente e propagado no currículo escolar. Como bem enfatiza Quijano (2005), antes do contato entre europeus e nativos das Américas, ser espanhol ou português era um conceito meramente geográfico, que posteriormente passou a ser usado para justificar uma dominação frente a grupos ditos “irracionais”.

A herança colonial reportou aos negros uma representação histórico-social de um lugar da subalternidade, elemento construído em torno de uma narrativa dual, o bom e o ruim, o racional e o irracional. A partir de passagens que mostram a presença e a contribuição negra na formação social e cultural brasileira, passamos a pensar tais representações a partir de uma base de ensino de História decolonial e de cunho antirracista.

Segundo Chartier (2002), apreender o conceito de representação parte da premissa de que são as pessoas que constroem intelectualmente o mundo. As representações não são universais, distante disso, são na verdade relativo-contextuais. Quando pensamos na “construção das identidades sociais”, a exemplo do conjunto da população negra, temos que essas identidades são resultado de uma correlação de forças entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear, de aceitar ou de resistir, que cada comunidade produz de si

mesma (Chartier, 2002, p. 183).

Trabalhar com a HQ “As Barbas do Imperador [...]”, é, portanto, uma via para o debate em torno dessas representações, suscitando análises em torno das presenças e ausências, conforme já anunciado neste texto dissertativo. Importante dizer que, a representação do negro no Brasil Imperial é algo que nos alcança na contemporaneidade, principalmente quando pensamos nas nossas realidades de sala de aula, anunciadas em meio a problemáticas da prática, de vivências tangenciadas pelo racismo estrutural dentro e fora do ambiente escolar. Certamente, essa é uma temática bastante relevante, a da construção social brasileira e a representação do negro, e que tem nos provocado a refletir: Qual História queremos contar, ensinar?

### **3.2.2 O negro na HQ “Grandes Figuras em Quadrinhos: D. Pedro II, o Magnânimo”**

A HQ “Grandes Figuras em Quadrinhos: D. Pedro II, o Magnânimo”, de Nair da Rocha Miranda (1959), aborda como um monarca idealizado simboliza a estabilidade e o progresso do Brasil. Diferente do que encontramos na HQ “As Barbas do Imperador [...]”, essa é uma obra que identificamos poucas passagens com presenças de personagens negros. Podemos tomar isso como sendo, talvez, um indicativo correspondente ao momento de produção do quadrinho, final da década de 1950, no qual o ensino de História estava assentado no direcionamento de uma História Geral e do Brasil, imbricada a uma escrita e conhecimento eurocentrado.

Importante salientar que por ser uma produção mais antiga, as técnicas empregadas na quadrinização das imagens são diferentes das apresentadas na HQ “As Barbas do Imperador [...]”. Estamos falando em algo mais próximo das charges, caricaturas, etc. Segundo nos disse Chinen (2019), e vale a pena mais uma vez ressaltar, os negros são anunciados quase sempre a partir do exagero dos traços físicos, o que se torna comum na obra da Miranda, de 1959.

A primeira aparição de uma figura negra na HQ pode ser encontrada na página 7. Trata-se de uma passagem referente às comemorações do nascimento do príncipe D. Pedro II, que duraram dias e levou multidões às ruas da Capital do Império. Importante chamar a atenção para o fato de que mesmo tendo sido poucas

as aparições de figuras negras durante a obra, essas não aparecem apenas de forma coadjuvante, como elemento comum da paisagem e vida cotidiana daquele período, elas passam a receber balões de falas, conforme se observa na imagem abaixo, no quadrante inferior esquerdo.

Figura 34 – Populares Festejam o Nascimento de D. Pedro II



Fonte: Rosso; Miranda, 1959, p. 7.

Ao retratar o momento do nascimento do príncipe herdeiro do Império brasileiro, a Figura 34 acaba passando a ideia de subalternidade dos negros, de felizes, mesmo em uma realidade de um sistema escravagista que não dava sinal de ser alterado. Na verdade, as comemorações e comoção social se davam pelo fato de ter nascido um herdeiro do sexo masculino, já que até o momento a família Imperial tinha apenas mulheres como herdeiras (Maria da Glória e Januária), e o filho homem que havia nascido, João Carlos Borromeu, havia falecido ainda nas primeiras semanas de vida. Seguindo a tradição patriarcal da Coroa portuguesa, a casa Imperial brasileira precisava de um herdeiro homem para sucessão de D. Pedro I, o que foi motivo de comemorações quando se concretizou com o

nascimento de Pedro de Alcântara.

Desta feita, a cena retrata semblantes de felicidade de todos que estavam ali participando do espetáculo, e mais uma vez a impressão que temos é a de que o negro é incorporado à cena a partir de um lugar de contentamento e, talvez, alheio à condição de sua existência dentro desse sistema.

Acerca desse lugar do negro, anunciado pela HQ e dialogando com Fanon (2020), que escreve dentro de um contexto de discriminação racial, no qual o mundo dominado pelos brancos relega às pessoas negras espaços marginais na sociedade. O autor (2020, p. 132) problematiza como essa representação marginal ainda tem reflexos em nossas vivências na atualidade, pontuando que,

Os negros são selvagens, estúpidos, analfabetos. Mas, no meu caso, eu sabia que essas proposições eram falsas. Havia um mito do negro que era preciso demolir a qualquer preço. Não estávamos mais no tempo em que as pessoas se maravilhavam ao ver um padre negro. Tínhamos médicos, professores, estadistas [...].

Mesmo diante de um mundo onde pessoas negras ganham cada dia mais seus espaços na sociedade, a luta ainda é por mais reconhecimentos, uma vez que “[...] o branco quer o mundo; ele o quer apenas para si mesmo. Ele se descobre senhor predestinado desse mundo. Ele o escraviza. Estabelece-se entre o mundo e ele um vínculo apropriativo [...]” (Fanon, 2020, p. 141). Essa realidade que insiste em perdurar e relega a pessoas negras espaços ainda restritos são ecos de uma formação histórica centrada nas mazelas oriundas da escravização. Entretanto, os discursos que foram sendo propagados acerca da presença negra no Brasil, foram ajudando a reforçar esses lugares de subalternidade, sendo necessárias novas abordagens acerca do papel do negro no ontem e no hoje.

Não é possível trabalhar o negro do Brasil Imperial considerando-o apenas na qualidade de sujeito escravizado. Seria um erro se assim o fizéssemos, pois como já abordado anteriormente, as províncias/cidades possibilitavam condições diversas para ocupações por parte de negros livres e libertos. Profissões urbanas ligadas ao comércio, serviços braçais, construção civil e outras, eram a todo momento também destinadas aos indivíduos negros que não só conseguiam com tais funções ocupar espaços que lhes davam oportunidade em torno de uma rede de sociabilidade, bem como os possibilitava angariar recursos para compra de bens e até mesmo a carta de alforria.

A HQ trouxe algumas imagens que podemos tomar como exemplo do que estamos falando, como é o caso do criado Rafael, personagem negro que aparece em destaque na vinheta logo mais abaixo. Ele era ex-escravo, responsável por acompanhar/cuidar do jovem príncipe D. Pedro II, que em vista do cargo futuro, Imperador do Brasil, desde a infância já começava a ser preparado para um dia ocupá-lo.

Figura 35 – Criado Rafael



Fonte: Rosso; Miranda 1959, p. 9.

A presença de Rafael como companhia de D. Pedro II foi tema, inclusive, de um romance literário de autoria de Múcio Teixeira, denominado “O negro da Quinta Imperial”, de 1926. Essa passagem da HQ e o romance em questão nos ajudam a pensar o papel dos negros ligados ao espaço doméstico e à prática de cuidados,

Criados particulares, que ordinariamente, e no interior do paço, fazem o serviço, que no rigor da etiqueta, e nos atos públicos, pertencem a alguns

oficiais-mores e menores, como camarista, copeiro-mor, reposteiro-mor, trinchante-mor, vedor, copeiro pequeno, guarda-roupa, servidor da toalha, etc. (Brasil, 1940, p. 106).

A figura do criado Rafael aparece mais uma vez em destaque na HQ “Grandes Figuras em Quadrinhos [...]”, mas desta vez é aprendendo a ler e escrever com o Príncipe Pedro II. Nesse caso temos duas observações, a primeira é que mesmo ocupando uma condição jurídica de ex-escravo, Rafael, como muitos negros no Brasil Imperial, não teve acesso, no primeiro momento, à instrução. Sendo a sua companhia voltada para entreter o soberano, uma vez que o processo educacional ficava a cargo de José Bonifácio, dizemos que, hipoteticamente, o criado particular teve contato com o mundo das letras de forma indireta, na medida em que acompanhava as atividades de D. Pedro II.

Figura 36 – Criado Rafael aprende a ler



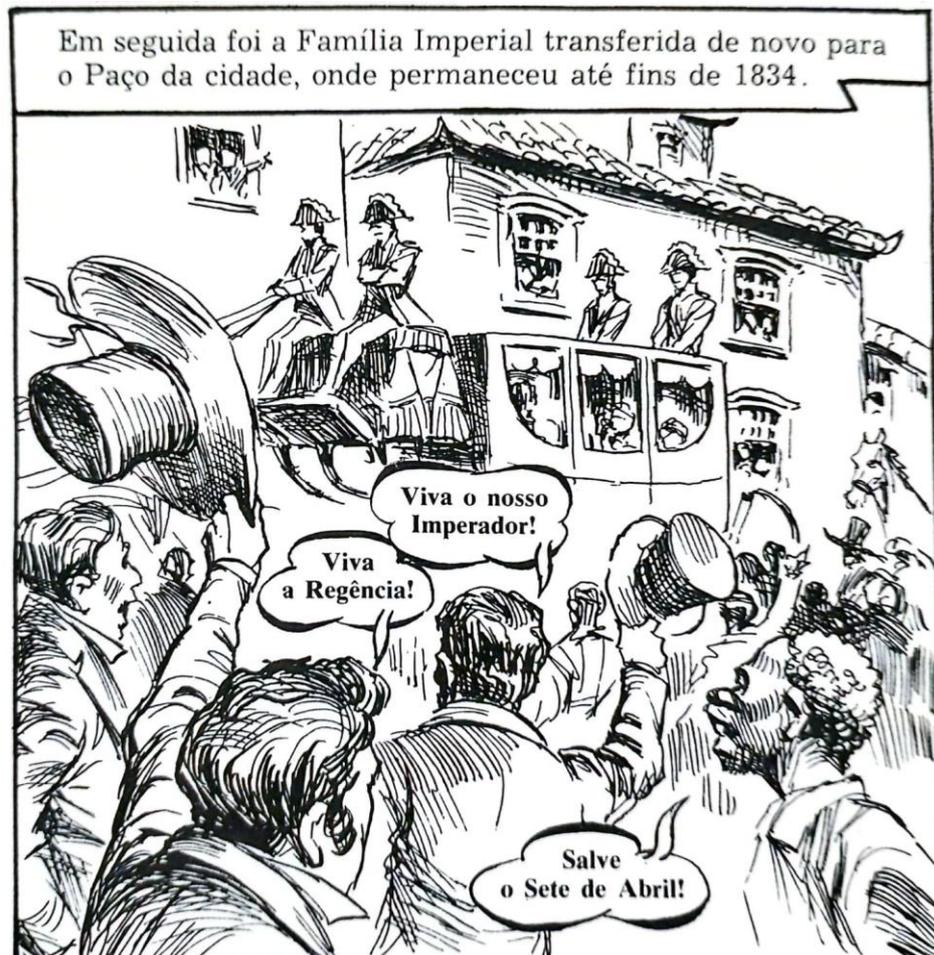
Fonte: Rosso; Miranda, 1959, p. 14.

A questão da alfabetização ao longo do período Imperial no Brasil foi marcada por profundas desigualdades, sobretudo com relação aos negros, temos um cenário de exclusão de parte desses indivíduos dos espaços de saber. O campo da História

da Educação tem indicado em sua historiografia que muitas das vezes estava previsto na legislação de algumas províncias de que era vedada a matrícula de escravizados e libertos em aulas públicas e particulares.

Como argumentamos, a presença do Rafael acompanhando o pequeno Pedro II em suas lições e aulas é um caminho para pensar como alguns negros tiveram acesso à instrução, ainda que em muitos casos de forma indireta. Enquanto D. Pedro II estava sendo preparado para suas funções de herdeiro, recebendo instrução, como se observa na História do Brasil, já anunciado aqui em outro momento da escrita, as tensões em torno do trono se tornavam cada vez mais frequentes, pois fatores como a Guerra da Cisplatina (1825-1828) se apresentavam como motivação e justificativa da impopularidade de D. Pedro I, além, é claro, das sucessivas tentativas de pleito do mesmo à Coroa Portuguesa. Fato é que D. Pedro I abdicou em abril de 1831, contudo, na ocasião D. Pedro II, seu sucessor natural, era menor de idade. Na imagem a seguir, há a representação do dia 7 de abril.

Figura 37 – “Viva o 7 de abril!”

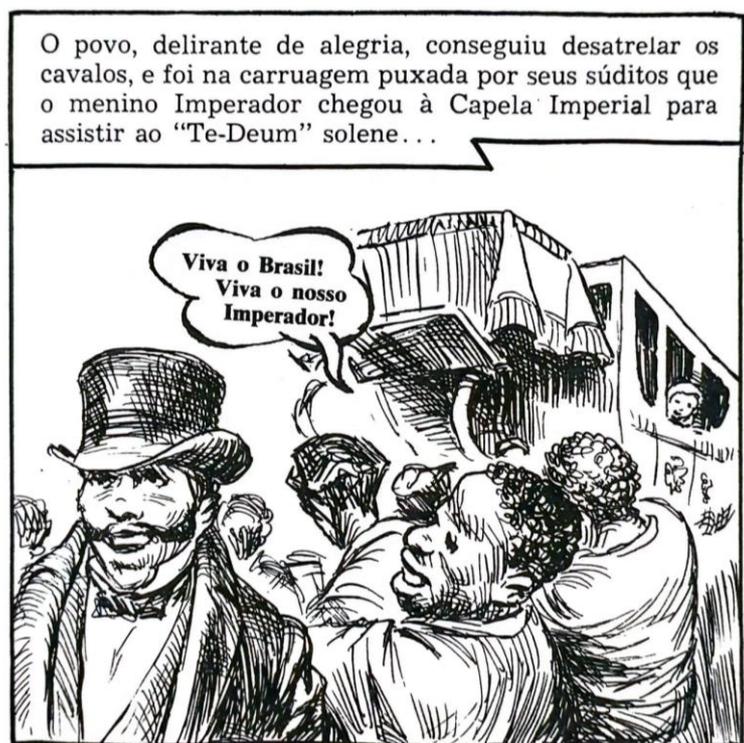


Fonte: Rosso; Miranda, 1959, p. 17.

Como forma de garantir a manutenção da Coroa, tem início o período das Regências, que foram criadas frente aos argumentos de que D. Pedro II seria incapaz de governar, como já mencionado neste texto dissertativo. Nas páginas da HQ “Grandes Figuras em Quadrinhos [...]”, quanto ao episódio das festividades do Te-Deum, identificamos que, provavelmente, as aparições de personagens das camadas mais populares, negros escravizados, libertos e livres nessas passagens, tenham uma intenção, de reforçar a importância da figura do Imperador na História do Brasil de como essa figura de poder foi sendo construída.

O Te-Deum foi uma festividade muito popular durante o Império, correspondia a uma celebração religiosa que se realizava para agradecer a Deus por eventos significativos, como a celebração de conquistas políticas e sociais, além de eventos ligados aos soberanos. Na ocasião, o motivo por tal celebração foi a aclamação do então menino D. Pedro II ao trono.

Figura 38 – Festividades do Te-Deum



NOVA EDIÇÃO ★ PÁGINA 10

Fonte: Rosso; Miranda, 1959, p. 10.

Durante o governo de Dom Pedro II, essas celebrações ganharam destaque como parte da busca por legitimar e fortalecer a monarquia. O Te-Deum era frequentemente realizado em catedrais ou igrejas, com a presença de autoridades

civis e militares, além de membros da família imperial. As cerimônias eram marcadas pela presença das elites e dos populares, uma “verdadeira” expressão à devoção religiosa católica, mas também ao sentido simbólico em demonstrar uma dada estabilidade do Império em meio aos desafios internos e externos que enfrentava naquele momento.

As festividades nas ruas, conforme apresentamos anteriormente, tinham papel importante, no sentido de construção de memórias de uma História do Brasil, bem como era um grande espetáculo para ser visto, ouvido e sentido. Nessa direção, na HQ “Grandes Figuras em Quadrinhos [...]” também identificamos alguns festejos populares promovidos pelos negros pelas ruas do Rio de Janeiro. Do destaque a seguir, nos chama atenção a esperança por dias melhores invocada na letra da música cantada pelos personagens, o que nos parece é que a narrativa da HQ estaria enaltecendo a chegada de D. Pedro II ao trono, mas não só isso, que poderia ser um lampejo de “liberdade ao Brasil”.

Figura 39 – Festividades Populares



Fonte: Rosso; Miranda, 1959, p. 12.

Nessa passagem da HQ novamente podemos pensar na questão presença e ausência, assim como fizemos em páginas anteriores, quando pensamos sobre o

termo “liberdade” dentro do Segundo Reinado brasileiro. Qual seria essa liberdade cantada pelos negros na imagem? Como sabemos, a narrativa histórica anuncia a liberdade relacionada ao movimento político de separação do Brasil/Portugal e a esperança de uma liderança, cujo monarca era nascido em solo pátrio. A “liberdade” cantada na música é a liberdade da antiga colônia, e não a liberdade de corpos negros, pois o fim da escravidão demoraria ainda alguns anos para se concretizar de forma oficial.

A historiografia até reconhece certa inclinação da Família Real, especialmente de D. Pedro II, para pôr fim à escravidão, mas o contexto socioeconômico do Império era bem mais complexo, haja vista ser controlado pelas elites agrárias, contrárias ao fim da escravidão. Na imagem que segue, a HQ “Grandes Figuras em Quadrinhos [...]”, retrata-se a cena em que pessoas das camadas mais pobres da sociedade imperial recebiam doações vindas diretas da Casa Imperial, exaltando a bondade dos monarcas, da passagem da Imperatriz Leopoldina, especificamente.

Figura 40 – Doação aos Populares



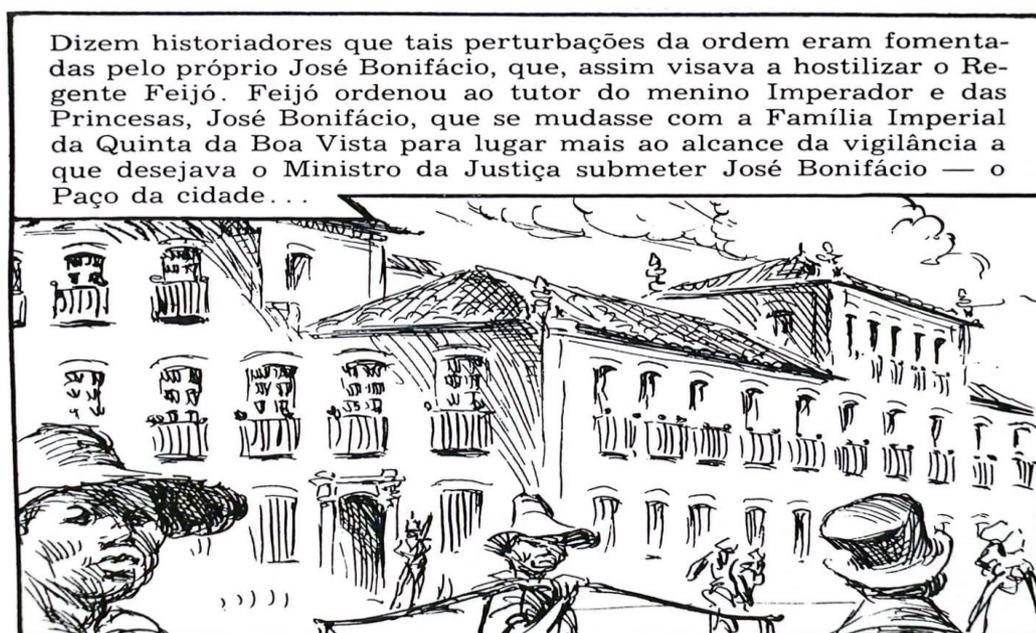
Fonte: Rosso; Miranda, 1959, p. 25.

No quadro em destaque é possível identificar uma passagem em que há uma fala de uma negra na fila exaltando a benevolência e caridade da Leopoldina. As

doações feitas pela Imperatriz eram um dos fatores que nos ajudam a explicar sua alta popularidade durante o Primeiro Reinado, levando uma comoção popular até a uma crise política, quando da sua morte em 11 de dezembro de 1826.

Após a morte de Leopoldina e na ausência de D. Pedro I, a organização e cuidados com a educação de D. Pedro II e das suas irmãs foram delegados a José Bonifácio, contudo, a historiografia tem demonstrado que a sua atuação junto à família real esteve muito além dessa função de preceptor. Politicamente, foi muito relevante no cenário da independência e na formação do novo Estado Nação. No que pese ao debate em torno da escravidão, o mesmo apresentou uma representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império defendendo uma extinção gradual da escravidão, fato citado na imagem da HQ abaixo.

Figura 41 – Cotidiano Segundo Reinado



Fonte: Rosso; Miranda, 1959, p. 13.

Há algo contraditório entre a Figura 41 e o balão de fala, pois esse último anuncia que seria o próprio Bonifácio “fomentador da perturbação da ordem”, o que seria provavelmente uma crítica ao seu posicionamento frente à luta negra no Brasil. Contudo, o que se evidencia na imagem é a vida cotidiana ocorrendo sem atropelos.

Sobre os posicionamentos de José Bonifácio de Andrada e Silva, em sua proposta à Assembleia Constituinte em 1823, fica evidente termos contrários à escravidão a qual ele chamava de “elemento desagregador da sociedade, um mal a

ser erradicado o mais depressa possível” (Gomes, 2022, p. 83). O fim da escravidão defendida por Bonifácio seria realizado em etapas: primeiramente, em um tempo de quarenta e cinco anos, seria extinto o tráfico de escravos, em seguida os senhores incentivariam o casamento entre os cativos como forma de gerar mais mão de obra para o sistema econômico agrário. Os alforriados poderiam trabalhar em pequenos lotes de terras e só depois de um processo longo de assimilação dos africanos à realidade brasileira era que seria decretado o fim da escravidão. Esse “passo a passo” visava, sobretudo, não desagradar às elites nacionais. Conforme Bonifácio (1823 *apud* Gomes, 2022, p. 84),

Como poderá haver uma constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos. [...] Nós tiranizamos os escravos e os reduzimos a brutais animais, e eles nos inoculam toda a sua imoralidade e todos os seus vícios. [...] Eu não desejo ver abolida de repente a escravização; tal acontecimento traria consigo grandes males. Para emancipar escravos sem prejuízos da sociedade, cumpre fazê-los primeiro dignos da liberdade.

José Bonifácio em sua proposta em torno do fim da escravidão deixava explícita uma preocupação latente que uma mudança abrupta de sistema poderia ocasionar politicamente para o recém-independente Brasil. Contudo, para além das pretensões de Bonifácio, não podemos esquecer que os próprios negros empreenderam suas formas de resistência, como anunciadas ao longo deste capítulo. Não podemos e não devemos localizar na história o negro enquanto ser passivo. O fim da escravidão coloca em xeque uma realidade social, brutal e opressora do século XIX brasileiro. Por isso mesmo a/ou as representações em torno do negro nesse período histórico nos interessam, e nos movem a compreender que, antes de tudo, valorizar as lutas desses indivíduos e grupos no passado é, pois, também compreender o porquê problemáticas como o racismo se acentuam no nosso presente e continuam sendo bandeira de luta na atualidade.

#### **4 NA BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PERCURSOS DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA**

Para o produto da dissertação a ideia foi trabalhar o papel dos negros durante o Segundo Reinado a partir das representações presentes nas HQs “As Barbas do Imperador [...]” e “Grandes Figuras em Quadrinhos”. Fizemos isso a partir da metodologia da sequência didática para aulas de História, no qual traçamos as estratégias necessárias para uma maior e melhor compreensão da temática étnico-racial por parte dos discentes. Antes de elencarmos os meios utilizados para apreensão do conteúdo, achamos necessário dialogar brevemente sobre o que são as sequências didáticas, ferramentas de planejamento didático, cada vez mais utilizadas por professores da Educação Básica. Para isso, faremos uso dos escritos de Itamar Freitas e Maria Margarida Dias de Oliveira presentes na obra “Sequências Didáticas para o Ensino de História”, de 2022.

Inicialmente, os referidos autores abordam algo que às vezes perpassa a nossa atuação docente, a saber, dificuldade em fazer a distinção entre o que seria “plano de aula” e “sequência didática”. Nas palavras dos autores (2022, p. 10),

Onde não há mesmo o consenso é na distinção dos instrumentos ‘plano de aula’ e ‘sequência didática’. A maioria afirma que há diferença entre os dois. Essa diferença, também para a maioria, está no tempo: o plano é destinado a uma aula e a sequência é destinada a várias aulas. Outros afirmam que o plano é mais burocrático e geral e a sequência didática enumera ‘o passo a passo’ e, portanto, se torna mais inteligível.

A partir da citação, podemos pensar que um plano de aula é um documento que orienta o professor na execução de uma aula específica. Ele estabelece objetivos de aprendizagem, conteúdos a serem abordados, atividades a serem realizadas, recursos didáticos a serem utilizados e a avaliação dos alunos. O plano de aula é essencial para garantir que uma aula seja estruturada e que os alunos possam alcançar os objetivos propostos de maneira eficiente. Já as sequências didáticas, por sua vez, são conjuntos de aulas interligadas que visam desenvolver um tema ou uma habilidade de forma mais ampla, “[...] sequência didática, como a própria locução encerra, é uma representação espaço-temporal dos atos de sujeitos envolvidos em processos de ensino-aprendizagem [...]” (Freitas e Oliveira, 2022, p.10).

As sequências didáticas contemplam uma série de atividades e estratégias de

ensino que acontecem em um período maior, permitindo uma abordagem mais profunda e contextualizada dos conteúdos. Elas promovem a articulação entre diferentes conhecimentos e habilidades, permitindo ao aluno construir significados de maneira mais dinâmica e integrada. Freitas e Oliveira (2022, p. 10) corroboram com tais diferenciações sobre planos de aulas e sequências didáticas, reforçando que,

Outras singularidades, em menor frequência, foram anunciadas pelos colegas, sendo a primeira delas relacionada ao agente: o plano é para a orientação do professor, ligado à prescrição curricular, enquanto a sequência pode ser demandada pelo aluno. A segunda diferença está relacionada à frequência: o plano é instrumento para atitude rotineira e a sequência é projeção que quebra a rotina. A terceira diferença está relacionada à abrangência: o plano é focado em um assunto ou um objetivo restrito, enquanto a sequência é focada em vários assuntos ou em um objetivo mais amplo. A quarta e última diferença relaciona-se com a lógica e com o tempo: o plano é estático e finalista, servindo para uma aula, enquanto a sequência é dinâmica e encadeada, abrangendo várias aulas.

Para o produto aqui apresentado partiremos da premissa de que as sequências didáticas visam à execução de estratégias para várias aulas, as quais anunciamos a partir da nossa experiência durante a pesquisa para a produção da dissertação.

#### **4.1 Da produção ao produto, do produto à produção**

Para a escrita que se segue, apresentaremos a sequência didática com as partes que a compõem de acordo com o modelo que decidimos adotar. Para tanto, recorreremos mais uma vez ao diálogo com Freitas e Oliveira (2022). Afirmam os autores (2022, p. 18),

Há quem sugira começar a construção de uma sequência pela escolha do conteúdo substantivo, seguida pela escolha das fontes de informação em diferentes suportes. Nós, entretanto, sugerimos pensar a sequência didática a partir da expectativa de aprendizagem e/ou do enunciado de uma demanda por aprendizagem.

A expectativa de aprendizagem, especificamente, girou em torno de um ensino de História atento às questões inerentes à constituição social dos povos negros no Brasil no século XIX, conforme preconiza a Lei nº 10639/03, com a indicação da História da África e dos afrodescendentes, bem como as Diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais. A partir das duas HQs selecionadas para

pesquisa, intentamos fazer com que os alunos compreendessem a representação do negro durante o Segundo Reinado.

Para a produção da sequência, além das leituras teóricas que já vínhamos fazendo para a produção do projeto de pesquisa e para a dissertação, foram necessárias algumas etapas prévias. Além da seleção dos dois quadrinhos, já apresentados ao longo da dissertação, também aprofundamos as leituras sobre o processo de escravidão no Brasil, fazendo uso da coletânea “Escravidão” de Laurentino Gomes (2022), sobretudo o volume III, que tem como recorte temporal “Da Independência do Brasil à Lei Áurea”. Dessa obra também escaneamos as pinturas que foram utilizadas em uma das aulas da sequência, como veremos posteriormente. Também utilizamos a obra “Brasil: uma Biografia”, de Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, de 2018, tanto para aprofundar os conhecimentos sobre o Segundo Reinado, quanto para entender e analisar as imagens dos quadrinhos conjuntamente com os alunos.

É comum que professores também façam uso de recursos visuais para melhor compreensão dos seus conteúdos sempre que possível. Em nosso caso, ao assistirmos a série Guerras do Brasil, disponível na Netflix e no Youtube, percebemos o quão rico era o conteúdo referente à escravidão no Brasil (episódio 2, especialmente), ao ponto de incluirmos a exibição em uma das etapas da sequência didática. Também navegando pelo Youtube encontramos o vídeo Heróis Negros – Histórias Inspiradoras, com direção de Dana Farias, que também nos serviu de recurso didático.

Percebemos que o professor ao pensar uma aula, ou uma sequência de aulas, pode incluir materiais que ele pesquisa de forma específica para aquele fim (em nosso caso as leituras diretamente ligadas à temática selecionada), quanto materiais diversos, no qual podem ser acionados ao diálogo com os objetivos propostos para as aulas, a exemplo de filmes, séries. Nessa direção, de agora em diante anunciamos as partes que compõem a sequência didática, bem como a divisão de aulas que estarão em destaque (**negrito**) para melhor guiar a apreensão por parte de você leitor de como foram instituídos os caminhos até nosso objetivo.

**Título** da sequência didática: “A Representação do Negro no Segundo Reinado Brasileiro”. A **Temática**: História, escravidão e resistências. **Turma para Aplicação**: 2ª (Ensino Médio). **Faixa etária**: Jovens entre 16 e 17 anos idade. **Tempo de duração**: 10 aulas, em blocos de duas aulas de 50 minutos cada, de

acordo com a divisão de aulas adotada pela EREM Jarina Maia.

Como **Objetivo Geral** da sequência didática, estabelecemos: Apreender a representação dos negros durante o Segundo Reinado brasileiro, observando a importância destes para os aspectos econômicos, político e socioculturais do período. O debate do conceito de representação se fez necessário para uma leitura mais significativa dos quadrinhos e do desenvolvimento de uma educação de base antirracista, tomando como problemática inicial o diálogo existente entre uma representação do negro no Império brasileiro e os alunos quilombolas da Comunidade de Brejinho- PE.

A **Justificativa**: Necessidade de aprofundamento dos estudantes do 2º Ano em torno do conteúdo Segundo Reinado (1840-1889), tendo como ênfase os propósitos de reflexão acerca da representação do negro, suas formas de resistência, como os quilombos, e a construção de um conhecimento histórico que contemple as desigualdades e injustiças desse período. A escolha do tema está diretamente relacionada à necessidade de revisitar o passado do país, compreendendo a escravidão e a resistência negra dentro de um contexto social e econômico que ainda hoje reverbera em questões de racismo estrutural e desigualdades sociais, nos quais os nossos estudantes estão inseridos.

A escravidão no Brasil, que perdurou até 1888, foi um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento da sociedade Colonial e Imperial. Durante o Segundo Reinado, os negros representavam uma grande parte da população, sendo essencialmente vistos como força de trabalho nas lavouras de café, nas indústrias emergentes e até nas cidades, mas quase sempre à margem das condições de dignidade e liberdade. Ao focar nas formas de resistência, como os quilombos e as primeiras manifestações abolicionistas, busca-se evidenciar a ação e o protagonismo dos negros que lutaram por sua liberdade e por um futuro mais justo aos seus.

Essa abordagem é importante não apenas para enriquecer o conhecimento histórico dos alunos, mas também para provocar uma reflexão crítica sobre o impacto da escravidão e os desdobramentos da representação do negro ao longo dos anos, principalmente quando da construção de um Brasil que carrega consigo o elemento do racismo estrutural, uma das marcas que podemos acionar dessa nossa História. A resistência dos negros não se deu apenas por meio de ações armadas, mas também por meio de movimentos culturais, como a preservação de tradições

africanas, e o surgimento de novas formas de organização social, com destaque para os quilombos. O Quilombo de Brejinhos, em Pernambuco, é uma referência na atualidade, mostrando que a luta pela preservação da identidade e da cultura negra continua viva.

A utilização das histórias em quadrinhos (HQs), como “As Barbas do Imperador: D. Pedro II – A História de um Monarca em Quadrinhos” e “Grandes Figuras Históricas [...]”, é um recurso pedagógico que visa aproximar os alunos de uma linguagem que julgamos mais acessível e dinâmica. As HQs serão analisadas à luz das questões de representação racial e do lugar social do negro, incentivando os alunos a questionar as formas históricas e contemporâneas de racismo e exclusão.

Além disso, a realização de atividades práticas, como a produção de histórias em quadrinhos com temáticas étnico-raciais, permite que os alunos não apenas adquiram conhecimento sobre a história dos negros, mas também expressem suas próprias interpretações e reflexões sobre o tema. A criação de roteiros que abordem a resistência negra incentiva à criatividade e a reflexão crítica, alinhada com a proposta de uma educação antirracista.

Portanto, essa sequência didática não só contribui para o entendimento da representação do negro – escravo, livre e liberto –, no Segundo Reinado, mas também promove a construção de uma identidade crítica e inclusiva, em que os alunos podem refletir sobre as questões étnico-raciais do Brasil atual e a importância de valorização da cultura negra e do combate ao racismo.

Dando continuidade a apresentação da forma da sequência didática, chegamos ao elemento - **Área curricular:** História; **Conteúdos:** Segundo Reinado, configuração política e econômica; Escravidão e movimentos de resistência: cultural, política e religião; Representação negra na História, século XIX. As **Habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** EF06HI05<sup>5</sup>: Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas. EM13CHS101: Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos,

---

<sup>5</sup> Essa habilidade está prevista dentro da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na etapa do Ensino Fundamental. Entretanto, nós a utilizamos por considerar pertinente e por entender que o Ensino Médio é uma etapa de aprofundamento de conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental.

psicológicos, sociais, ambientais e culturais. EM13CHS502: Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas, etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e proporções que promovem os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

Na **Aula 1 e 2: Escravidão e Resistência Durante o Segundo Reinado Brasileiro**, objetivamos analisar a dinâmica da escravidão e os diferentes tipos de resistência desenvolvidos por escravizados no Brasil durante o Segundo Reinado (1840-1889). Ao explorar tais fatores, acabamos por debater também o contexto político, econômico e social da época, de modo a perceber o espaço tempo de maneira processual, até se chegar à abolição da escravidão. Os **Materiais didáticos**: Texto informativo (livro didático); projetor de slides; computador com acesso à internet; quadro branco e pincel. **Duração**: de 1h e 30m. **Motivação prévia**: Pinturas que retratam a dinâmica social da escravidão no Brasil. As imagens a seguir foram disponibilizadas para os alunos de forma impressa bem como apresentadas através de data show possibilitando uma maior visualização dos detalhes, e potencializando o debate.

Figura 42 – Pintura “Empregado do Governo saindo a passeio”



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1835.

A pintura “Empregado do Governo Saindo a Passeio”, de Jean-Baptiste

Debret, datada de 1835, nos permite refletir sobre uma das representações dos papéis exercidos por negros escravizados durante o período Imperial, especialmente em relação à sociedade, à cultura e às dinâmicas políticas da época. Debret foi um artista francês que fez parte de uma missão oficial ao Brasil durante o reinado de Dom Pedro II e dedicou-se a documentar, por meio de suas aquarelas, aspectos da vida brasileira no século XIX. A pintura em questão retrata um funcionário do governo em um momento atípico para o dia a dia dos escravos, transitando pelas ruas da cidade com vestimentas mais elaboradas, mas mais que isso, nos possibilita analisar aspectos da representação do negro – imagem, traços e possíveis funções.

Através da imagem é possível vislumbrar o contexto sociopolítico e cultural. O Brasil da década de 1830 estava passando por transformações significativas. A pintura ilustra uma cena de uma classe média crescente, com personagens vestidos de forma distinta, refletindo as normas sociais da época. A cena também pode ser interpretada como uma demonstração do respeito à autoridade e o formalismo presentes nas interações sociais do período. A vestimenta e o porte do "empregado" sugerem um tipo de distinção social atrelada ao status de quem ocupava cargos públicos, seja em esferas mais modestas ou mais altas. Também é possível ter uma visão da paisagem urbana e dos detalhes arquitetônicos de uma cidade brasileira no século XIX, provavelmente o Rio de Janeiro, capital do Império na época. Elementos como as ruas, a vegetação, os edifícios e a interação entre as pessoas ajudam a entender como o espaço urbano era utilizado e percebido.

A pintura também oferece um olhar sobre as vestimentas, o modo de vida e os aspectos sociais que podem ser difíceis de descrever apenas por meio de textos. Além disso, retrata figuras de diferentes classes sociais, suas posturas, interações e comportamentos cotidianos.

Figura 43 – Pintura “Feitores castigando negros”

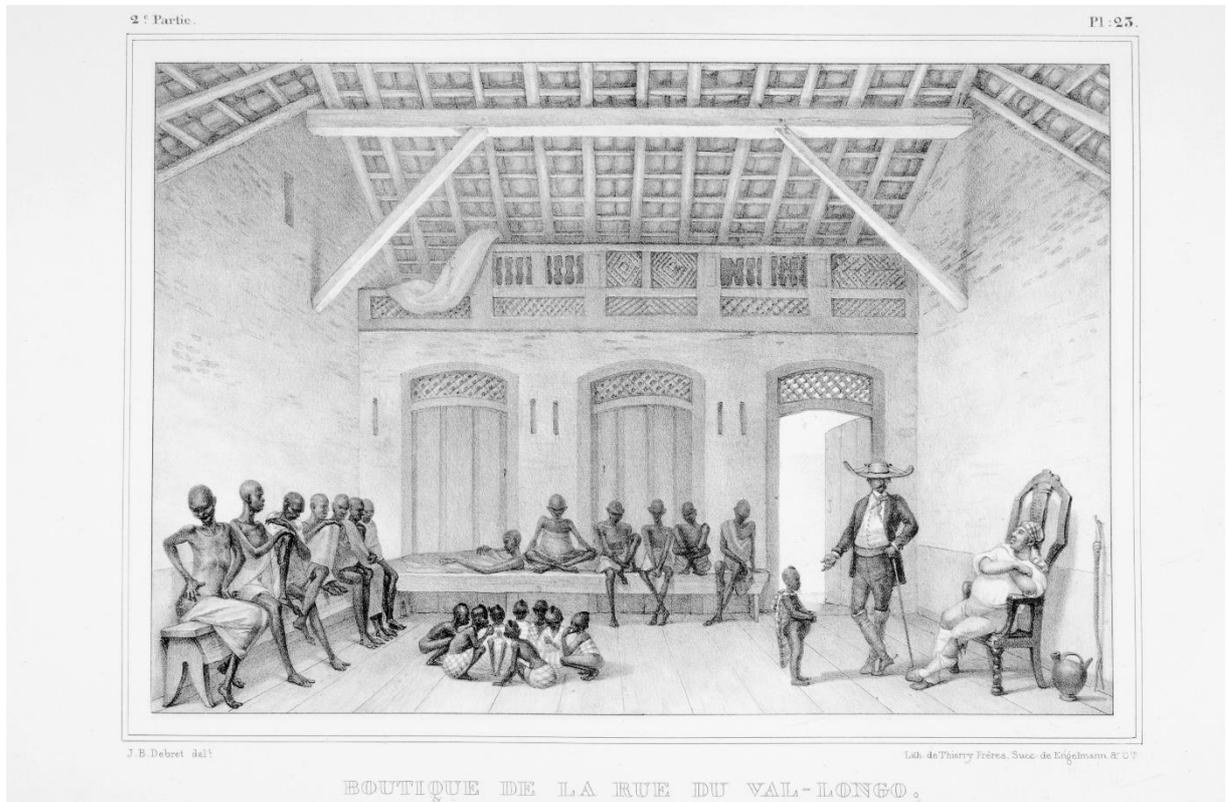


Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1835.

A escolha da pintura “Feitores castigando negros” foi pensada para mostrar a realidade rural, pois a imagem retrata uma cena em que os feitores aplicam punições físicas a indivíduos negros. A violência é visível nas expressões e posturas dos personagens, com destaque para a crueldade do ato. A composição reforça o poder do feitor sobre os corpos dos escravizados.

A obra de Debret é um retrato das práticas de abuso e opressão, evidenciando o status atribuído pelo homem branco, do não humano, ao negro escravizado. O registro da cena é, portanto, reflexo de como o pintor enxergava e escolhia retratar o fato histórico, evidenciando condições desumanas às quais os negros eram submetidos nas fazendas de café e em outros engenhos. A pintura não só documenta o ato da punição, mas também, conforme dito anteriormente, oferece detalhes sobre a roupa, o ambiente e a arquitetura da época. Ao fundo, pode-se observar o cenário de trabalho nas plantações de açúcar e café, e a representação de feitores e escravizados, o que nos ajuda a compreender as relações hierárquicas e raciais presentes na época.

Figura 44 – Pintura “Mercado da Rua do Valongo”



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1835.

A obra “Mercado da Rua do Valongo” retrata uma área de grande importância no Rio de Janeiro no século XIX. Esse mercado foi o principal ponto de chegada de africanos escravizados ao Brasil, especialmente entre 1811 e 1831, quando o Rio de Janeiro se tornou o maior porto de tráfico de escravizados do mundo. Ao fundo, Debret ilustra uma cena cotidiana, com muitas pessoas, sendo a maioria negras e escravizadas, além de alguns brancos, comerciantes e pessoas da elite da cidade.

O mercado da Rua do Valongo ao ser retratado na pintura não apenas mostra um local de comércio, mas também uma triste realidade do Brasil Império, o tráfico transatlântico de africanos escravizados, que foi legal até 1850. A pintura dá uma ideia de como esse mercado era movimentado, com negros sendo vendidos como mercadoria. Esse é um aspecto crucial, pois através dessa imagem é possível visualizar a normalização da prática do tráfico, no contexto do Império brasileiro.

A pintura de Debret é detalhada e ilustra com um certo olhar etnográfico tanto o espaço público quanto os tipos humanos e sociais que frequentavam aquele mercado. A presença de mulheres, crianças e homens expostos para venda é

marcante, refletindo a objetificação do ser humano e o sistema escravista da época.

Figura 45 – Pintura “Um jantar brasileiro”



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1827.

A pintura “Um Jantar Brasileiro” retrata, conforme o próprio nome diz, uma cena do cotidiano, um momento de janta, no qual é possível observar a mesa farta para a elite branca, as migalhas para as crianças pretas e a expiação dos lugares determinados aos corpos negros, expondo um reflexo desigual dessa relação dos que detêm o poder e os escravizados. O estilo de vida e os costumes dessa classe são evidenciados na escolha dos personagens, vestimentas e decoração. A atenção aos detalhes, tanto na indumentária quanto na disposição dos objetos, reflete uma sociedade que estava se adaptando às influências europeias, mas ainda com elementos próprios da cultura brasileira.

No centro da cena há uma mesa posta com pratos e talheres que remetem a essa influência a que víamos falando, enquanto a ambientação de fundo traz elementos típicos do Brasil, a exemplo das plantas tropicais. A obra é um reflexo

direto da organização social da época, incluindo a questão racial e o papel dos negros como mão de obra escravizada. O fato de Debret retratar a cena com um serviçal negro e as interações entre os diferentes grupos sociais ajuda a entender as dinâmicas raciais e a exploração do trabalho escravo no Brasil.

Figura 46 – Pintura “Uma senhora brasileira em seu lar”



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1835.

Em “Uma senhora em seu lar” temos uma mulher da elite brasileira no ambiente doméstico. Apesar da presença marcante de corpos negros na pintura, observamos que a centralidade se dá na senhora e na criança branca, sentadas em lugares de destaque e mais elevados, portando vestimentas mais sofisticadas, próprias de uma classe alta. A pintura não apenas ilustra a figura feminina, mas também oferece detalhes preciosos sobre os costumes, a moda, os móveis e os objetos de decoração daquele período histórico.

A pintura de 1835, por exemplo, reflete o período pós-Independência, com um Brasil tentando se afirmar no cenário internacional, mas ainda profundamente marcado por estruturas coloniais, como a escravidão, que perdurou até 1888. O retrato da “senhora brasileira” é uma representação da elite branca, que detinha o poder político e econômico, contrastando com a realidade das classes populares e a grande massa de escravizados que compunham a população.

Ao estudar as obras de artistas como Debret, os alunos podem analisar o papel da arte como ferramenta de construção de uma imagem do Brasil para o mundo, um Brasil que queria se apresentar como moderno e europeu, mas que ainda estava profundamente ligado a uma estrutura colonial. Essa discussão pode ser ampliada para outras obras, como no caso das representações dos negros nos quadrinhos, criando uma visão mais do contexto social do Brasil imperial.

Debret sendo um europeu que vivenciou o Brasil durante uma fase de transição e de afirmação nacional, oferece uma visão de fora sobre a sociedade que se apresentava na época. Analisar sua obra ajuda a refletir sobre a visão estrangeira para com o nosso território, possibilitando hoje a efetivação de outras leituras, como por exemplo, a forma como os negros foram representados nessas pinturas, bem como o entendimento de serem essas obras uma fonte da História, cheia de intencionalidades, escolhas e formas de enxerga os brasis, no plural.

Dando continuidade a estrutura de organização da sequência didática, chegamos ao elemento - **Descrição da atividade**: Os alunos receberão as imagens impressas e farão análises escritas das obras observando o lugar social que as representações dão aos indivíduos negros. No segundo momento, alguns alunos farão a exposição das suas análises para a turma de forma a iniciar o debate. **Intervenções**: Qual é a representação do negro durante o Segundo Reinado Brasileiro? Quais as principais formas de resistência à escravidão utilizadas pelos povos negros no período? Qual o papel do negro no início do movimento abolicionista no Brasil? **Avaliação**: A avaliação acontecerá de forma qualitativa baseada na participação dos alunos em sala de aula e durante as discussões em grupo. Para estabelecer critérios claros de avaliação, utilizaremos a metodologia das “avaliações por rubricas”.

**Aulas 3 e 4**: Formas e Traços das Histórias em Quadrinhos. **Objetivo**: Apresentar as principais características das histórias em quadrinhos de forma a introduzir os alunos nesse tipo de leitura. **Materiais didáticos**: HQ “As Barbas do Imperador: D. Pedro II a História de um Monarca em Quadrinhos”. **Tempo de duração**: 1h30m. **Motivação prévia**: Será requerida a observação da representação dos negros ao longo da HQ. **Descrição da atividade**: Os alunos receberão cópias da HQ “As Barbas do Imperador [...]” em formato de PDF e farão a leitura em sala, destacando de forma escrita como os negros são representados ao longo da narrativa. **Intervenção**: Como os negros são representados na história em

quadrinho? É possível fazer um paralelo com as imagens analisadas na aula anterior? **Avaliação:** Será observada a participação, envolvimento e atenção dos alunos durante a leitura da HQ. Para estabelecer critérios claros de avaliação, utilizaremos a metodologia das “avaliações por rubricas”.

**Aulas 5 e 6:** Formas e Traços das Histórias em Quadrinhos. **Objetivo:** Apresentar as principais características das histórias em quadrinhos de forma a introduzir os alunos nesse tipo de leitura. **Materiais didáticos:** HQ “Grandes Figuras em Quadrinhos: D. Pedro II, O Magnânimo”. **Tempo de duração:** 1h30m. **Motivação prévia:** Será requerida a observação da representação dos negros ao longo das HQ. **Descrição da atividade:** Os alunos receberão cópias da HQ “Grandes Figuras em Quadrinhos [...]” em formato de PDF e farão a leitura em sala, destacando de forma escrita como os negros são representados ao longo da narrativa, assim como características da quadrinização da obra com os traços das imagens, vinhetas e balões de fala, fazendo um comparativo com a HQ “As Barbas do Imperador [...]”. **Intervenção:** Como os negros são representados na história em quadrinho? É possível fazer um paralelo com as imagens da HQ lida na aula anterior? **Avaliação:** Será observada a participação, envolvimento e atenção dos alunos durante a leitura da HQ.

**Aulas 7 e 8:** Mesa Redonda - Quilombo Ontem e Hoje. **Objetivo:** Discutir a organização dos quilombos do Brasil e de Pernambuco como forma de resistência à escravidão e à colonização. **Materiais didáticos:** Som, microfone, projetor de slides; **Tempo de duração:** 1h30m. **Motivação prévia:** Exibição do Episódio 2 da série “Guerras do Brasil” (disponível na Netflix e no Youtube). **Descrição da atividade:** Será exibido o episódio 2 da série “Guerras do Brasil”. Na sequência será realizada uma mesa redonda onde os alunos poderão realizar perguntas sobre os quilombos ontem e hoje, em especial sobre o surgimento e o papel atual do quilombo de Brejinhos na cidade de João Alfredo/PE. **Intervenções:** Qual a origem dos quilombos na sociedade brasileira? Qual a importância da comunidade quilombola de Brejinhos para a construção de diálogo, reflexões, e luta pela igualdade e a valorização da cultura negra? Como o estudo do quilombo de Brejinhos possibilita o trabalho das relações étnico-raciais na disciplina de História? **Avaliação:** Após a mesa redonda serão apresentadas perguntas problematizadoras, como: O que é quilombo? Você sabe por que e como surgiram os quilombos no Brasil? Ainda existem quilombos no Brasil? Onde estão localizados? Você conhece algum

quilombo? Onde? Como você acha que é um quilombo? Será proposta como atividade final uma pesquisa sobre a origem da comunidade de Brejinhos; Exposição - História da comunidade, organização social e como promovem a preservação da sua cultura e ancestralidade.

**Aulas 9 e 10:** Oficina de Produção de Histórias em Quadrinhos. **Objetivo:** Elaborar junto aos alunos, roteiros que levem a criação de HQ como temáticas étnico-raciais de resistência. **Materiais didáticos:** TV, Aplicativos de Criação de HQ, lápis, canetas e folhas de papel ofício A4; **Tempo de duração:** 1h30m. **Descrição da atividade:** Será realizada uma aula expositiva sobre como criar um roteiro com enredo, personagens, etc., bem como o uso de alguns aplicativos para criação de histórias em quadrinhos. Para ajudar na escolha dos personagens para os quadrinhos foi exibido um vídeo “Heróis Negros – Histórias Inspiradoras, com direção de Dana Farias e disponível no Youtube. **Avaliação:** A avaliação acontecerá de forma qualitativa baseada na participação dos alunos na atividade e durante todo o seu processo de organização. Serão considerados as experiências do grupo e as análises que partem dos conceitos apreendidos. Os alunos serão também avaliados a partir dos roteiros que foram criados.

Dado o destaque às partes que compõem a sequência didática pensada nessa dissertação, prosseguimos daqui em diante ao produto gerado ao longo da sua execução na Escola Janira Maia – PE.

#### **4.2 Panorama geral: refletindo sobre os alcances da sequência didática**

Depois de aplicadas as etapas da sequência didática e de posse de conhecimentos sobre o panorama da representação do negro no Segundo Reinado, foi a vez de organizar a produção de histórias em quadrinhos de autoria dos próprios alunos. Ao todo, a EREM Jarina Maia possui cinco turmas de 2º ano do Ensino Médio, etapa da Educação Básica em os alunos estudam o Império Brasileiro na disciplina de História. Decidimos por dividir os alunos em grupos que poderiam contar com um número máximo de cinco componentes, que ficariam encarregados de criarem uma HQ de cunho antirracista, trazendo à sua escrita representação de algum personagem negro que, a princípio, pertence ao Período Imperial, destacando a sua trajetória, mas que também poderia se estender para outros recortes temporais.

Para introduzir essa etapa da aplicação do produto, apresentamos para os alunos o vídeo “Heróis Negros – Histórias Inspiradoras”, com direção de Dana Farias, disponível no Youtube, de forma a introduzir alguns nomes de indivíduos negros que se destacaram na luta negra, principalmente contra a escravidão. Posteriormente, os alunos ficaram encarregados de pesquisar qual personagem iriam selecionar para criar sua HQ, além de um grupo ter ficado responsável por criar um quadrinho contando a história do surgimento do quilombo de Brejinhos. O grupo de alunos encarregados da criação da HQ sobre Brejinhos era oriundo da própria comunidade e participavam do Maracatu Odara, no qual já fizemos referência no segundo capítulo desta dissertação.

Quando um professor pensa uma atividade a ser aplicada na Educação Básica, ele precisa ter em mente que ela pode trazer resultados tanto positivos, quanto negativos, como por exemplo, não contar com a adesão dos alunos na execução da atividade proposta. Estávamos receosos quanto ao andamento da produção do quadrinho, por parte do engajamento dos alunos e pela proposição da atividade ter se dado no quarto bimestre do ano letivo de 2024, prestes a encerrar o ano letivo. Apesar da preocupação, houve engajamento e os grupos formados começaram a trazer as pesquisas sobre os personagens escolhidos. Figuras como Dandara dos Palmares, Luiz Gama, Maria Firmina, e até personalidades ligadas à Literatura, como Machado de Assis, e às Artes, como Aleijadinho, foram lembradas.

Vale ressaltar que abrimos um espaço para destacar a surpresa dos alunos ao saberem que Machado de Assis era negro, pois estudavam sobre ele na disciplina de Língua Portuguesa, liam seus livros, mas não era dado destaque ao fator étnico do escritor. Quando pensamos no impacto dessas pesquisas sobre personagens negros para criação de HQs, refletimos sobre o conhecimento histórico que esses alunos estavam adquirindo de forma ativa e colaborativa. Isso nos fez voltar aos escritos de Certeau (1982), quando preceitua que o conhecimento histórico se constitui a partir de três elementos: lugar social, técnicas e procedimentos de pesquisa e formas de escrita e linguagens. A História enquanto o vivido e enquanto um discurso sobre o outro, assim como a capacidade de produzir esse mesmo discurso por parte do historiador, está diretamente ligada a um lugar social, período ou instituição. Tais fatores corroboram diretamente nas intencionalidades da escrita, não sendo, portanto, algo neutro. É a partir da escrita, envolta nessas intencionalidades, que o passado e seus personagens históricos

ganham sentido, “[...] a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita [...]” (Certeau, 1982, p. 65).

Quando grupos de alunos formados apenas por meninas escolheram escrever sobre Dandara dos Palmares e outro grupo sobre Maria Firmina, entendemos estar diante de uma escrita, no caso a produção de uma HQ, que estava antes de tudo partido de um lugar social das alunas, que se viram representadas na luta de uma mulher negra contra um sistema opressor. Segundo Carneiro (2011, p. 121),

As mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como um subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina.

Certamente, ao se verem representadas nas personagens negras, essas alunas desenvolvem “consciência histórica”, travam uma experiência consistente entre passado e presente, conforme nos propôs Rüsen (2010). Feita tal colocação, voltamos à questão do universo da produção. Certeau (1982) traça uma espécie de passo a passo da produção de um historiador. Como já destacamos anteriormente, inicialmente a escrita parte de um lugar social, institucional. Nessa etapa geralmente os historiadores escrevem pensando na leitura por parte de outros historiadores. De acordo com Certeau (1982, p. 72),

O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada. É o produto de um lugar.

Posteriormente, a escrita da história se constitui em um método, pois é sabido que “[...] a formalização da pesquisa tem, precisamente, por objetivo produzir ‘erros’ – insuficiências, falhas – cientificamente utilizáveis [...]” (Certeau, 1982, p. 85). Esse método é geralmente direcionado pela instituição ao qual o historiador está vinculado. Em nosso caso, foi direcionado pelo docente à medida que íamos montando o roteiro para criação da HQ. Por fim, a produção histórica se transforma em escrita. A escrita seria o ponto final da produção historiográfica, diretamente alinhada com o lugar social e o método. Pontua Certeau (1982, p. 71) que,

Mais genericamente um texto histórico (quer dizer, uma nova interpretação, o exercício de métodos novos, a elaboração de outras pertinências, um deslocamento da definição e do uso do documento, um modo de organização característico, etc.) enuncia uma operação que se situa num conjunto de práticas. Este aspecto é o primeiro. É o essencial numa pesquisa científica. Um estudo particular será definido pela relação que mantém, com outros, contemporâneos, com um "estado da questão", com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos que constituem, com os postos avançados e os vazios determinados como tais ou tornados pertinentes com relação a uma pesquisa em andamento.

A partir dos apontamentos, não nos restam dúvidas de que a escrita histórica é política, subjetiva, envolta em um lugar, pois “[...] antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela [...]” (Certeau, 1982, p. 75). Representar um passado no presente de forma a produzir conhecimento foi objetivo da atividade de produção das HQs durante o desenvolvimento da sequência didática. Como foram várias as produções, iremos destacar três delas no corpo do texto, que julgamos possuírem mais elementos passíveis de serem analisados, e as demais serão apresentadas em anexo ao final da dissertação.

Figura 47 - Capa da HQ “Odara”



Por volta de 1785 existia na região do agreste pernambucano um engenho chamado Imbé. De propriedade do capitão português Antônio Barbosa da Silva, era grande produtor de cana de açúcar e contava com cerca de 200 escravos de origem africana. Assim como em outras propriedades, os escravos viviam em condições precárias e planejavam constantemente fugir e conseguir sua liberdade. Entre esses escravos estava Odara, uma mulher de garra que iria liderar uma grande resistência contra o sistema escravista.

Fonte: Discentes do 2º Ano da Escola Janira Maia, 2024.

A primeira questão a chamar atenção nessa produção foi a escolha do personagem principal. Em uma disciplina que historicamente levou para as salas de aula a história de personagens masculinos, a escolha por uma personagem mulher<sup>6</sup> nos chamou atenção. Logo na capa temos em destaque a personagem “Odara”, que através das suas tramas irá contar o surgimento da comunidade de Brejinhos. O nome da personagem foi escolhido em virtude de na comunidade existir um grupo de maracatu com mesmo nome, “Maracatu Odara”, já descrito no terceiro capítulo.

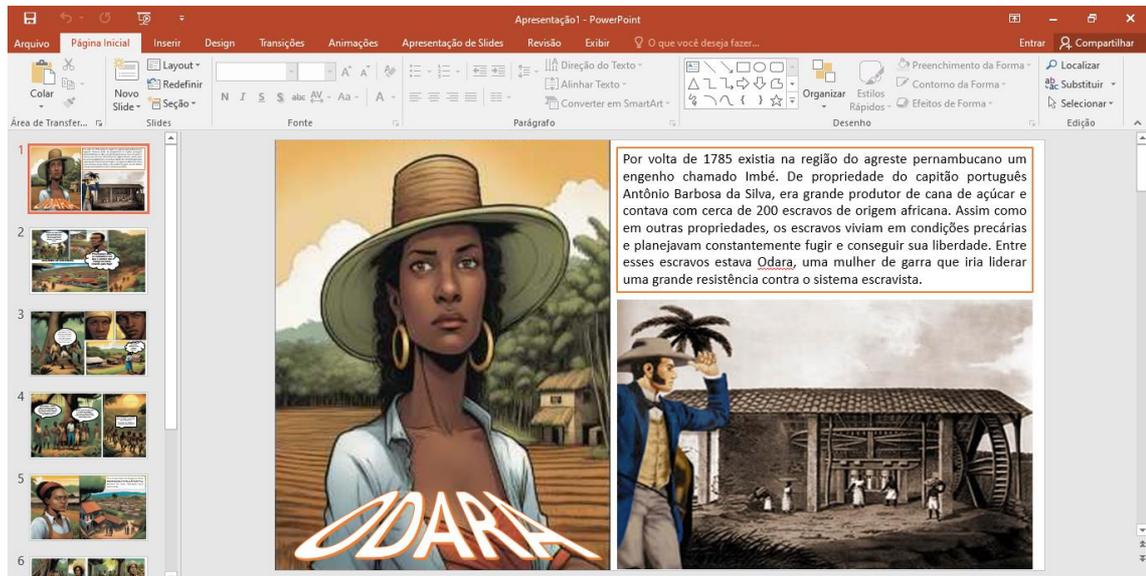
A escolha não se deu por acaso, vários alunos oriundos de Brejinhos são percursionistas ou dançam no grupo de maracatu, o que já demonstra um certo sentimento de pertencimento à comunidade. Odara é uma referência a um orixá do candomblé. Odara é um tipo de EXU, que significa algo infinito, que não tem começo nem fim, é o que a religião acredita como ser o princípio de tudo, o responsável pela criação do homem, e existem diversos tipos de exus. Odara é um exu bom, que é um exu guia, que mostra o caminho para as pessoas, que vai à frente. Na umbanda, Odara também é uma fase do exu, é uma fase boa, que significa quando o exu não está transitando caoticamente. O dicionário iorubá da língua portuguesa relaciona o termo Odara como “bem” ou “estar bem”.

<sup>6</sup> Lei 14.986/24, altera a LDB 9394/03 para incluir a obrigatoriedade de abordar a perspectiva feminina nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio. A lei também institui a Semana de valorização de mulheres que fizeram história, em escolas de educação básica do país.

Ainda em relação à capa produzida para o quadrinho, temos um recordatório com um pequeno resumo sobre as origens da cidade de João Alfredo/PE, onde está localizada tanto a comunidade de Brejinhos quanto a escola Jarina Maia, onde foi aplicada a pesquisa. Além dessa informação, foi utilizada a imagem de uma moenda, fazendo referência ao Engenho que teria dado origem a cidade, chamado “Imbé”, além de um senhor de engenho de nome Antônio Barbosa da Silva, que segundo a história da cidade era o dono do mesmo Engenho.

Tanto na capa quanto no restante da HQ “Odara”, como veremos a seguir, os conceitos estudados ao longo das aulas sobre o sistema escravista no Brasil, a economia do açúcar e do café nos períodos Colonial e Imperial, foram utilizados.

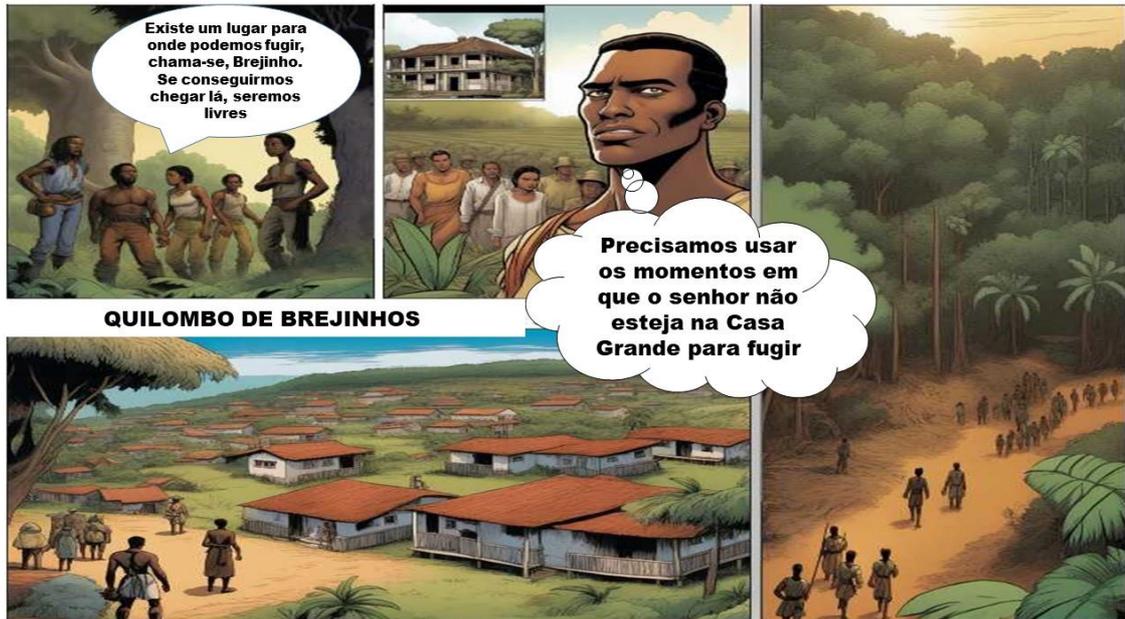
Figura 48 – Processo de Criação da HQ “Odara”



Fonte: Discentes do 2º Ano da Escola Janira Maia, 2024.

Para a criação da HQ “Odara” os discentes fizeram uso de inteligência artificial para a criação das imagens, já que os personagens são fictícios. Para confecção das vinhetas foi utilizado o sistema de PowerPoint, o que explica, de certa forma, a simplicidade dos balões de fala e dos diálogos, o que não prejudicou o entendimento da narrativa nem a aplicação dos conceitos estudados em sala.

Figura 49 – Organizando a Fuga para Brejinhos



Fonte: Discentes do 2º Ano da Escola Janira Maia, 2024.

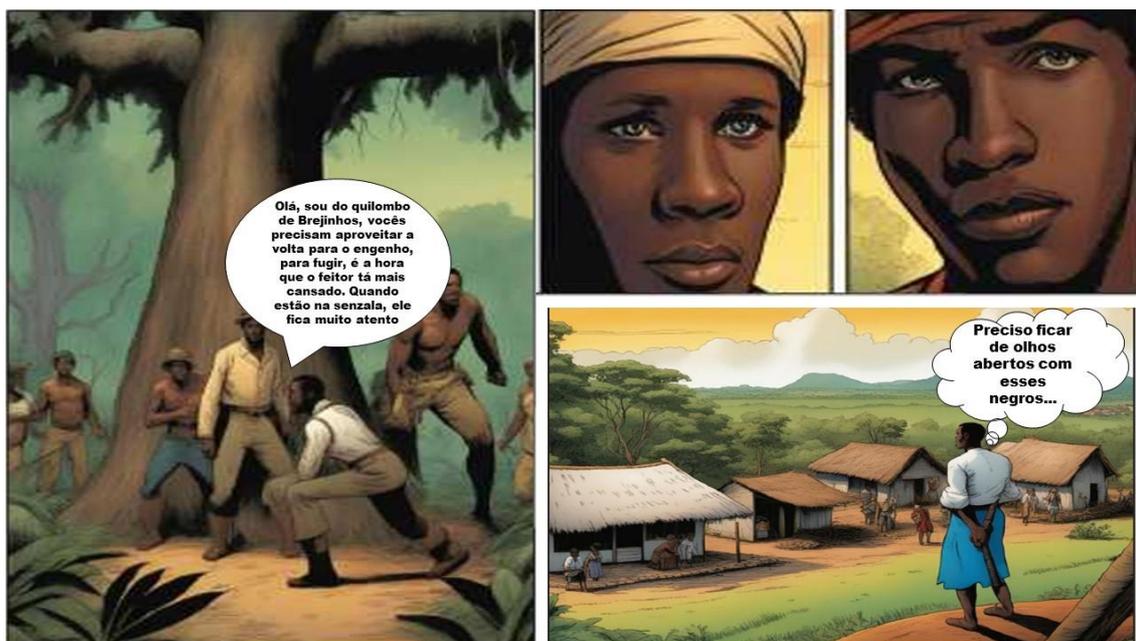
A Figura 49 traz alguns elementos selecionados pelos alunos que chama atenção. Primeiramente, o fato de a HQ não ter narrado propriamente o surgimento do quilombo de Brejinhos, pois na trama ele já existia e a narrativa mostra os escravos do Engenho Imbé se articulando para a fuga (primeiro balão da imagem), que era uma das principais formas de resistência. Ainda na primeira vinheta, percebemos que o personagem responsável pela articulação é uma figura feminina, no caso a escrava Odara, personagem principal da trama. Também nos chama atenção as vestimentas, que trazem cores e um certo estilo mais “moderno”, o que se justifica pelo processo de criação artificial das imagens, haja vista que as roupas utilizadas pelos escravos eram geralmente feitas de algodão, portanto, sem cores, e muitas vezes era o suficiente para cobrir as partes principais do corpo, sem que pudesse existir modelos e formas mais variadas para essas vestimentas.

A primeira vinheta da imagem, na parte inferior, tem uma imagem representando as instalações do quilombo de Brejinhos, a estrutura das casas distorce do que realmente existia nas comunidades quilombolas durante os períodos Colonial e Imperial. Temos na imagem estruturas com tijolos e telhas de alvenaria. Como esses produtos de construção eram acessíveis apenas para a elite mais abastada em virtude de seu valor financeiro, muito provavelmente as habitações dos quilombos utilizavam materiais mais simples como madeira, argila e palhas.

Na segunda vinheta os alunos destacaram outro elemento importante da conjuntura social dos Engenhos, que era a “casa grande” e a figura do “senhor”, que faz referência aos senhores de Engenho, comumente em constante vigilância da sua propriedade. Por fim, a Figura 49 mostra uma possível rota de fuga utilizada pelos escravos, mostra mais adiante como os quilombos surgiam, sendo em sua maioria nas regiões de mata e de difícil acesso, até como forma de proteção contra as tentativas de destruição promovidas pela Coroa Portuguesa.

Mais uma vez, alertamos para o fato das imagens terem sido criadas por meio de aplicativos de Inteligência Artificial (IA), sendo necessário relativizar alguns aspectos dessas reproduções que se apresentam, mas que podem servir de instrumento para problematizar junto aos alunos os indícios anacrônicos que foram observados no produto final.

Figura 50 – Sob a Vigilância do Feitor



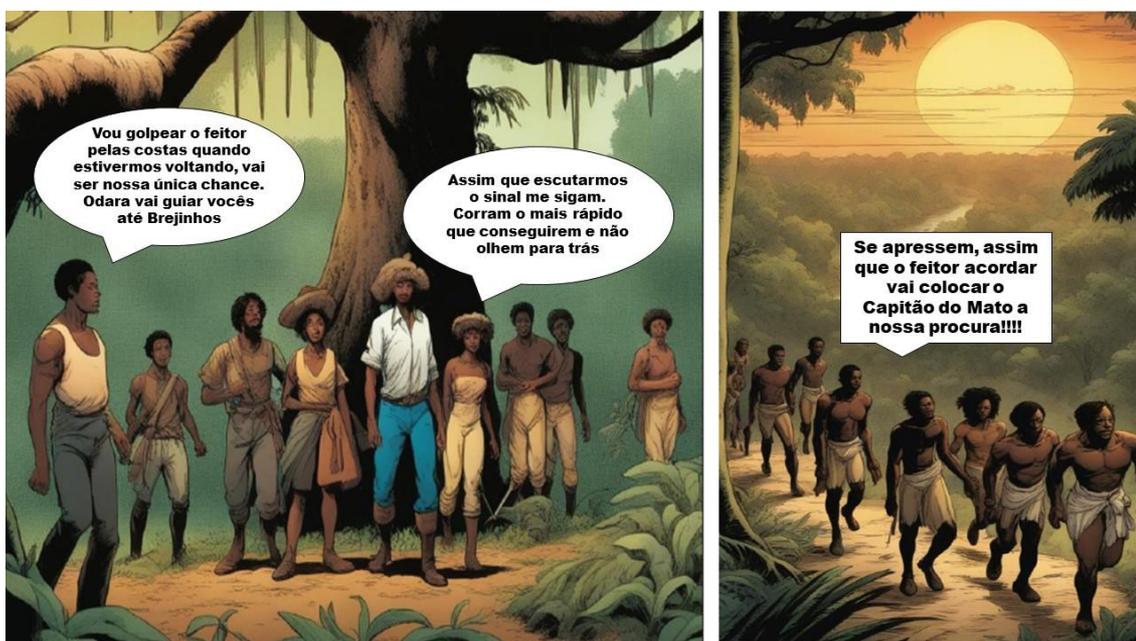
Fonte: Discentes do 2º Ano da Escola Janira Maia, 2024.

Em mais uma passagem da HQ “Odara” temos o desenrolar da organização para a fuga, dessa vez com um personagem que entendemos ser alguém que já era morador de Brejinhos e estava encarregado de mostrar o caminho para os escravos que estavam prestes a fugir. Também notamos mais um conceito estudado em aula aplicado à HQ, o de “feitor”. Os feitores eram intermediários na estrutura da escravidão no Brasil Colonial e Imperial. Eram responsáveis pela supervisão dos

escravizados nas plantações e nas minas, além de gerenciar a produção e assegurar a disciplina entre os trabalhadores.

Os feitores geralmente eram homens livres, muitas vezes de origem mestiça, e podiam ter alguma formação ou experiência na administração. Eles tinham a tarefa de garantir que as ordens dos proprietários de terras fossem cumpridas e eram fundamentais para a manutenção das grandes propriedades rurais. Além disso, os feitores também podiam estar envolvidos na compra e venda de escravizados, agindo em nome dos proprietários. Sua posição era muitas vezes ambígua, pois, embora fossem responsáveis pela disciplina, também estavam sujeitos ao controle dos senhores de escravos.

Figura 51 – Fuga dos Escravos



Fonte: Discentes do 2º Ano da Escola Janira Maia, 2024.

A trama da HQ vai se desenrolando com os escravos na trilha rumo ao engenho de Brejinho. Dessa vez há a citação da figura do “capitão do mato”, novamente estudado em aula. O capitão do mato era um personagem importante na estrutura da escravidão no Brasil. Ele tinha a função de capturar escravizados que haviam fugido, além de agir como um agente de vigilância e controle nas fazendas e áreas urbanas. Os capitães do mato geralmente eram homens livres, muitos deles indígenas ou mestiços, e recebiam remuneração por seus serviços, que incluíam perseguir os fugitivos e levá-los de volta aos seus senhores. Em algumas situações

podiam também atuar como intermediários na venda de escravizados. A figura do capitão do mato simboliza a brutalidade e a repressão do sistema escravagista, sendo uma representação da violência e do medo que permeavam a vida dos escravizados no Brasil.

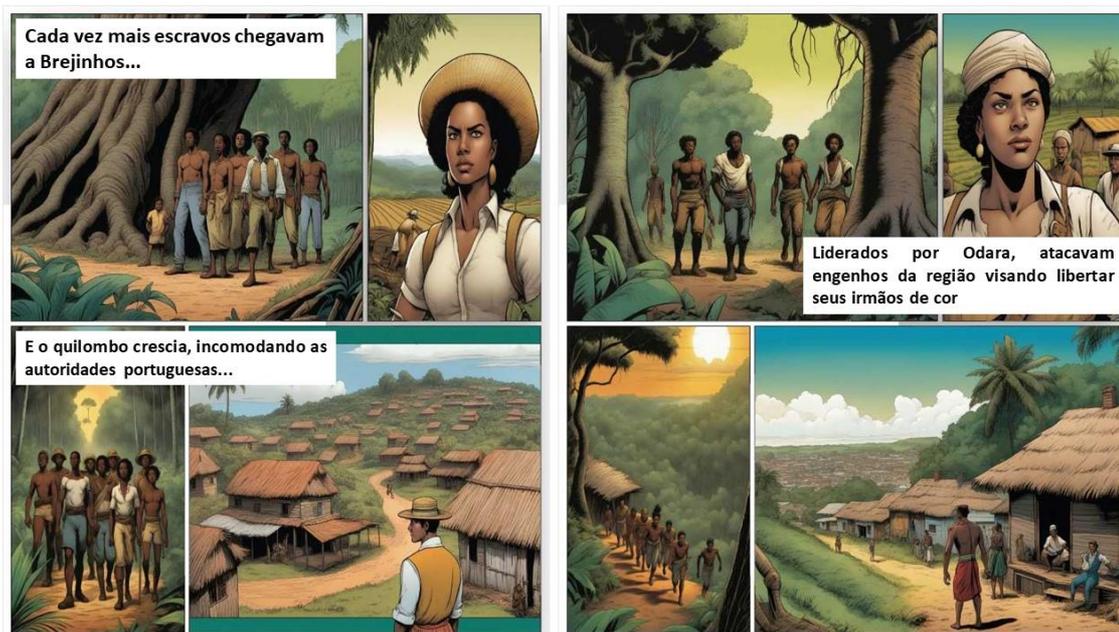
Figura 52 – Um Sonho de Liberdade



Fonte: Discentes do 2º Ano da Escola Janira Maia, 2024.

Na passagem apresentada acima, os alunos se utilizaram do conceito de liberdade ligado ao fato de os escravos que chegavam aos quilombos passarem a viver em uma relativa “liberdade”, embora juridicamente a sua condição não tenha mudado, em sua grade maioria.

Figura 53 – Lutas Nos Quilombos



Fonte: Discentes do 2º Ano da Escola Janira Maia, 2024.

Aqui novamente os alunos aplicaram os conhecimentos adquiridos em aula, quando destacaram as várias tentativas de destruição que os quilombos sofriam. Durante o período Colonial e Imperial no Brasil, os quilombos foram alvo de intensos ataques por parte das autoridades do Império Brasileiro. Esses ataques tinham como objetivo destruir os refúgios de resistência negra, considerados uma ameaça à ordem social e econômica. É preciso destacar que muitos dos remanescentes dessas comunidades fugidas formaram núcleos urbanos e rurais, mantendo suas culturas e formas de resistência, como foi o caso da comunidade de Brejinhos, na atualidade.

Segundo nas análises das produções dos discentes, temos mais uma HQ cujo personagem central é uma mulher, Dandara dos Palmares. A escolha da personagem não se deu de forma despreziosa, conforme já evidenciamos anteriormente, pois o grupo era formado todo por mulheres. Para a confecção das imagens da HQ, a aluna do grupo responsável pela quadrinização afirmou ter utilizado o aplicativo “Canva”. Esse aplicativo permite que o usuário faça uma descrição das características desejáveis para o personagem e após o comando as imagens são geradas. Segundo a aluna, na descrição ela pediu que o aplicativo gerasse uma imagem de Dandara dos Palmares, mas o aplicativo não conseguiu, por não haver nenhuma referência da aparência dessa personagem em seu banco

de dados, embora sejam encontradas informações sobre ela na internet em multiplicidade. Como resultado, o aplicativo gerou uma imagem de uma personagem negra e, mais uma vez, aspectos anacrônicos podem ser debatidos para o resultado, a exemplo das vestimentas.

Dandara dos Palmares foi uma figura emblemática da resistência à escravidão no Brasil colonial, apesar dos historiadores terem poucas informações sobre ela simbolizando a luta pela liberdade. Nascida em um contexto marcado pela opressão e pelo sofrimento imposto aos escravizados, Dandara era filha de escravos e teria chegado a Palmares ainda criança. Com o passar do tempo passou a se destacar como uma líder no quilombo, inclusive ajudando nas lutas de resistências contra as incursões portuguesas. Dandara não apenas participou da luta armada contra as forças coloniais, mas também foi uma figura central na organização do quilombo, contribuindo para sua estrutura social e política. Sua coragem e determinação a tornaram uma líder respeitada, e seu papel foi crucial na defesa do quilombo contra os constantes ataques das autoridades coloniais.

Dandara é frequentemente lembrada não apenas por suas habilidades de combate, mas também por seu papel como mulher em uma sociedade patriarcal, desafiando as estruturas do período. Ela é um símbolo de empoderamento e de luta pela igualdade, inspirando gerações de ativistas e movimentos sociais que buscam justiça e direitos humanos. A história de Dandara dos Palmares, que se entrelaça com a de outros líderes do quilombo, como Zumbi dos Palmares, com quem ela teria sido casada, ressalta a importância da resistência negra na construção da identidade brasileira. Sua vida e legado continuam a ser celebrados, lembrando a todos que a luta pela liberdade e pela dignidade é uma batalha que transcende gerações. Inclusive, seu nome foi incluído no livro de heróis e heroínas da pátria em 24 de abril de 2019, através da Lei nº 13.816.

Figura 54 – HQ Sobre Dandara dos Palmares

# HISTÓRIA DE DANDARA DOS PALMARES



Fonte: Discentes do 2º Ano da Escola Janira Maia, 2024.

Conforme se observa na HQ acima, houve um trabalho de pesquisa em relação à história de Dandara, que conforme anunciado teria rejeitado o acordo

costurado por Ganga Zumba com os portugueses, não concordando com seus termos. Acredita-se ainda que ela tenha exercido forte influência para que Zumbi também os rejeitasse. No ano de 1678, Ganga Zumba foi assassinado, Zumbi tornou-se líder do quilombo e o acordo não foi concretizado. Após esses eventos, em uma das tentativas portuguesas de destruir Palmares, Dandara teria sido capturada e para não voltar à condição de escravizada cometeu suicídio, se atirando de um precipício.

Dando continuidade à apresentação de algumas das produções dos discentes, chegamos a um terceiro quadrinho, que faz referência à história de Luiz Gama. O uso de IA também foi o caminho para a geração de imagens e o aplicativo “Canva” para a criação das vinhetas. Os discentes fizeram um resumo da vida de um dos personagens negros de maior destaque na luta contra a escravidão durante o período Imperial. Vejamos.

Figura 55 – HQ Sobre Luiz Gama



1. *Luís Gama era filho de um português e uma escrava livre.*
2. *Quando tinha 10 anos ele foi vendido pelo seu pai.*
3. *Mas quando cresceu conseguiu fugir do cativoiro e comprovar seu direito a liberdade.*
4. *Ele conseguiu se formar em advocacia, ele também era jornalista e escritor.*
5. *Ele era abolicionista radical e utilizando de seus conhecimentos como advogado conseguiu libertar diversos negros da escravidão.*

As vinhetas apresentaram as principais informações sobre a história da luta de Luiz Gama dentro do contexto do sistema escravista. Luiz Gama (1830-1882) foi um dos maiores nomes na luta contra a escravidão no Brasil, sendo um dos pioneiros do movimento abolicionista. Nascido livre em Salvador, Bahia, mas com uma trajetória marcada pela injustiça, ele passou parte de sua vida como escravo, condição imposta a ele após ser vendido ainda criança. Filho de uma mulher africana e um homem branco, Gama foi durante parte de sua infância registrado como "liberto", mas devido a uma série de infortúnios e trapaças legais, acabou sendo escravizado. Aos 18 anos, após uma série de reveses legais e administrativos, foi alforriado, mas não sem antes ter vivenciado a dura realidade da escravidão.

Sua experiência como escravo foi um fator crucial para a formação de seu caráter e para a luta pela liberdade do seu povo. Sem ter tido uma educação formal, ele aprendeu a ler e escrever por conta própria, destacando-se como autodidata e adquirindo uma sólida formação jurídica que lhe permitiu advogar em casos de liberdade. Luiz Gama usou a sua inteligência e eloquência para questionar e combater as injustiças do sistema escravista. Sua habilidade como orador e a sua sólida compreensão das leis da época tornaram-no uma figura respeitada, apesar da sua origem e das limitações impostas pela sociedade.

Além de advogado, Gama também foi escritor e jornalista. Através de seus artigos, publicações e discursos, ele denunciou as atrocidades da escravidão e se tornou uma voz ativa na imprensa abolicionista. Gama utilizou sua pena afiada para incitar a opinião pública e pressionar as autoridades sobre a necessidade urgente de abolir a escravidão, levando a mensagem de que a liberdade era um direito inalienável, tanto para negros quanto para todos os oprimidos.

Sua vida e obra permanecem como um exemplo de como a educação, o conhecimento e a coragem podem ser ferramentas poderosas de transformação social, e ele continua a ser uma figura fundamental na história do Brasil, especialmente no que diz respeito à luta pela abolição da escravidão e pela igualdade racial. Foi justamente a sua história que chamou a atenção de alguns grupos de alunos, haja vista que outras HQs também foram produzidas sobre esse personagem.

Importante destacar alguns pontos quanto à produção das HQs pelos alunos. Primeiramente, com relação aos recursos utilizados, todos os grupos fizeram uso de

celular próprio para a produção, o que faz com que as imagens percam um pouco a qualidade quando ampliadas. Também não estamos falando de quadrinistas profissionais, por isso mesmo o uso da IA para a construção das imagens acabou sofrendo algumas distorções temporais.

Certamente, para o professor de História o elemento anacrônico pode e deve ser objeto de problematizações, o que ajuda a corrigir determinadas imagens. Esse foi um ponto observado no resultado dos quadrinhos ao final da sequência didática e que achamos por bem apresentar, pois sendo a sequência didática executada, temos que ter em mente que cada sala de aula é um organismo vivo, e que poderá produzir resultados diversos, cabendo a cada docente saber avaliar e tratar os seus resultados, a exemplo do elemento anacrônico que pode ser instrumento de debate e aprendizado.

Apesar da questão da construção das imagens por meio da IA, reiteramos e alertamos para a necessidade de maiores discussões acerca desses recursos em sala de aula. Lembramos que a nossa intenção na dissertação é a construção da sequência didática, por isso mesmo destacamos que após a definição dos personagens e roteiros, os alunos tiveram uma semana para entregar as produções, o que chama atenção para o bom andamento da atividade. No momento da entrega das HQs os comentários sobre as dificuldades para produzir e sobre a surpresa com a história dos personagens nos fez pensar que a atividade contribuiu para o aprendizado dos alunos.

Destacamos também que esse é um trabalho inicial, feito em uma turma de 2º Ano do Ensino Médio, que já gerou resultados positivos, pois despertou interesse e desejo pelo debate étnico-racial, tão fundamental para constituição de seres pensantes, críticos e responsáveis na luta por equidade. Quando encerramos a aplicação da sequência didática nos veio à mente uma passagem de Bell Hooks (2017, p. 34-35) dentro da perspectiva da pedagogia engajada, que valoriza a expressão dos alunos através da sua participação direta nas atividades.

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula, em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado, será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo.

Não nos restam dúvidas de que o processo de estudo da representação dos negros durante o Segundo Reinado brasileiro através da leitura e produção de HQs foi algo que gerou um impacto diferente se relacionado a uma aula nos moldes tradicionais. Não foi só mais um assunto estudado, foi um conteúdo que ganhou vida a partir das produções dos alunos. Por fim, dizemos que essa troca de conhecimento que se estabeleceu ao longo da sequência didática foi algo que nos impactou na qualidade de professor, na medida em que ressignificamos a nossa metodologia de aula e percorremos caminhos didáticos outros para o ensino de História.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa e escrita dissertativa acreditamos ter atingido o objetivo de entender determinadas representações dos papéis sociais ocupados pelos negros no Império Brasileiro e de como isso pode servir de reflexão para a constituição da identidade negra na atualidade. O uso do recurso Histórias em Quadrinhos (HQs) foi fundamental para a configuração da sequência didática, sendo selecionadas para isso duas obras base, “As Barbas do Imperador [...]” e “Grandes Figuras em quadrinhos [...]”.

É preciso destacar que as HQs em questão se enquadram, por suas características, como obras de bases tradicionais, anunciando uma história política e econômica do período, tendo por foco um personagem central, o monarca – homem branco e da elite -, em detrimento de outras camadas da sociedade imperial. Contudo, ainda que o cenário das HQ's fosse esse, a ideia foi realizar uma leitura às avessas, o que nos permitiu uma análise crítica e particular da temática étnico-racial e da representação do negro no século XIX brasileiro.

As questões levantadas sobre o papel das HQs enquanto fontes históricas e instrumentos pedagógicos mostraram-se pertinentes, não no sentido de um material didático infalível, mas sim de um meio possível, entre tantos outros, de contribuir com as abordagens de períodos e personagens históricos nas aulas de História. Em uma realidade que nos foi apresentada, com um público jovem com poucos hábitos de leitura, o contato com duas obras em quadrinhos acabou sendo mais uma oportunidade para estes jovens terem acesso a outras formas de abordagens do conteúdo histórico, para além dos livros didáticos já empregados em sala de aula. Notamos um interesse maior por parte dos estudantes durante as aulas em que a sequência didática foi aplicada e uma atenção mais acentuada com a forma de narrativa em quadrinhos, inclusive relacionando algumas passagens das obras com suas próprias realidades. As aulas se desenrolaram com maior fluidez se comparadas com as que utilizamos aulas expositivas ou mesmo leituras a partir do livro didático. Entretanto, no que diz respeito a questão do hábito de leitura, ou sua quase ausência, que nos inquietou de início, não conseguimos vislumbrar grandes avanços, haja vista se tratar de uma prática que requer sequência e continuidade.

Ao abordar as representações das imagens dos negros anunciadas nas HQ's, acreditamos termos aguçado a curiosidade, especialmente, de um grupo de jovens

que são pertencentes a comunidade quilombola de Brejinhos, assistidos pela Escola de Referência Jarina Maia, localizada na cidade de João Alfredo/PE , no qual identificamos nestes e na comunidade escolar de forma geral, um dado desconhecimento acerca da história da população negra na região, dentre os quais as origens da comunidade quilombola, elo propulsor de um sentido de pertencimento, memória e identidade de um povo. Mediante tal problema, buscamos na sequência didática, uma estratégia metodológica para se chegar ao debate étnico-racial e a representação do negro no Império Brasileiro, como forma de somar esforços em torno de uma proposta de educação antirracista.

Não temos dúvidas que a problemática em torno da memória e identidade quilombola é algo que extrapola os limites dessa pesquisa, no sentido de ser necessário um trabalho continuado e direcionado pela escola e em diálogo com outras áreas do conhecimento. Portanto, temos ciência que não chegamos ao final com o problema resolvido, mas contribuímos de certo modo para sua reflexão. Conhecer as origens históricas da comunidade de Brejinhos em João Alfredo/PE permanece uma lacuna a ser investigada mais profundamente, o que abre portas para novas pesquisas.

Pesquisas e estudos no campo do Ensino de História são fundamentais para aprimorar a prática pedagógica e enriquecer o trabalho do professor em sala de aula. Essas investigações permitem a reflexão sobre metodologias, recursos didáticos e abordagens que tornam o aprendizado mais significativo e crítico para os estudantes, no nosso caso, através da utilização dos recursos das histórias em quadrinhos. Ao compreender como os alunos constroem seu conhecimento histórico, o professor pode adaptar suas estratégias, promovendo uma educação que valoriza a diversidade de perspectivas, a análise de fontes e o desenvolvimento do pensamento histórico. Além disso, pesquisas nessa área contribuem para a formação continuada dos docentes, incentivando a inovação e a superação de desafios cotidianos, como a desmotivação dos alunos ou a complexidade de temas sensíveis. Dessa forma, o impacto desses estudos reverbera diretamente na qualidade do ensino, formando cidadãos mais conscientes e críticos em relação ao passado e ao presente.

Conforme já apontamos, não encaramos as HQ's como algo que viesse trazer tão somente resultados positivos, pois sabemos que estaríamos diante de um universo de subjetividades que dizem respeito a como os alunos/as encaram o

trabalho junto a aula de História, tendo tal recurso como possibilidade. Para além, achamos pertinente reforçar o fato de que as peculiaridades dos quadrinhos brasileiros, suas vastas abordagens e temáticas podem ser usadas não só em aulas de História, como em outras disciplinas da Educação Básica.

Nesse sentido, a sequência didática, foi sendo pensada também em articulação com outros suportes didáticos metodológicos, a saber - filme, aula expositiva, pesquisa, construção de saberes -, sendo o seu conjunto de ações planejadas, importante para promover a aprendizagem de forma mais dinâmica, uma vez que ao vivenciarmos a sua execução em sala de aula, não só percebemos o envolvimento dos estudantes com o que vinha sendo proposto, como também nos obrigamos a sair da nossa zona de conforto enquanto professor/pesquisador que pensa o ensino de História. O resultado das HQs por parte dos estudantes em torno do tema étnico-racial foi bastante positivo, uma vez que avaliamos ter existido uma apropriação do conteúdo histórico – Segundo Reinado –, mas também um aprofundamento no que pese ao debate das identidades e da representação do negro na construção social do nosso país, entre os quais o negro quilombola. Essa experiência de criação foi, sem sombra de dúvidas, um elemento central para o processo de ensino-aprendizagem, estimulando a reflexão crítica, elemento primordial do componente de História.

Por fim, destacamos a metodologia utilizada, dividindo os alunos em grupos, fez com que a atividade se desenvolvesse de forma colaborativa, fazendo com que recebêssemos mais de dez produções, com os mais variados estilos. Os personagens escolhidos foram diversos, desde a história da capoeira, passando pela literatura e artes, com Machado de Assis e Aleijadinho. A presença da mulher negra nas produções também se mostrou positiva, pois deu voz a personagens que a história oficial deixou às margens. Em suma, foi uma experiência que contribuiu para o aprendizado dos alunos, mas também fortaleceu nossas concepções enquanto professor, pois percebemos que há possibilidades diversas de pensar a abordagem dos conteúdos de História em sala de aula, contribuindo para um processo de ensino-aprendizagem dinâmico e colaborativo.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Angelo; CARDOSO, Athos Eichler (Org.). **As Aventuras de Nhô-Quim & Zé Caipora**: os primeiros quadrinhos brasileiros 1869-1883. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.

BARBIERI, Daniele. **As Linguagens dos Quadrinhos**. Tradução de Thiago de Almeida Castor Amaral. São Paulo: Peirópolis, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Saúde. **Anuário do Museu Imperial**. Volume 1. Petrópolis, 1940.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/1996**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 06 jan. 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.639**, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>. Acesso em: 06 jan. 2025.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: SECAD/ME, 2004.

BRUNELO, Leandro; SILVA, Karla Maria da. Ensino de história e temas sensíveis: a homossexualidade abordada nas histórias em quadrinhos (HQs). In: \_\_\_\_\_. MAIA, Paulo Roberto de Azevedo (Org.); RAMOS, Márcia Elisa Teté. **Linguagens e Narrativas Históricas na Sala de Aula**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

CAETANO, Érica. Mangá. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/artes/o-que-e-manga.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: \_\_\_\_\_. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.** Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHINEN, Nobu. **O Negro nos Quadrinhos do Brasil.** São Paulo: Peirópolis, 2019.

COSTA, Emília Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. In: \_\_\_\_\_. **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História UFRGS, Porto Alegre,** n. 10, p. 7-22, dez. 1998.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PERNAMBUCO. **Culturas Africanas e Culturas dos Povos Indígenas.** In: \_\_\_\_\_. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PERNAMBUCO. **Trilha Diversidade Cultural e Território: Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.** Recife, PE, 2024.

DORIGAN, Micheli Longo. O Pensamento Racial Brasileiro na Obra de Lilia Schwarcz. **Revista Vernáculo,** Maringá, n. 47, p. 6-23, 2021.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Maria Margarida Dias. **Sequências didáticas para o ensino de História.** Ananindeua, PA: Editora Cabana, 2022.

GALUCH, Maria Terezinha Bellanda; SILVA, Cleonice Aparecida Raphael da. **História & Ensino,** Londrina, v. 25, n. 1, p. 227-252, jan-jun. 2019.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: da Independência do Brasil à Lei Áurea.** 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

GUTEMBERG. As estampas de Rudolph Topffer, **Blog do Gutemberg,** 06 de julho de 2011. Disponível em: <<https://blogdogutemberg.blogspot.com/2011/07/as-estampas-de-rudolph-topffer.html>>. Acesso em: 06 jan. 2025.

HALL, Stuart. Identidade Cultura e Diáspora. **Comunicação & Cultura,** n. 1, p. 21-35, 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade.** 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LEMOV, Doug. **Aula Nota 10: 49 Técnicas Para Ser um Professor Campeão de Audiência.** Tradução de Leda Beck. São Paulo: Da Boa Prosa: Fundação Lemann, 2011.

LOVETRO, José Alberto. "Quadrinhos Além dos Gibis". In: \_\_\_\_\_. **História em Quadrinhos: Um Recurso de Aprendizagem.** Salto para o Futuro, TV Escola, 2011.

LUYTEN, Sonia M. Bibe. **História em Quadrinhos: Um Recurso de Aprendizagem.** Salto para o Futuro, TV Escola, 2011.

LUYTEN, Sonia M. Bibe. Quadrinhos na sala de aula. In: \_\_\_\_\_. **História em Quadrinhos: Um Recurso de Aprendizagem**. Salto para o Futuro, TV Escola, 2011.

MIRANDA, Nair da Rocha. ROSSO, Nico. **D. Pedro II o Magnânimo. Grandes Figuras em Quadrinhos**. Rio de Janeiro: EBAL, 1959.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma História Feita por Mãos Negras: Relações Raciais, Quilombos e Movimentos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez.1993.

OLIVEIRA, Filipe. Desenho humorístico de caráter crítico. **EDUCA+BRASIL**, 20 março de 2019. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/cartum>>. Acesso em: 06 jan. 2025.

PINTO, Tales dos Santos. A prática carnavalesca do entrudo. **Mundo Educação**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/carnaval/a-pratica-carnavalesca-entrudo.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2025.

POSTEMA, Barbara. **Estrutura Narrativa nos Quadrinhos: Construindo Sentido a Partir de Fragmentos**. Tradução de Gisele Rocha. São Paulo: Peirópolis, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: \_\_\_\_\_. LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REIS, Diego dos Santos. A Colonialidade do Saber: Perspectivas Decoloniais para Repensar a Univers(al)idade. **Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 43, 2022.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora UNB, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Descolonizar: Abrindo a História do Presente**. Tradução de Luis Reyes Gil. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora; São Paulo, SP: Boitempo, 2022.

SANTANA, Ana Lucia. Graphic Novel. **Info Escola**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/literatura/graphic-novel/>>. Acesso em: 06 jan. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

\_\_\_\_\_. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II um Monarca nos Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_.; SPACCA. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, a História de um Monarca em Quadrinhos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. **Retrato em Branco e Preto:** Jornais, escravos e cidadania em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociabilidade brasileira. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Keliene Christina da. Ensino de História, Histórias em Quadrinhos e Fake News: Uma Experiência com o Aplicativo Cômica. In: \_\_\_\_\_. LEITE, Priscila Gontijo (Org.); BORGES, Cláudia Cristina do Lago; JUNIOR, Arnaldo Martin Szlachta. **Ensino de História, Tecnologias e Metodologias ativas:** Novas Experiências e Saberes Escolares. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

SILVA, Daniel Neves. Dandara dos Palmares. **Brasil Escola.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historia/dandara-dos-palmares.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2025.

SOUZA, Warley. Charge. **Brasil Escola.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/redacao/charges.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2025.

TEIXEIRA, Múcio. **O negro da Quinta Imperial.** Rio de Janeiro, RJ: Jornal do Brasil, 1926.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Panorama das Histórias em Quadrinhos no Brasil.** São Paulo: Peirópolis, 2017.

\_\_\_\_\_. Uso dos HQ's no Ensino. In: \_\_\_\_\_. BARBOSA, Alexandre. *et al* (Orgs.). **Como usar as Histórias em Quadrinhos em Sala de Aula.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – SEQUÊNCIA DIDÁTICA



ESCOLA DE REFERÊNCIA JARINA MAIA – JOÃO ALFREDO/PE  
 PROFESSOR: Izaías da Silva  
 COMPONENTE CURRICULAR: História  
 ANO LETIVO: 2024

### “A Representação do Negro no Segundo Reinado Brasileiro”.

<b>Temática:</b>	<b>História, escravidão e resistências.</b>
<b>Turma para Aplicação:</b>	2ª (Ensino Médio).
<b>Faixa Etária:</b>	Jovens entre 16 e 17 anos idade.
<b>Tempo de duração:</b>	10 aulas, em blocos de duas aulas de 50 minutos cada.
<b>Objetivo Geral:</b>	<p>Apreender a representação dos negros durante o Segundo Reinado brasileiro, observando a importância destes para os aspectos econômicos, político e sócio culturais do período. O debate do conceito de representação se fez necessário para uma leitura mais significativa dos quadrinhos e do desenvolvimento de uma educação de base antirracista, tomando como problemática inicial, o diálogo existente entre uma representação do negro no Império brasileiro e os alunos quilombolas da Comunidade de Brejinho- PE.</p>
	<p>A sequência didática visa proporcionar aos estudantes do Segundo Ano uma reflexão sobre o papel dos negros no Brasil durante o Segundo Reinado (1840-1889), com ênfase em suas formas de resistência, como os quilombos, e a construção de um conhecimento histórico que contemple as desigualdades e injustiças desse período. A escolha do tema está diretamente relacionada à necessidade de revisitar o passado do país, compreendendo a escravidão e a resistência negra dentro de um contexto social e econômico que, ainda hoje, reverbera em questões de racismo estrutural e desigualdade social.</p> <p>A escravidão no Brasil, que perdurou até 1888, foi um dos</p>

**Justificativa:**

pilares fundamentais para o desenvolvimento da sociedade colonial e imperial. Durante o Segundo Reinado, os negros representavam uma grande parte da população, sendo essencialmente vistos como força de trabalho nas lavouras de café, nas indústrias emergentes e até nas cidades, mas sempre à margem das condições de dignidade e liberdade. Ao focar nas formas de resistência, como os quilombos e as primeiras manifestações abolicionistas, busca-se evidenciar a ação e o protagonismo dos negros, que, mesmo sob opressão, lutaram por sua liberdade e por um futuro mais justo.

Essa abordagem é importante não apenas para enriquecer o conhecimento histórico dos alunos, mas também para provocar uma reflexão crítica sobre o impacto da escravidão e a construção de um Brasil que ainda carrega as marcas desse período. A resistência dos negros não se deu apenas por meio de ações armadas, mas também por meio de movimentos culturais, como a preservação de tradições africanas, e o surgimento de novas formas de organização social, com destaque para os quilombos. O Quilombo de Brejinhos, em Pernambuco, é uma referência na atualidade, mostrando que a luta pela preservação da identidade e da cultura negra continua viva.

A utilização das histórias em quadrinhos (HQs), como “As Barbas do Imperador: D. Pedro II – A História de um Monarca em Quadrinhos”, e “Grandes Figuras Históricas...” é um recurso pedagógico que visa aproximar os alunos de uma linguagem acessível e dinâmica, permitindo que o estudo de temas complexos, como a escravidão e a resistência, se torne mais envolvente e crítico. As HQs serão analisadas à luz das questões de representação racial e do lugar social do negro, incentivando os alunos a questionar as formas históricas e contemporâneas de racismo e exclusão.

Além disso, a realização de atividades práticas, como a produção de histórias em quadrinhos com temáticas étnico-raciais, permite que os alunos não apenas adquiram conhecimento sobre a história dos negros, mas também expressem suas próprias interpretações e reflexões sobre o tema. A criação de roteiros que abordem a resistência negra incentiva a criatividade e a reflexão crítica, alinhada com a proposta de uma educação antirracista.

Portanto, essa sequência didática não só contribui para o entendimento histórico da escravidão e da resistência negra no Segundo Reinado, mas também promove a construção de uma identidade crítica e inclusiva, em que os alunos possam refletir sobre as questões étnico-raciais do Brasil atual e a importância de valorização da cultura negra e do combate ao racismo.

**Área curricular:**

História;

<b>Conteúdos:</b>	<b>Segundo Reinado, configuração política e econômica; Escravidão e movimentos de resistência - cultural, política e religião; Representação negra na História, século XIX.</b>
<b>Habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):</b>	EF06HI05: Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas. EM13CHS101: Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, psicológicos, sociais, ambientais e culturais. EM13CHS502: Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e proporções que promovem os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

<b>SEQUNÊNCIA DIDÁTICA</b>	
<b>Aula 1 e 2: Escravidão e Resistência Durante o Segundo Reinado Brasileiro</b>	
<b>Objetivos</b>	Analisar a dinâmica da escravidão e os diferentes tipos de resistência desenvolvidos por escravizados no Brasil durante o Segundo Reinado (1840-1889). Ao explorar tais fatores, acabamos por debater também o contexto político, econômico e social da época, de modo a perceber o espaço tempo de maneira processual, até se chegar a abolição da escravidão.
<b>Materiais didáticos:</b>	Texto informativo (folha impressa); projetor de slides; computador com acesso à internet; quadro branco e pincel.
<b>Duração:</b>	1h e 30m.
<b>Motivação prévia:</b>	Pinturas que retratam a dinâmica social da escravidão no Brasil. As imagens a seguir foram disponibilizadas para os alunos de forma impressa bem como apresentadas através de data show possibilitando uma maior visualização dos detalhes, e potencializando o debate.
<b>Descrição da atividade:</b>	Os alunos receberão as imagens impressas e farão análises escritas das obras observando o lugar social que as representações dão aos indivíduos negros. No segundo momento alguns alunos farão a exposição das suas análises para a turma de forma a iniciar o debate.
<b>Intervenções:</b>	Qual é a representação do negro durante o Segundo Reinado Brasileiro? Quais as principais formas de resistência a escravidão utilizadas pelos povos negros no período? Qual o papel do negro no início do movimento abolicionista no Brasil?
<b>Avaliação:</b>	A avaliação acontecerá de forma qualitativa baseada na participação dos alunos em sala de aula e durante as discussões em grupo.
<b>Imagens Utilizadas nas Aulas</b>	Imagem 1: Empregado do governo saindo a passeio (Debret, 1835) Imagem 2: Feitores Castigando Negros (Debret, 1835) Imagem 3: Mercado da rua do Valongo (Debret, 1835) Imagem 4: Um Jantar Brasileiro (Debret, 1827) Imagem 5: Uma Senhora Brasileira em Seu Lar (Debret, 1835)

### Aula 3 e 4: Formas e Traços das Histórias em Quadrinhos

<b>Objetivo:</b>	Apresentar as principais características das histórias em quadrinhos de forma a introduzir os alunos nesse tipo de leitura.
<b>Materiais didáticos:</b>	HQ: “As Barbas do Imperador: D. Pedro II a História de um Monarca em Quadrinhos”.
<b>Tempo de duração:</b>	1h 30 minutos.
<b>Motivação prévia:</b>	Será requerida a observação da representação dos negros ao longo da HQ.
<b>Descrição da atividade:</b>	Os alunos receberão cópias da HQ “As Barbas do Imperador...” em formato de PDF e farão a leitura em sala, destacando de forma escrita como os negros são representados ao longo da narrativa.
<b>Intervenção:</b>	Como os negros são representados na história em quadrinho? É possível fazer um paralelo com as imagens analisadas na aula anterior?
<b>Avaliação:</b>	Será observada a participação, envolvimento e atenção dos alunos durante a leitura da HQ.

### Aula 5 e 6: Formas e Traços das Histórias em Quadrinhos.

<b>Objetivo:</b>	Apresentar as principais características das histórias em quadrinhos de forma a introduzir os alunos nesse tipo de leitura.
<b>Materiais didáticos:</b>	HQ: “Grandes Figuras em Quadrinhos: D. Pedro II, O Magnânimo”.
<b>Tempo de duração:</b>	1h 30 minutos.
<b>Motivação prévia:</b>	Será requerida a observação da representação dos negros ao longo da HQ.

<b>Descrição da atividade:</b>	<b>Os alunos receberão cópias da HQ “As Barbas do Imperador...” em formato de PDF e farão a leitura em sala, destacando de forma escrita como os negros são representados ao longo da narrativa. Também será requerida que os alunos atentem para as características da produção das imagens, fazendo um comparativo com a HQ “As Barbas do Imperador...”</b>
<b>Intervenção:</b>	Como os negros são representados na história em quadrinho? É possível fazer um paralelo com as imagens analisadas na aula anterior?
<b>Avaliação:</b>	Será observada a participação, envolvimento e atenção dos alunos durante a leitura da HQ.

### **Aula 7 e 8: Mesa Redonda - Quilombo Ontem e Hoje.**

<b>Objetivo:</b>	Discutir a organização dos quilombos do Brasil e de Pernambuco como forma de resistência a escravidão e à colonização.
<b>Materiais didáticos:</b>	Som, microfone, projetor de slides;
<b>Tempo de duração:</b>	1h 30 minutos.
<b>Motivação prévia:</b>	Exibição do Episódio 2 da série “Guerras do Brasil” (disponível na Netflix e no Youtube).
<b>Descrição da atividade:</b>	Será exibido o episódio 2 da série “Guerras do Brasil”. Na sequência será realizada uma mesa redonda onde os alunos poderão realizar perguntas sobre os quilombos ontem e hoje em especial sobre o surgimento e o papel atual do quilombo de Brejinhos na cidade de João Alfredo/PE.
<b>Intervenções:</b>	Qual a origem dos quilombos na sociedade brasileira? Qual a importância da comunidade quilombola de Brejinhos para a construção de diálogo, reflexões, e luta pela igualdade e a valorização da cultura negra? Como o estudo do quilombo de Brejinhos possibilita o trabalho das relações étnico-raciais na disciplina de História?
<b>Avaliação:</b>	Após a mesa redonda serão apresentadas perguntas problematizadoras, como: O que é quilombo? Você sabe por que e como surgiram os quilombos no Brasil? Ainda existem quilombos no Brasil? Onde estão localizados? Você conhece algum quilombo? Onde? Como você acha que é um quilombo? Será proposto como atividade final uma pesquisa sobre a origem da comunidade de Brejinhos; Exposição - História da comunidade, organização social e como promovem a preservação da sua cultura e ancestralidade.

### Aula 9 e 10: Oficina de Produção de Histórias em Quadrinhos.

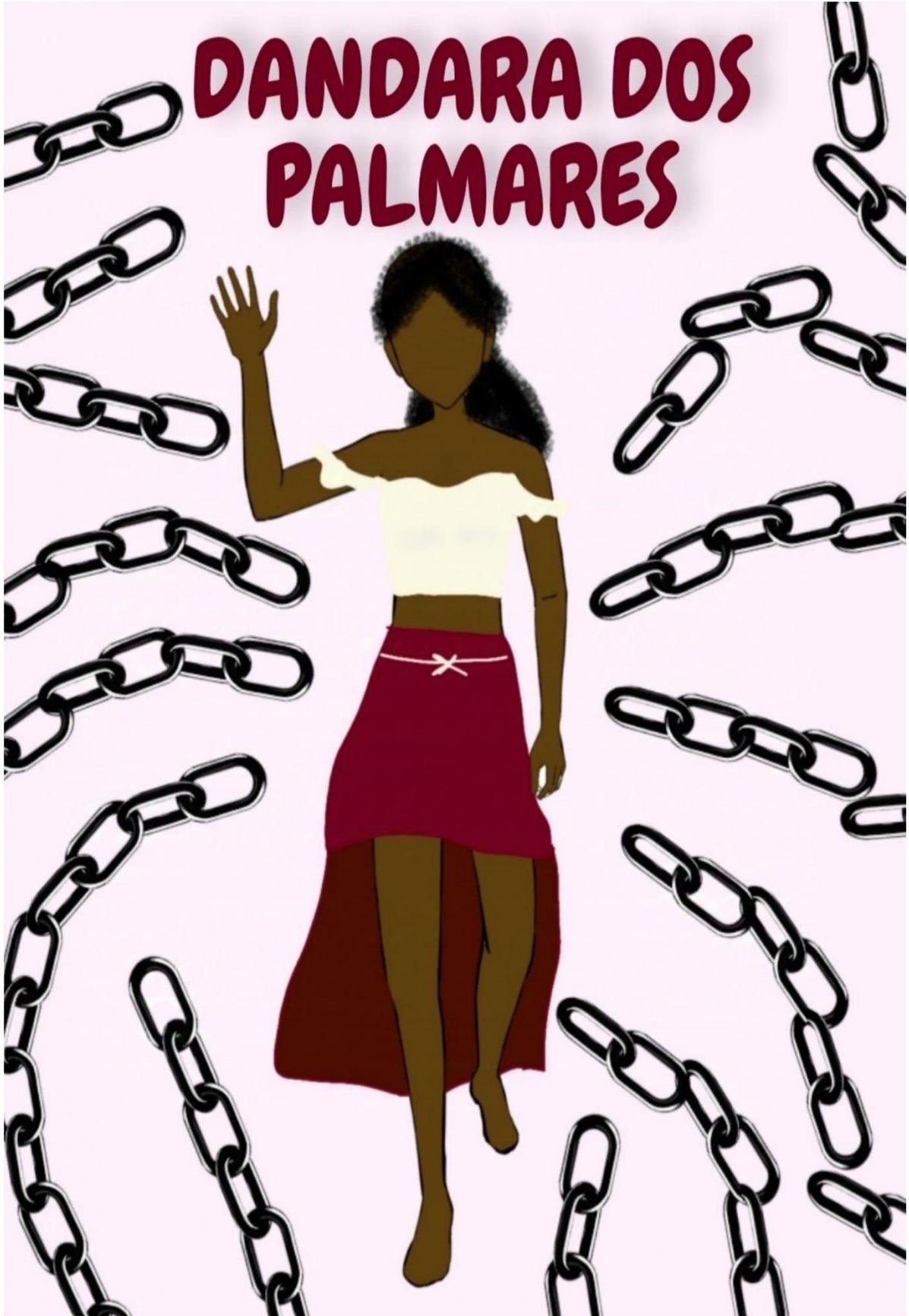
<b>Objetivo:</b>	Elaborar junto aos alunos, roteiros que levem a criação de HQ como temáticas étnico-raciais de resistência.
<b>Materiais didáticos:</b>	TV, Aplicativos de Criação de HQ, lápis, canetas e folhas de papel ofício A4;
<b>Tempo de duração:</b>	1h 30 minutos.
<b>Descrição da atividade:</b>	Será realizada uma aula expositiva sobre como criar um roteiro com enredo, personagens, etc, bem como o uso de alguns aplicativos para criação de histórias em quadrinhos. Para ajudar na escolha dos personagens para os quadrinhos foi exibido um vídeo “Heróis Negros – Histórias Inspiradoras, com direção de Dana Farias e disponível no Youtube.
<b>Avaliação:</b>	A avaliação acontecerá de forma qualitativa baseada na participação dos alunos na atividade e durante todo o seu processo de organização. Serão considerados as experiências do grupo e as análises que partem dos conceitos apreendidos. Os alunos serão também avaliados a partir dos roteiros que foram criados.
<b>Referências</b>	<p>BARBIERI, Daniele. As Linguagens dos Quadrinhos; Tradução de Thiago de Almeida Castor CHINEN, Nobu. O Negro nos Quadrinhos do Brasil. – São Paulo: Peirópolis, 2019.</p> <p>FREITAS, Itamar. Sequências didáticas para o ensino de História [livro eletrônico] / Itamar Freitas, Maria Margarida Dias Oliveira. – Ananindeua, PA: Cabana, 2022.</p> <p>GOMES, Laurentino. Escravidão: da Independência do Brasil à Lei Áurea. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.</p> <p>LOVETRO, José Alberto. “Quadrinhos Além dos Gibis”. IN: “História em Quadrinhos: Um Recurso de Aprendizagem”. Salto para o Futuro, TV Escola, 2011.</p> <p>MIRANDA, Nair da Rocha. ROSSO, Nico. D. Pedro II o Magnânimo. Grandes Figuras em Quadrinhos, EBAL, Rio de Janeiro, 1959.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa M. Brasil: Uma Biografia. - 2ª ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2018.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia Moritz e Spacca. As Barbas do Imperador: D. Pedro II, a História de um Monarca em Quadrinhos. 1ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.</p>

VERGUEIRO, Waldomiro. Panorama das Histórias em Quadrinhos no Brasil – São Paulo: Peirópolis, 2017.

## ANEXO B – OUTRAS HQS PRODUZIDAS PELOS ALUNOS



Nota: Feita no aplicativo Canva.



No coração do Brasil colonial, em uma terra marcada pela resistência e pela luta pela liberdade, nasceu Dandara dos Palmares.



Dandara foi uma das grandes guerreiras do Quilombo dos Palmares, a maior comunidade de resistência negra contra a escravidão



Com coragem, ela ajudou a formar e defender o Quilombo, onde negros e negras buscavam liberdade, longe das garras da opressão



foram muitos dias de guerra, o cenário era carregado de mortes e gritos calados



ela era uma líder feroz, mestre no combate, com habilidades que desafiavam qualquer inimigo

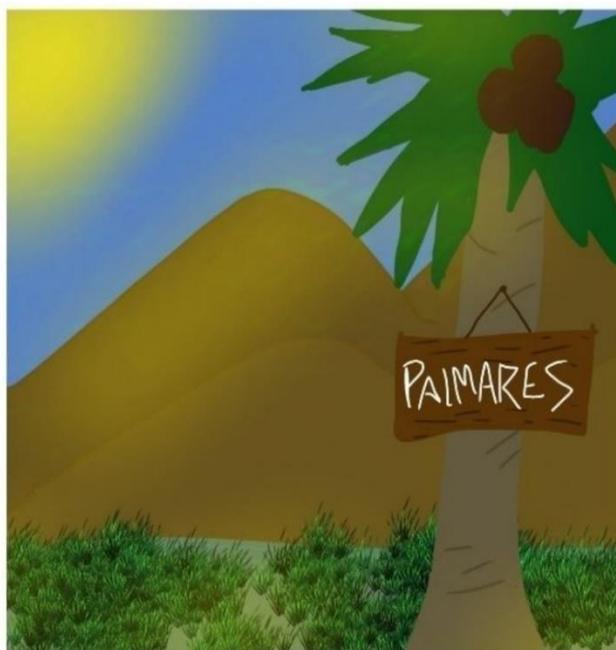


Porém, os inimigos eram muitos e poderosos, a luta nunca foi fácil



No fim, Dandara já sabia qual seria seu destino, mas também sabia que resultaria na liberdade dos demais

Sua luta e coragem não morreram com ela. Dandara se tornou um símbolo da resistência, uma heroína.



Nota: A própria aluna confeccionou as imagens com uso do celular.

# Maria Firmina

Um pouco de sua história em forma de HQ

2<sup>o</sup> B<sup>o</sup>

Maria Firmina foi uma escritora brasileira, considerada uma das primeiras romancista negra do Brasil



Ela foi "filha natural" da escrava alforriada Leonor Felippa dos Reis, tendo como avó a também escrava alforriada.



Ela nasceu em São Luís do Maranhão, em 11 de outubro de 1825

Em 1847, é aprovada em concurso público para a Cadeira de Instrução Primária na vila de São José de

Guimarães, no município de Viamão, situado no continente e separado da capital pela baía de São Marcos



A professora foi presença constante na imprensa local, publicando poesia, ficção, crônicas e até enigmas e charadas. Segundo Zahide Muzart

2000, p. 254. "Maria Firmina dos Reis colabora assiduamente com vários jornais brasileiros, tais como A Verdadeira Manueta, Semanário Maranhense, O Domingo, O País, Facóidia, O Hebraíta e outros".



Firmina é autora de Ursula, publicado em 1859, mas com circulação somente a partir do ano seguinte. Livro revolucionário para o seu tempo, figura como o primeiro romance abolicionista de autoria feminina da língua portuguesa

Em 1861, a autora lança em formato de folhetim Gupeva, narrativa curta de temática indianista, publicada em capítulos na imprensa local, e com novas reedições ao longo da década de 1860.



Na sua volume de poemas Cantos à beira-mar, cuja primeira edição é de 1859, traz textos marcados por forte inquietação e por uma subjetividade feminina por vezes melancólica diante da realidade oitocentista marcada pelo dilema do patriotismo escravocrata e também representada como problema perante a realidade da autora.

Defensora da abolição, em 1887 publica na imprensa o conto "A escrava", texto abolicionista empenhado



em se inserir como peça retórica no debate então vivido no país em torno da abolição do regime servil.



Maria Firmina dos Reis faleceu aos noventa e dois anos, em 11 de novembro de 1917, pobre e cega, no município de Guimarães. Infelizmente, muitos dos documentos de seu arquivo pessoal se perderam e até o momento não se tem notícia de nenhuma foto sua daquela época. A propósito, circula na internet retrato da escritora gaúcha Maria Benedita Boman, pseudônimo "Délia", como se fosse da autora maranhense. A imagem digital reproduzida nesta página foi elaborada a partir de retrato falado colhido por Nascimento Moraes Filho, biógrafo da autora.





Nota: HQ confeccionada manualmente

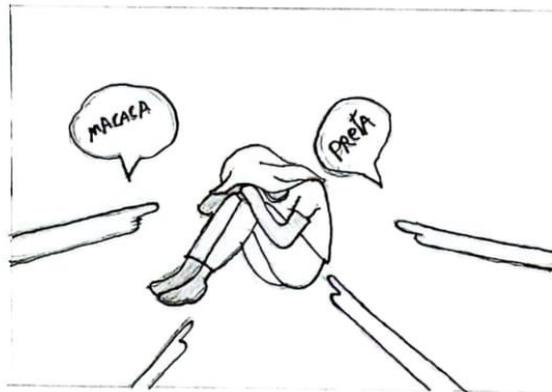


Maria Firmina dos Reis foi uma figura notável na literatura brasileira e a primeira romancista do Brasil, nascida em 1825. Além disso, Maria Firmina desafiou os normais de sua época como escritora e educadora.



Desde cedo, Maria mostrou amor pela literatura, escrevendo poemas e contos.

Apesar dos desafios impostos pela sociedade patriarcal e racista, ela não desistiu de seu sonho.



Em 1859, Maria publicou "Úrsula", um romance que explorava a condição da mulher e a escravidão.



Maria Firmina dos Reis deixou um legado que inspira gerações até hoje.

Uma mulher à frente de seu tempo, cuja voz ressoa na luta pela igualdade.

